

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE
E O DESAFIO DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO:
um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do SENAC Pelotas**

ROSELANI MARIA SODRÉ DA SILVA

PELOTAS
2011

ROSELANI MARIA SODRÉ DA SILVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE
E O DESAFIO DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO:
um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do SENAC Pelotas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva

PELOTAS
2011

ROSELANI MARIA SODRÉ DA SILVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE
E O DESAFIO DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO:
um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do SENAC Pelotas**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Prof^a. Dra. Vini Rabassa da Silva

1^a Examinadora Prof^a. Dra. Helenara Silveira Fagundes

2^a Examinadora Prof^a. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros

PELOTAS
2011

RESUMO

Este trabalho trata da Política Nacional de Juventude, enfatizando o desenvolvimento da participação juvenil no Programa Jovem Aprendiz-PJA do SENAC-Pelotas. Tem, como marco legal, a Política Nacional de Juventude, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Estuda a gênese da Política Nacional de Juventude; os sentidos atribuídos à juventude no cenário das últimas décadas; a condição, a situação e a participação juvenil na contemporaneidade. Apresenta uma pesquisa realizada no PJA, do SENAC-Pelotas, no ano de 2010, sobre as repercussões deste Programa no desenvolvimento da participação dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos. Especificamente, buscou conhecer o conceito de participação da atual Política Nacional de Juventude traduzida no PJA; verificar como o PJA, desenvolvido pelo SENAC-Pelotas, em 2010, promoveu a participação entre os seus participantes; analisar os efeitos do PJA no desenvolvimento da participação dos integrantes do programa; descobrir as contribuições e limites da PNJ no desenvolvimento da participação entre jovens aprendizes. Como uma abordagem qualitativa, utilizou pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas como instrumento para a escuta dos jovens envolvidos no PJA/2010. Constatou-se, na PNJ, o esforço na criação de espaços de interlocução entre Governo e Representação Juvenil, porém, sem reflexo na prática desenvolvida nos programas da PNJ. A análise das falas dos jovens entrevistados evidenciou um significativo desconhecimento da existência de uma PNJ e dos programas, projetos e ações em desenvolvimento. A avaliação do PJA aponta para a ênfase no fomento da participação solidária e na inserção no mercado de trabalho. As atividades de preparação dos jovens para um desempenho profissional eficiente também apresentam reflexos no aumento da autoestima, da criticidade e da capacidade argumentativa deles, sinalizando as possibilidades dentro dos itinerários formativos dos programas da PNJ, para desenvolver maior protagonismo dos jovens nas políticas públicas. Assim, entende-se como contribuição principal do PJA para fomentar a participação dos jovens: a realização de atividades educativas para desenvolver as habilidades de comunicação, expressão e relações interpessoais e de motivação à participação solidária, além das potencialidades existentes dentro dos itinerários formativos dos programas da PNJ para promover a discussão sobre a PNJ e a sua efetividade entre os jovens brasileiros. Porém, contraditoriamente, este Programa tende a reforçar a identificação de política social como responsabilidade do setor privado, ocultando o caráter público da política da juventude.

Palavras-chave: Jovem. Juventude. Políticas de Juventude. Participação. Programa Jovem Aprendiz.

ABSTRACT

This work deals with the Youth National Policy, emphasizing the development of youth participation in the Young Apprentice Program–PJA from SENAC-Pelotas. It has as a legal framework the Youth National Policy, the Federal Constitution of 1988 and the Child and Adolescent Statute. It studies the genesis of the Youth National Policy, the views attributed to the youth in the scenario of the latest decades, as well as the condition, the situation and the youth participation in the contemporaneity. It presents a research carried out in the PJA, from SENAC Pelotas, on the repercussions of this Program in the development of the participation of people in the 18-24 age group in 2010. In a specific way, it aimed at understanding the concept of participation of the current Youth National Policy dealt in the PJA; checking how the PJA, developed by SENAC, in Pelotas, in 2010, promoted the participation involving the participants; analyzing the PJA effects in the development of participation of the program members; finding the PNJ contributions and limitations in the development of participation among apprentice young people. Based on a qualitative approach, a research using documents and semi-structured interviews was used as an instrument to have the opinion from the young participants involved in the PJA/2010 collected. It was noticed, in the PNJ, the effort to create spaces for an interlocution between the Government and Youth Representation, although with no consequence in the practice developed in the PNJ programs. The analysis of interviews showed a significant lack of knowledge concerning the existence of the PNJ and the programs, projects and actions under development. The PJA evaluation points out the emphasis on encouraging the joint participation and the placement in the labor market. The activities to prepare the Young people for an efficient professional performance also present an improvement in their self-esteem, critical point of view and argumentative capacity, highlighting the possibilities within the training routes in the PNJ programs, to develop a major role of young people in public policies. Thus, it can be seen as the main contribution from PJA encouraging the participation of young people: the carrying out of educational activities to develop the skills of communication, expression and interpersonal relationships and motivation to joint participation besides the existing potential within the training routes for the PNJ programs to promote the discussion concerning the PNJ and its effectiveness among the Brazilian people in the age group studied. However, this Program, as it is being developed, tends to, contradictorily, reinforce the identification of a social policy as a responsibility of the private sector, hiding the public character of the youth policy.

Keyword: Young. Youth. Youth policy. Participation. Young Apprentice Program.

DEDICATÓRIA

À memória da minha querida mãe, Adolfina,
pela vida e por todo o amor a mim concedido.

Ao meu amado esposo, Wolni, pelo apoio, incentivo e tolerância
com as minhas angústias em dar conta dos estudos e trabalhos do curso.

Aos meus queridos e amados filhos, Rodrigo, Rafael e Otávio,
por tornarem a minha vida repleta de sentido.

À amiga e Professora Vini, pelo carinho e atenção a mim dispensados,
pelas orientações e grandes contribuições a este trabalho de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras do Mestrado pelos muitos ensinamentos recebidos.

Às Professoras Helenara Fagundes e Mara Rosange Medeiros por enriquecerem o meu trabalho com as suas valiosas contribuições.

À amiga e colega de trabalho Dra. Cíntia Bonder pelo incentivo e apoio na iniciação dos estudos na área do desenvolvimento social.

À Direção, Professores e Professoras do SENAC - Pelotas, pelo acolhimento, atenção e colaboração no trabalho de campo.

Aos alunos e alunas do Programa Jovem Aprendiz 2010, por terem contribuído com as suas informações e opiniões sobre o tema da participação.

À amiga Adriane Eslabão, pelo apoio no levantamento de informações a respeito dos programas da Política Nacional de Juventude.

À amiga Veridiana Fischer Bergmann, pelo acompanhamento durante as entrevistas com os(as) jovens aprendizes.

Aos familiares, amigas, amigos e colegas de trabalho que, em algum momento, me incentivaram a continuar nesta caminhada.

Não é Sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério

O jovem no Brasil nunca é levado a sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério

Não é sério/Eu Sempre quis falar/Nunca tive chance

Tudo que eu queria/Estava fora do meu alcance

Sim, já/Já faz um tempo/Mas eu gosto de lembrar

Cada um, cada um/Cada lugar, um lugar

...

A polícia diz que já causei muito distúrbio

O repórter quer saber porque eu me drogo

O que é que eu uso/Eu também senti a dor

E disso tudo eu fiz a rima/Agora tô por conta

Pode crer que eu tô no clima/Também tô no clima

...

Revolução na sua vida você pode você faz

Quem sabe mesmo é quem sabe mais

...

O que eu consigo ver é só um terço do problema

É o Sistema que tem que mudar/Não se pode parar de lutar

Senão, não muda/A Juventude tem que estar a fim

Tem que se unir/O abuso do trabalho infantil, a ignorância

Faz diminuir a esperança...

Composição: Chorão / Champignon / Pelado / Negra Li
Interpretada por Charlie Brown Jr.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL-OIJ	Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Organização Iberoamericana de Juventude
CLT	Constituição das Leis Trabalhistas
CONDICA	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
DST	Doenças sexualmente transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESFL	Entidades Sem Fins Lucrativos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
HIV/AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS – OMS	Organização Panamericana de Saúde – Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PJA	Programa Jovem Aprendiz
PL	Projeto de Lei
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNJ	Programa Nacional para a Juventude
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNPE	Programa Nacional do Primeiro Emprego

PÓLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
RS	Rio Grande do Sul
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e as Ciências
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Mapeamento dos Programas Nacionais de Juventude.....	55
Gráfico 1 -	Gênero dos entrevistados.....	83
Gráfico 2 -	Faixa etária.....	84
Gráfico 3 -	Local onde reside.....	85
Gráfico 4 -	Escolaridade.....	86
Gráfico 5 -	Expectativas em relação ao PJA.....	87
Gráfico 6 -	Sentido do termo participação.....	88
Gráfico 7 -	Experiência participativa.....	89
Gráfico 8 -	Participação no programa.....	93
Gráfico 9 -	Mudanças produzidas.....	95
Gráfico 10 -	Atividades/conteúdos.....	97
Gráfico 11 -	Sugestões ao PJA de temas p/contribuir para a participação juvenil.....	99
Gráfico 12 -	Motivos para desenvolver a participação juvenil.....	101
Gráfico 13 -	Informações a respeito dos programas da PNJ.....	102
Gráfico 14 -	Sugestões ao PJA ou a participação juvenil.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONDIÇÃO, SITUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE	20
1.1 CONDIÇÃO JUVENIL - INFLEXÕES NA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE.....	20
1.2 SITUAÇÃO DOS JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
1.3 PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE	34
1.3.1 Diferentes significados da palavra “participação”	34
1.4 PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO BRASIL.....	41
2 RUMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....	46
2.1 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE JUVENTUDE	46
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI.....	51
2.2.1 Programas nacionais de juventude	53
2.3 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E O SENAC- PELOTAS	64
3 DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS DA PNJ COMO OBJETO DE PESQUISA	70
3.1 ORIGENS DA PESQUISA	70
3.2 PROBLEMA E QUESTÕES DA PESQUISA.....	72
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	79
4.1 DOCUMENTOS DAPNJ EA DIRETRIZ DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL: RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL	79
4.1.1 Conceito de promoção da participação juvenil da PNJ	79
4.1.2 Forma de desenvolvimento da participação juvenil nos programas da PNJ	81
4.2 PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ, DO SENAC –PELOTAS	83
4.2.1 Perfil dos entrevistados	83
4.2.2 Promoção da participação no Programa Jovem Aprendiz SENAC-Pelotas	93
4.2.3 Mudanças provocadas pela inserção no PJA quanto à participação.....	95
4.2.4 Contribuições e limites do PJA no desenvolvimento da participação entre jovens aprendizes.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106

REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	120

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da Política Nacional de Juventude, com ênfase no desenvolvimento da participação juvenil no Programa Jovem Aprendiz–PJA do SENAC-Pelotas, desenvolvido com os jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos, durante o ano de 2010.

A ideia de estudar a participação juvenil na atualidade e analisar as contribuições das políticas públicas¹ para o desenvolvimento de uma juventude mais participativa surge da percepção dos inúmeros problemas que os jovens vêm enfrentando na contemporaneidade.

O século XXI tem-se caracterizado por mudanças rápidas e profundas. Os avanços da tecnologia, a força massiva dos meios de comunicação e os efeitos da economia globalizante e centralizadora, fazem deste século, um período singular.

No Brasil, o quadro das desigualdades sociais e econômicas, geradas pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, afeta a sociedade como um todo e, de forma significativa, a população jovem² que é, muitas vezes, colocada em situação de vulnerabilidade social.

O jovem enfrenta, hoje, não apenas os problemas que historicamente vinham atingindo este segmento: o desemprego, a falta de acesso à educação de qualidade e a discriminação social e racial, mas novas dificuldades, como a drogadição e a violência, com mais intensidade do que nas gerações anteriores.

Para conhecer melhor o perfil e as condições da juventude brasileira, foram estudados, como referências principais, os documentos produzidos a partir de três grandes pesquisas realizadas sobre os jovens no país: a)“Perfil da Juventude Brasileira”, 2003, do Projeto Juventude; b)“Juventudes no Brasil”, UNESCO, 2004³; c)“Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas Públicas e Políticas”, 2005, Ibase e Pólis, além da publicação “Juventudes e Políticas Sociais no Brasil”, IPEA, 2009.

Alguns poucos dados sobre a juventude são suficientes para demonstrar a dimensão desta problemática no nosso país. Sabe-se que a população jovem brasileira é bastante significativa. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o

¹Entende-se por política pública o conjunto de diretrizes e ações encaminhadas pelo poder público para atender a determinados interesses e necessidades coletivas, as quais podem ser implementadas pelo próprio Estado ou em conjunto com a sociedade civil.

² Neste estudo será utilizada a definição de “jovem” adotada pela Política Nacional de Juventude, que denomina de “jovem” todo o cidadão ou cidadã situado na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade. Este segmento é dividido ainda em três grupos: os **jovens adolescentes** com idade entre 15 a 17 anos, os **jovens-jovens**, com idade entre 18 a 24 anos e os **jovens adultos** que possuem entre 25 a 29 anos.

³Esta pesquisa da UNESCO foi realizada em 2004, através do IBOPE e publicada em 2006. Para conhecer melhor os dados e as conclusões ver em Juventude, Juventudes: o que une e o que separa (UNESCO, 2006).

Brasil tem hoje cerca de 50,2 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, representando 26,4% da população (PNAD, 2007). Estes números significam aproximadamente 50% dos jovens da América Latina e 80% dos jovens do Cone Sul. Soma-se a estas informações o fato de o Brasil ser o quinto país do mundo com maior porcentagem de jovens na sua população (SANDER, 2009).

Os estudos da PNAD, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE sobre a juventude brasileira podem evidenciar a seriedade dos problemas enfrentados por este segmento social. Dos 50,2 milhões de jovens do Brasil, 14 milhões vivem em famílias com renda familiar “per capita” de até meio salário mínimo (PNAD, 2007). Mais da metade dos desempregados do país são jovens (IBGE, 2007), perfazendo 60,74% do total de desempregados no país (deste período) e correspondendo a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos (Silva e Andrade, 2009). Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do recebido pelos os adultos (PNAD, 2006); Metade dos 54% dos jovens empregados, trabalham sem carteira assinada. Ou seja, do total de jovens empregados, apenas 27% têm emprego com carteira assinada e, portanto, direitos trabalhistas e previdenciários (IPEA, 2008). Logo, o problema da inserção no mercado de trabalho atinge os jovens de várias formas, excluindo, desvalorizando ou precarizando as formas de trabalho.

A violência é outro fator que vem atingindo a população juvenil e diz respeito à segurança, um dos principais direitos de todo ser humano. De acordo com dados do IBGE (2008), as mortes violentas, somente dos jovens da faixa etária dos 15 aos 24 anos, representaram 67,7% dos óbitos.

No estudo sobre as causas do aumento da criminalidade na América Latina, Kliksberg alerta sobre a relação entre a criminalidade e a desocupação juvenil. “As elevadas taxas de desocupação generalizada são ainda muito maiores entre os jovens. Em muitos países, a desocupação juvenil duplica e até triplica a taxa de desocupação média, superior a 20% em boa parte da região” (KLIKSBERG, 2001, p. 162).

O acesso, a permanência e o êxito na educação representam outra dificuldade enfrentada pelos jovens, principalmente daqueles pertencentes às classes de baixa renda. Estudo do IPEA (2009) constata que, da população jovem de 15 a 17 anos, 48% frequentam o ensino médio; 44% não concluíram o ensino fundamental e 18% estão fora da escola. Da faixa dos 18 a 24 anos, 31% deles vão à escola e somente 13% estão no ensino superior. Quanto ao analfabetismo, os jovens analfabetos representam 1,7% daqueles entre 15 e 17

anos, 2,4% entre 18 a 24 anos e 4,3% na faixa de 25 a 29 (CASTRO, AQUINO E ANDRADE, 2009).

Somam-se, a estes dados, os problemas juvenis enfrentados na área da saúde: riscos de contaminação pelo HIV/AIDS; outras doenças sexualmente transmissíveis - DSTs; a gravidez não planejada; uso de drogas lícitas e ilícitas. Em outras áreas, como cultura, esporte e lazer, o acesso reduzido a atividades e espaços esportivos, culturais e de lazer, leva os jovens a ocuparem o seu tempo ocioso em atividades muitas vezes inadequadas e perigosas.

Esta realidade é observada por Sposito e Carrano (2003). Segundo estes autores, as transformações sociais modernamente geradas colocam os jovens numa situação, “usualmente conceituada como sendo de **‘risco social’**⁴”. Nesta mesma direção, Bango reforça: “Sem, dúvida, as mudanças que estão acontecendo, ou melhor dizendo, as mutações em curso causam impactos especialmente nos jovens, pois causam impactos nas sociedades em que eles vivem” (2008, p.35). Constata-se que o atual sistema socioeconômico tem produzido desigualdades sociais, desemprego, violência e o crescimento do consumo de drogas, que atinge de forma mais acentuada a população jovem. O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Organização Iberoamericana de Juventude - CEPAL-OIJ (2000), aponta para a concentração da pobreza nos jovens.

[...] na atualidade os jovens de camadas populares experimentam um nível de risco de exclusão social historicamente inédito [...] fruto de uma confluência de determinações desde o mercado, o Estado e a sociedade, que tendem a concentrar a pobreza entre os jovens, isolando-os de outras camadas da sociedade (CEPAL-OIJ, 2000, p.6).

Os problemas que os jovens veem enfrentando atualmente colocam este segmento em situação de risco, sendo considerado um “grupo vulnerável”, chamando a atenção da sociedade e dos governos, ora como vítimas, ora como protagonistas de “problemas sociais”. Uma das questões mais preocupantes do momento é o crescimento do consumo do CRACK e as consequências geradas pelos efeitos da drogadição, atingindo de forma severa os jovens e colocando-os em situação de risco e “marginalidade”⁵, caracterizado como um dos problemas sociais mais sérios da atualidade. Para Bordenave “[...]a ‘marginalidade’ de alguns grupos não

⁴ Entende-se por “risco social” a probabilidade de ocorrência de eventos, de diferentes origens, produzido pelo ser humano, que podem afetar a qualidade de vida e a subsistência das pessoas. Para a UNESCO (2004), as políticas de juventude com enfoque em grupos de riscos se amparam nas elevadas taxas de fracasso escolar; falta de acesso e sucesso escolar; índices de desemprego e subemprego; condições sociais e vulnerabilidade à violência.

⁵ Segundo Bordenave (1994) “Marginalidade significa ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir” (p. 18).

é, de maneira alguma, consequência de ‘atrasos’, mas é resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido” (BORDENAVE, 1994, p.19-20).

Estudos realizados sobre as políticas públicas e voltados para o segmento jovem demonstram a fragilidade das políticas de juventude desenvolvidas no Brasil, principalmente até o período de 2003 (SPÓSITO e CARRANO, 2008). Contribui, para tanto, a falta de capacidade de alguns órgãos em operacionalizá-las e a inadequação delas para o segmento jovem que está sendo atingido (ABAD, 2008).

Outro fator identificado e que compromete a adequação das ações em prol da juventude é a falta de mecanismos possibilitadores da participação dos jovens para conceber, implementar e avaliar essas políticas. Bango (2008) considera a ausência da participação dos jovens na discussão e construção das políticas de juventude um “atraso” no processo. Da mesma forma, Léon (2008) aponta a participação como um dos fatores fundamentais para a efetividade das políticas de juventude. Para ele, um dos dez desafios para uma política de juventude é criar espaços de participação juvenil que possam potencializar o processo de desenvolvimento das políticas de juventude.

Um novo momento surge a partir de 2005, quando a Política Nacional de Juventude - PNJ passa a considerar os jovens da faixa etária de 15 a 29 anos, como *sujeitos de direitos*. Conforme o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE (2006), é necessário reconhecer os jovens como “[...]sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas,[...]”. Identificando a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos, “[...]o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia⁶” (CONJUVE, 2006, p.7). Considerando ser a participação dos jovens nas políticas públicas uma condição fundamental para formular, implantar e implementar programas e ações que respondam às suas necessidades e interesses é que elegemos este tema para pesquisa.

Tendo em vista as inquietações provocadas pela observação da baixa participação social dos jovens e as possíveis repercussões que este distanciamento poderá causar nas políticas públicas e no futuro da sociedade brasileira, este novo direcionamento da PNJ desperta atenção especial, logo em seguida transformada em uma indagação: Poderá esta PNJ contribuir para o desenvolvimento de maior participação dos jovens?

⁶Gohn (2008) “entende que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (p.33).

Assim, reconhecendo a importância de “tomar parte” nas decisões para as ações programadas e realizadas poderem, de fato, corresponder às expectativas e necessidades dos sujeitos e do papel dos jovens como agentes sociais ativos e autônomos, na construção de uma sociedade justa e democrática, julga-se fundamental o exercício da participação ativa da juventude. Desponta, dessa forma, o interesse em conhecer os programas⁷ da PNJ em desenvolvimento, para analisar se, de fato, eles estão contribuindo para desenvolver a participação dos jovens enquanto sujeitos de direitos.

Entende-se representar a criação de uma Política Nacional de Juventude um novo marco histórico para a política geracional-jovem, a qual, pela primeira vez, reconhece os jovens como sujeitos de direitos, capazes de serem não só destinatários, mas também, promotores de políticas públicas destinadas a lhes assegurar uma vida social plena e desenvolver a sua autonomia. Porém, a implementação deste novo conceito de política, não pode ser apenas um discurso governamental. Ela exige mudanças desde a gestão até seu cumprimento, passando pela opção por determinado tipo de programa nacional, investimento público, capacitação de pessoal, forma de operacionalização, monitoramento e avaliação de programas e projetos.

Diante disto, surgiram algumas questões: A diretriz cujo objetivo é promover a participação juvenil está presente nos programas da Política Nacional da Juventude? A execução destes programas está garantindo e/ou promovendo a participação juvenil? Os jovens que integram programas sociais para a juventude estão sendo participantes ativos nos próprios projetos sociais e estão sendo incentivados a desenvolver a participação nos diferentes ambientes da sociedade?

A identificação da existência de vinte (20) programas nacionais de juventude evidenciou a impossibilidade de avaliar todos, no tempo previsto para esta pesquisa. Por este motivo, foi feito um recorte na política com o propósito de selecionar um dos programas federais como objeto de pesquisa em curto espaço de tempo. A opção foi pelo Programa “Jovem Aprendiz” - PJA, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, no município de Pelotas, o qual trata da qualificação social e profissional de jovens.

⁷ São programas governamentais, geralmente com prazo de existência definido, com o objetivo de atuar sobre uma realidade social mais específica ou circunscrita. Atualmente destacam-se os programas: Escola Aberta; ProJovem; Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Projeto Rondon; Soldado Cidadão; Brasil Alfabetizado (com foco em juventude); Programa Universidade para Todos (ProUni); Nossa Primeira Terra; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os jovens (Pronaf Jovem); Jovem Aprendiz; Segundo Tempo; Bolsa Atleta; Pontos de Cultura, Juventude e Meio Ambiente, Saúde e Prevenção na Escola; Saúde na Escola; Pronasci; Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens.

Com esta delimitação foi desenvolvido um projeto de pesquisa para responder à seguinte questão: Quais os efeitos provocados pelo PJA, desenvolvido no município de Pelotas, no SENAC, no período de 2010, entre seus participantes da faixa etária dos 18 aos 24 anos, quanto à promoção da participação?

A opção pelos jovens desta faixa etária (dos 18 aos 24 anos) decore de estes estarem acima da faixa de idade de cobertura do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e não gozarem de uma política específica para o atendimento de suas necessidades. Portanto, o objetivo geral da pesquisa realizada foi investigar as repercussões do PJA, do SENAC de Pelotas, em relação ao desenvolvimento da participação dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, integrantes do PJA. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa tem como pressuposto ser este Programa o resultado das concepções que movem a Política Nacional e buscou especificamente: a) conhecer o conceito de participação da atual Política Nacional de Juventude traduzida no PJA; b) verificar como o PJA, desenvolvido pelo SENAC, em Pelotas, no período de 2010, promove a participação entre os jovens que nele atuam; c) analisar o tipo e os efeitos da participação existente entre os integrantes do PJA, no SENAC do município de Pelotas; d) descobrir as contribuições e limites da PNJ no desenvolvimento da participação entre jovens aprendizes.

Para melhor analisar as questões específicas sobre este programa, no primeiro momento da pesquisa buscou-se conhecer a condição, a situação e o envolvimento na contemporaneidade, fazendo uma breve caracterização da juventude no atual contexto, bem como, refletindo sobre as formas de participar dos jovens na atualidade. Em seguida fez-se um resgate da trajetória das políticas de juventude, os rumos da atual PNJ e a contextualização do PJA na história das políticas sociais para a juventude, buscando identificar o desenho e as concepções deste programa. E, após esta caracterização geral sobre a juventude e sobre a Política Nacional da Juventude no Brasil, apresenta-se os procedimentos usados para identificar a diretriz do desenvolvimento da participação existente na PNJ e no PJA, desenvolvido pelo SENAC, em Pelotas, no ano de 2010, apresentando os procedimentos metodológicos utilizados para aplicar esta pesquisa.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos dados levantados na pesquisa, a partir do estudo dos documentos oficiais sobre a PNJ e das falas dos trinta e seis (36) jovens entrevistados. Finalmente, o último capítulo trata das considerações finais a respeito: a) da forma de promover a participação que está sendo desenvolvida pelo PJA-SENAC-Pelotas; b) das mudanças provocadas pela inserção no PJA relacionadas à participação e identificadas

pelos jovens; c) as contribuições e limites do PJA no desenvolvimento da participação entre jovens aprendizes desta faixa etária.

Espera-se que as percepções e os novos elementos identificados por este trabalho possam contribuir para a qualificação e o aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações voltados para o segmento jovem, e, mais ainda, estimulem iniciativas para o desenvolvimento da participação e do protagonismo juvenil.

1 CONDIÇÃO, SITUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE

Para compreender a significação de ser jovem é necessário conhecer a condição e a situação juvenil. Neste sentido, Abramo (2005) chama a atenção para a diferença entre estas duas ideias. De acordo com a autora, a condição juvenil é considerada pelo “[...]modo como uma sociedade constitui e atribui significados a esse momento do ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico-geracional” (ABRAMO, 2005, p.42). Para a autora, a situação juvenil é a maneira como esta condição é vivida no contexto de sua inserção. Desta forma, inicia-se este primeiro capítulo por uma reflexão a respeito da condição juvenil através dos tempos.

1.1 CONDIÇÃO JUVENIL - INFLEXÕES NA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE

Para entender o sentido da palavra juventude, importa conhecer a origem do termo “jovem”. No latim a palavra jovem é “juvenis”, vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. A palavra “adolescência” também tem origem etimológica no latim “*ad*” (para) + “*olescere*” (crescer); Assim, “adolescência” significa “crescer para”. Portanto, pensar na etimologia dessas duas palavras nos remete à ideia de virilidade: estar em plena força e de desenvolvimento: crescer para.

Na literatura atual, as palavras “adolescência e juventude” têm sido muitas vezes usadas como sinônimos, sendo compreendidas como uma fase do desenvolvimento humano de transição entre a infância e a vida adulta. A sobreposição destes dois conceitos é observada por Léon (2005), ao entender que isto se justifica pela dificuldade de uma identificação precisa do “*interstício entre ambos os estágios*”, ou seja, quando termina a adolescência e começa a juventude.

A categoria juventude vem sendo amplamente discutida, em função do seu caráter de heterogeneidade. A dificuldade em definir o termo apresenta-se mais complexa na medida em que pode referir-se tanto a um processo de maturidade biológica, quanto a um processo social.

“Juventude” é um termo que todos acreditam compreender e sempre têm algo a comentar. Abramo observa, que para a sociedade moderna, o sentido de juventude ser aquele momento de transição para a vida adulta. “A concepção de juventude na sociedade moderna

define esta etapa do ciclo da vida como um momento de preparação para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções,[...]” (ABRAMO, 2008, p.110). Este conceito de fase de transição tem sido denominada de “moratória social”⁸. A “moratória social” é considerada como a licença de prolongar o período da juventude a fim de o indivíduo poder preparar-se melhor, por meio de estudos e treinamentos, para entrar na vida adulta (AQUINO, 2009).

Da mesma forma, para a Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde – OPS/OMS, a concepção de juventude se refere a uma categoria sociológica, representativa de uma preparação dos sujeitos para assumir o papel de adulto na sociedade, estendendo-se dos 15 aos 24 anos⁹. A preocupação em vincular a juventude a uma fase de transição é manifestada pela UNESCO (2004), que chama a atenção para os riscos de tratar esta etapa apenas como um período de preparação para a vida adulta. Ela reconhece fazer parte do discurso dominante o entendimento de ser este o momento de preparar os jovens para a participação no futuro, mas entende poder tal ideia comprometer toda uma etapa de vivência importante para esse segmento. Ainda destaca que os jovens devem se preparar para participar no futuro, participando no presente.

Nesta direção, Novaes (2008), ponderando já ser habitual considerar o conceito de juventude como uma construção histórica e cultural, reflete a respeito das constantes indagações sobre a forma de os jovens serem caracterizados e como estes sentidos têm mudado de acordo com a época e local. Um aspecto observado pela autora é a definição de jovem pelo fator etário. Ela argumenta sobre a dificuldade de estabelecer limites para sujeitos que vivem situações diversas. “Para os que não têm direito à infância, a juventude chega mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento de expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo de juventude até os 29 anos” (NOVAES, 2008, p.121). Isto se comprova pela inserção precoce no mercado de trabalho dos jovens adolescentes das classes de baixa renda e o aumento do período de preparação para inserir-se na População Economicamente Ativa-PEA dos jovens em melhores condições financeiras.

Outra observação importante a respeito do sentido das palavras “jovem” e “Juventude” é o uso da expressão “juventudes”, que a literatura atual passou a utilizar, face ao entendimento de, ao se tratar de jovens, levar-se em conta que este segmento se identifica em

⁸ De acordo com Aquino (2009), “o termo moratória social foi cunhado por Erik Erikson no fim da década de 1950 e atualizado décadas depois por Mario Margulus e Marcelo Urresti” (AQUINO, 2009, p.26).

⁹ A Secretaria Nacional de Juventude caracteriza esta faixa etária entre os 15 aos 29 anos.

suas diferentes realidades: econômica, geográfica, social, cultural, de gênero e de raça, entre outros contextos capazes de influenciar as características deles. “O plural na referência à juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro” (IBASE e PÓLIS, 2005, p.8). Esta distinção entre as juventudes é reforçada pela UNESCO (2004): “[...] a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra” (p. 94). Nesta perspectiva, Sander (2009) justifica que pertencer a uma mesma faixa etária não é indicativo de uma identidade única para esses jovens. “A existência de um grande número de jovens na nossa sociedade, jovens que se expressam e vivem de forma muito diversa entre si é um fato inquestionável” (SANDER, 2009, p. 42).

Diante dessas considerações, convém ainda observar que, neste estudo, será empregada a palavra juventude no singular para identificar o segmento social jovem, mas compreendendo-o nas suas diferentes características e singularidades. Portanto, este trabalho se fundamenta na concepção de existirem “várias juventudes” dentro do segmento social jovem, dispensando o uso da categoria juventudes.

Voltando ao sentido de transitoriedade da juventude, observa-se que este entendimento não é consenso. Abad (2008) discorda da vinculação da juventude a uma fase de transição, considera ser este um momento caracterizado pelas condições específicas dos jovens. Para o autor, o atual sentido de “jovem”, independente do local onde vive, transformou-se em uma “categoria social, interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis”. Considera que a “juventude passa, mas também fica” (ABAD, 2008, p. 23).

Para Bourdieu (1983), a juventude é apenas uma palavra. Defende serem, tanto a juventude quanto a velhice, conceitos construídos socialmente e representarem uma disputa de poder. Justifica seu entendimento de construção social da juventude, demonstrando a histórica manipulação do termo juventude desde a Idade Média, quando os limites de idade para os jovens eram definidos pelos “detentores do patrimônio” (BOURDIEU, 1983, p.1). Segundo o autor, o objetivo do grupo dominante da época, era prolongar o estado de juventude dos jovens nobres para afastá-los do interesse de ascender ao poder.

Nessa mesma perspectiva, o autor chama a atenção para as categorizações, não apenas por idade, mas também por sexo, raça e classe, que impõem limites e atribuem papéis

específicos para cada segmento, ou seja, são manipulados de acordo com os interesses dominantes. Ao contrário de Abad (2008), Bourdieu entende que “[...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (1983, p.2).

Conforme as reflexões realizadas até o momento, é possível compreender que a juventude ocorre em uma determinada fase da vida, quando esses sujeitos estão passando por mudanças biológicas e psicológicas e sofrem a interferência do contexto social, econômico e cultural. Mas, o fato de perceber a heterogeneidade deste grupo não significa negar a existência de algumas especificidades comuns a este segmento social, que podem representar a marca geracional do grupo. A partir das singularidades expressas por esse segmento, torna-se importante fazer uma breve retrospectiva de algumas das características apresentadas ou atribuídas aos jovens ao longo dos séculos XX e XXI¹⁰.

Internacionalmente, entre as décadas de 1920 e 1930 foram desenvolvidas as mais importantes pesquisas sociológicas sobre os jovens. De acordo com Dick (2006), os primeiros estudos sobre juventude tiveram início em Chicago, em 1920. A *Desorganização Social* foi a primeira teoria a caracterizar a Escola de Chicago. Os estudos buscavam explicar os problemas da desorganização social, do crescimento das grandes cidades e da violência entre jovens dos grupos “étnicos e territorialistas”. O autor constata que, naquele momento, tem início a associação da violência e da criminalidade à imagem dos jovens. “A ‘juventude’ é vista como ‘problema’, atendo-se à visão de um segmento da sociedade que reage a uma situação de ‘exclusão’” (2006, p.5). Esta análise evidencia que a construção de uma imagem negativa do jovem, ligada principalmente à criminalidade e à violência, não é recente na sociedade.

Na trajetória de construção da imagem juvenil, destaca-se, na Alemanha, a atenção dada aos jovens, no período entre 1918-1934, por conta da experiência das organizações juvenis. Sander (2009) aponta as *Ligas Juvenis*¹¹, organizações de jovens alemães, iniciadas no século passado, servindo de inspiração aos movimentos de auto-organização e participação da juventude. “Essas organizações juvenis foram se fortalecendo local e nacionalmente e é nelas

¹⁰ Não se pretende aprofundar os diferentes modelos assumidos pelos jovens ao longo da História. Interessados em investigar esse assunto podem encontrar em DICK, Hilário. Discursos à Beira dos Sinos – A emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo (UNISINOS. 2006).

¹¹ Segundo Sander, estas organizações: “Surgiram no início do século passado, a partir de iniciativas dos próprios jovens, que se contrapunham à hierarquia na família, na escola e no trabalho. Buscavam formas alternativas de vida e do contato com a natureza, de um homem novo e uma sociedade diferente, e não havia a ideia da politização no seu início, mas sim, a ideia de autonomia” (2009, p. 48)

que surge a ideia do trabalho em grupos de jovens, a ideia da auto-formação, ou seja, do jovem formando e organizando o próprio jovem” (SANDER, 2009, p.48).

De acordo com os estudos da autora, as *Ligas Juvenis* passaram por momentos de grande fragilização. Primeiro, pela exigência do Estado para elas se constituírem juridicamente, levando-as a se integrarem às Associações de Adultos, comprometendo, desta forma, a autonomia das organizações. E posteriormente, com a “ascensão de Hitler”, quando foram cooptadas pelo regime nazista, o que marcou sensivelmente esse movimento. Após o final da Segunda Guerra, o grupo precisou lutar para recuperar sua autonomia e credibilidade: “[...] tiveram um trabalho árduo para se reorganizar e reconquistar a sua legitimidade, uma vez que a sociedade não depositava mais confiança nelas, com medo dos ideais nazistas, que foram fortemente associados à juventude” (SANDER, 2009, p.48). Mas, as Ligas Juvenis conseguiram recuperar a sua organização e passaram a ser reconhecidas como de grande importância para a Alemanha, consideradas como o terceiro espaço de socialização dos jovens Alemães. Estas organizações continuam sendo, até hoje, uma referência em organização juvenil.

Ainda no período de 1945 a 1957, denominado de “Geração pós-guerra”, Dick constata a existência de uma diferença de comportamento entre os jovens europeus. “A juventude viveu, nesta época, uma intensa politização e compromisso, destacando-se os jovens comunistas e os jovens cristãos de esquerda” (2006, p. 8). Os jovens alemães, ao contrário, apresentavam uma postura “cética, despolitizada, materialista, dedicada à vida familiar e a valores individualistas” (DICK, 2006, p. 8). Portanto, em um mesmo período, a geração jovem do pós-guerra da Europa apresentava características bastante distintas. A aparente despolitização dos jovens alemães neste período poderia ser justificada pelo momento que estavam vivendo, de recuperação da imagem desgastada em função da associação dos jovens das Ligas Juvenis com o regime nazista.

Na década de 1950, a juventude passa a ser vista como um problema social, mais uma vez, por conta da relação generalizada dos comportamentos de transgressão e de delinquência à imagem juvenil. Nos anos de 1953 e 1954, Dick evidencia a construção, pelos sociólogos norte-americanos, de uma nova representação dos jovens, “o modelo de uma juventude em crise na sociedade moderna” (2006, p.8).

Durante os anos de 1960, os atos de violência dos jovens pertencentes às gangues americanas, são estudados por Merton. Estes estudos deram origem à “Teoria da

Frustração”¹². Conforme Zaluar, Merton conclui ser a violência gerada pelo sentimento de frustração dos jovens frente à dificuldade de acesso às “oportunidades de ascensão social” (ZALUAR, 2004, p. 178). A partir desse período, começam a surgir, nos Estados Unidos e na Europa vários movimentos juvenis, com características de violência, denominados, na época, de “rebeldes sem causa”. Esta tendência começa a mudar a partir de 1963, quando se iniciaram novos movimentos, com propostas mais voltadas para a cultura da paz, entre eles, o movimento ‘hippie’ (DICK, 2006).

De 1966 a 1968, os padrões de comportamento juvenil voltam a se alterar, movimentos juvenis começam a surgir, questionando a “ordem estabelecida” (DICK, 2006). Estes movimentos ocorreram também no Brasil, com momentos de intensa participação política, liderada principalmente pelas manifestações estudantis. Porém, mesmo representando um movimento intenso, esta postura contestadora não resistiu à crise econômica de 1970, quando a rebeldia dos jovens foi neutralizada pelas forças hegemônicas que, utilizando-se dos meios de comunicação de massa dão início a um projeto de mudança de estilo da juventude, inculcando uma nova cultura juvenil, a do consumismo descomedido (DICK, 2006). Esta nova imagem construída para a juventude permanece influenciando até hoje os modos e os costumes da juventude brasileira. Uma pesquisa realizada por Pacheco (2010) apresenta uma conclusão que corrobora, em boa parte, as ideias a respeito da imagem dos jovens produzida pela mídia.

As pressões exercidas por uma imagem dominante que corresponde à ideia positiva de jovem rico, esperto e feliz, que é constantemente reforçada pela mídia, faz parte da sociedade de consumo que vivemos e cria necessidades de posse de objetos, de status e de uma aparência que normalmente não corresponde à realidade. As diferenças existentes nas formas de adquirir esses bens de consumo e essa estética "juvenil" acentua a desigualdade e demanda uma recusa da subordinação da "ordem social", gerando algumas vezes graves problemas sociais, principalmente os que envolvem drogas e violência. [...] Existe uma homogeneização cultural onde o jovem perde cada vez mais a ligação com a sua cultura, com a cultura de seu país e se liga a uma cultura globalizada, uma cultura de massa (PACHECO, 2010, p.3).

Nos anos de 1980, mais uma vez o perfil da juventude se altera em função do novo contexto. A modernização tecnológica e a globalização da economia provocam novas e profundas mudanças no cotidiano da juventude. De acordo com Novaes (2009):

¹²Para mais informações sobre a “Teoria da Frustração” de Merton, ver ZALUAR, A. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

No âmbito mundial, é a presente geração que experimenta – justamente por ser jovem, mais intensamente as novas maneiras de *estar no mundo*, vivenciando as novas conexões entre tempo e espaço e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – à internet fazem parte desta inédita experiência geracional (NOVAES, 2009, p.17).

Neste período, começa a se intensificar uma nova configuração dos grupos juvenis. Segundo Dick, “Como resultado das novas tensões, frustrações, ansiedades e contradições da juventude contemporânea, começa a esboçar-se uma nova sociabilidade marcada por uma emergente tipificação: a neotribalização” (2006, p.8). O conceito de “neotribalização”¹³ é definido pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (2006), no seu estudo sobre as “tribos urbanas”. O sociólogo identifica uma tendência dos jovens em buscar a sua inserção em espaços comunitários como forma de serem reconhecidos como pertencentes a um determinado grupo.

Esta nova configuração é interpretada por Reguillo, como

[...] la agregación juvenil, se ha recurrido a categorías como “identidades juveniles”, “grupo de pares”, “subculturas juveniles”; [...] Esta vertiente ha buscado romper con los imperativos territoriales y las identidades esenciales y para ello ha construido categorías como la de “culturas (en plural) juveniles”, “adscripción identitaria”, “imaginarios juveniles” (pese a lo pantanosa que resulta esta última). Es una mirada que trata de no perder al sujeto juvenil pero se busca entenderlo en sus múltiples “papeles” e interacciones sociales (REGUILLO, 2007, p.61).¹⁴

A tendência da juventude de integração em grupos é também observada pela UNESCO (2004), a qual constata que os jovens atuais percebem, nas tribos, oportunidades para novas formas de manifestação e de sociabilidade, “costumam ver nas tribos a possibilidade de encontrar uma nova via de expressão, um modo de se afastar da normalidade que não os satisfaz e, especialmente, a ocasião para intensificar suas vivências pessoais e encontrar um núcleo gratificante de efetividade” (2004, p. 44).

Para Reguillo, procurar novas formas de integração é uma característica inerente à sociedade que busca construir uma identidade própria, “La identidad es centralmente una categoría de carácter relacional (identificación-diferenciación) y todos los grupos

¹³ Para aprofundar este tema pode-se ler MAFFESOLI, Michel, O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1989.

¹⁴[...]a agregação juvenil tem recorrido a categorias como "identidades juvenis", "grupo de pares", "subculturas juvenis"; [...] Esta vertente tem procurado romper com os imperativos territoriais e identidades essenciais e para isto tem construído categorias como a das "culturas (no plural) juvenis", "atribuição de uma identidade", "imaginário juvenil" (apesar da natureza pantanosa deste último.) É um olhar que tenta não perder o sujeito jovem, mas procura entender a juventude, em seus múltiplos "papéis" e interações sociais (tradução da autora).

socialestieden a instaurar supropiaalteridad” (2007, p.62)¹⁵. No caso dos jovens, esta busca de integração a grupos ocorre em função da realidade que eles enfrentam. Para o autor, as “culturas juveniles de la crisis, de la globalización y la tribalización, (re)inventan mecanismos para confortarse colectivamente y sobrevivir a la violencia cotidiana y generalizada, al desencanto profundo que les ha abierto un hoyo negro en la esperanza (REGUILLO, 2007, p.66).¹⁶

No entendimento de Novaes (2009) o estudo do IPEA identifica a atuação dos grupos juvenis como uma forma de manifestação política, demonstrando que o jovem não está “alienado” e, sim, está construindo os seus próprios modos de participação.

Como a literatura disponível tem mostrado, nos últimos 15 anos, os chamados grupos culturais de jovens urbanos têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público. Por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, estes grupos culturais instituem sentidos, negociam significados e combatem a segregação e o preconceito. Por intermédio de seus textos literários, de suas letras de rap, de suas apresentações de teatro e dança e de suas programações radiofônicas ou atividades esportivas, contribuem para a ampliação do espaço público (NOVAES, 2009, p.17).

Na década de 1990, as “tribos” juvenis se afirmam no cenário social, como espaço de uma nova sociabilidade e de identidade da condição juvenil. Conforme Dayrell, “As culturas juvenis representam modos de vida específicos e práticas cotidianas que expressam um conjunto de significados compartilhados, um conjunto de símbolos específicos que sinalizam o pertencimento a um determinado grupo” (DAYRELL, 2008, p.187).

Historicamente, a sociedade tem construído entendimentos e expectativas contraditórias a respeito da imagem juvenil. Ao mesmo tempo que idolatra as características e valores que dizem respeito aos jovens, principalmente a estética, transformando a juventude em “modelo cultural”, ainda não identifica os jovens na sua qualidade de sujeito de direitos, não garantindo políticas sociais específicas, tampouco disponibiliza espaços e tempos necessários para esses poderem desenvolver-se plenamente.

Nos anos 2000, os jovens passam a fazer parte “do contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil[...]” (CONJUVE, 2006, p.7). Encontram sérias dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a uma educação de qualidade, à fruição dos bens culturais produzidos, ao atendimento adequado à saúde e ao

¹⁵ A Identidade é centralmente uma categoria relacional (diferenciação - identificação) e todos os grupos sociais tendem a estabelecer sua própria alteridade (tradução da autora).

¹⁶ Culturas juvenis de crises, da globalização e do tribalismo, (re) inventam mecanismos para maior conforto coletivo e sobreviver à violência cotidiana e generalizada, ao desencanto profundo, que lhes tem aberto um buraco negro na esperança (tradução da autora).

lazer. Nesta direção, Novaes acrescenta que a “questão juvenil do século XXI” é caracterizada pelas condições perversas que atingem especialmente este grupo social, tais como os problemas com o tráfico de drogas ilícitas, com a violência e a corrupção (2009, p.17).

Espera-se, para o século XXI, o reconhecimento, de fato, dos jovens como sujeitos de direitos, que sejam reconhecidos nas suas especificidades e tenham as suas demandas atendidas pelas políticas públicas exclusivas e universais. Conforme documento do CONJUVE, que trata da PNJ, estratégias e diretrizes,

Considerando os jovens como sujeitos de direitos, evita-se qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país. Evita-se também sua idealização no sentido de entendê-la como a única protagonista da mudança, em uma nova interpretação heroica de seu papel mítico (CONJUVE, 2006, p.7).

Tendo por base esta trajetória da construção do significado da juventude para a sociedade contemporânea, passaremos a abordar a situação dos jovens na atualidade brasileira.

1.2 SITUAÇÃO DOS JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para melhor compreender a situação juvenil na atualidade, é necessário refletir brevemente sobre como este tema vem sendo tratado nas últimas décadas. No Brasil, o tema da juventude passou a despertar o interesse das ciências sociais nos anos de 1980. Mas, nos anos da década iniciada em 1990, é que se intensificaram as pesquisas sobre esta temática, destacando-se a intitulada, “Juventude: Cultura e Cidadania”, realizada em 1999, pelo Núcleo de Opinião Pública, da Fundação Perseu Abramo.

Um marco importante para as discussões da condição juvenil no Brasil foi o Projeto Juventude, coordenado pelo Instituto Cidadania¹⁷. Ele conseguiu reunir um amplo conjunto de informações, resultado da pesquisa quantitativa “Perfil da juventude brasileira”, realizada em 2003 e publicada em 2004, que ofereceu subsídios para as discussões a respeito das políticas públicas de juventude. Igualmente “[...] buscou propiciar mudanças e avanços na maneira de os poderes públicos compreenderem as demandas da juventude brasileira nas múltiplas dimensões envolvidas: trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, vida artística,

¹⁷ O Instituto Cidadania é uma ONG que atua na geração de propostas de políticas públicas e tem como meta projetar a questão dos jovens e de suas necessidades como um tema prioritário no campo da política (UNESCO, 2004).

sexualidade, direitos, [...]”. Este projeto foi encerrado em 2004 após a elaboração da “mais abrangente pesquisa quantitativa nacional já realizada no Brasil sobre o tema” (ABRAMO e BRANCO, 2005, p.11).

Como desdobramentos deste importante estudo, várias publicações têm sido produzidas. Destacam-se dois documentos publicados a partir dos dados da pesquisa: “Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação” (2003) e “Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional” (2005). Nesta última publicação, Helena Abramo apresenta algumas considerações sobre a condição juvenil no Brasil contemporâneo, construídas a partir da análise dos dados da pesquisa, que merecem ser apreciadas. A primeira importante consideração relaciona-se ao estado civil destes jovens. Como já é conhecido pelos “enunciados correntes” em discussão, os jovens brasileiros desta faixa etária, são, na sua grande maioria, solteiros, ou seja, 78% do total dos jovens pesquisados. Mas estes percentuais mudam dentro desta faixa, de acordo com o sexo, o grau de escolaridade e a renda familiar (ABRAMO, 2005). Constata-se, a partir destas informações, serem as mulheres da faixa de 21 a 24anos, com menor escolaridade e baixa renda familiar, as que apresentam um maior percentual de compromisso com um novo núcleo familiar. Abramo observa algumas dificuldades na interpretação dos dados referentes à escolaridade e à renda dos jovens casados.

Com relação à escolaridade, uma hipótese possível é que o casamento pode ser um fator de interrupção dos estudos; quanto à renda familiar, é mais difícil fazer inferências, pois sabe-se que são justamente os casais jovens com filhos que constituem o momento mais precário, em termos econômicos, do ciclo de vida familiar: [...] (ABRAMO, 2005, p.47).

Outra característica marcante da condição juvenil na atualidade é a vivência sexual, considerada a fase mais ativa da sexualidade. Esta condição também varia quanto à idade e ao gênero juvenil: “[...] enquanto cerca da metade (52%) dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não tinha iniciado sua vida sexual no momento da pesquisa, esta proporção cai para 20% no grupo intermediário (de 18 a 20 anos) e para 7% no grupo de 21 a 24 anos” (ABRAMO, 2005, p. 48). Embora as conclusões confirmem o já percebido pelo senso comum, estas constatações sobre as características deste grupo, nas duas subfaixas etárias, servem como elementos para a elaboração e o direcionamento de políticas voltadas à prevenção da gravidez não desejada, doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Como poderá ser observado no item sobre a PNJ, existem apenas dois programas nacionais de saúde e prevenção, voltados

especificamente para a juventude e, de certa forma, coincidem em muitos aspectos, especialmente na faixa etária de abrangência.

Se a saída do grupo familiar, ou o matrimônio ou maternidade/paternidade, for considerada como uma fase de transição para a vida adulta, pode-se concluir que o grupo de jovens da faixa dos 21 a 24 anos, do gênero feminino, com menor escolaridade e baixa renda familiar, é o que têm a sua juventude mais reduzida.

Quanto à condição de estudante, conforme análise de Abramo(2005), na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, ela é identificada em 64% dos jovens pesquisados, com incidência maior na faixa dos 15 aos 17 anos (90%) enquanto na faixa dos 21 a 24 anos, é válida para apenas 41% destes. A ampliação da permanência na escola, associada ao sucesso, ainda representa uma barreira a ser vencida pelos Governos. A autora considera que “[...] tal variação tem a ver com o incremento na escolaridade dos últimos anos no país, que beneficiou os mais jovens, a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, do que puderam aproveitar quase todos os que são hoje adolescentes” (ABRAMO, 2005, p. 50). A permanência na escola dos jovens da faixa dos 21 aos 24 anos, ainda está longe de atingir os patamares desejados e sofre uma profunda influência, principalmente dos fatores econômicos, raciais, geográficos e de gênero.

Quanto à relação estudo e trabalho, a incidência de jovens estudantes é maior entre aqueles fora do mercado de trabalho. De forma positiva, constata-se que mais da metade dos jovens já trabalhando ou em busca de trabalho continuam estudando. Estas informações mostram a tendência, embora reduzida, de eles não interromperem os estudos quando se inserem no mercado de trabalho. Abramo (2005) constata que a dificuldade de continuar os estudos ocorre, de forma mais acentuada, nos jovens casados e com filhos. Em relação ao gênero, novamente a desvantagem das mulheres em relação aos homens é percebida, embora não tão expressiva. A proporção de homens pertencentes à População Economicamente Ativa – PEA (82%) em relação às mulheres (71%) é maior em todas as faixas de idade. A mesma situação é observada na questão do desemprego, mais significativo no gênero feminino. Estes dados mostram ser ainda preciso avançar nas políticas de redução das desigualdades de gênero.

Quanto à influência da escolaridade na empregabilidade dos jovens, os números mostram vantagens significativas para os possuidores de um nível de educação mais alto. Enquanto 82% dos jovens com ensino superior estão inseridos na PEA, 84% dos com estudo apenas até a 4ª série estão desempregados. Além do fato de o desemprego atingir mais os

jovens com baixa escolaridade, as condições de trabalho também são profundamente desiguais. Aqueles com menor escolaridade possuem menor remuneração e maior carga horária de trabalho. Soma-se a este quadro o fato de, quanto menor a idade, maior ser o percentual deles em situação de informalidade. Conforme Abramo, “A diferença de gênero e idade é forte, levando à verificação de que a situação entre os adolescentes trabalhadores é alarmante: quanto menor a idade, maior a informalidade [...]” (ABRAMO, 2005, p.52).

A pesquisa também mostra ser comum a preocupação com o emprego no grupo jovem, apresentando pequena variação apenas em relação à escolaridade. O emprego/profissão aparece como o segundo tema mais *preocupante* para os jovens, sendo também o segundo tema mais *interessante* para os jovens da atualidade e considerado por Abramo, como “uma forte marca geracional”. O interesse e a preocupação pelo tema da empregabilidade, identificados nos jovens pesquisados e somados aos baixos percentuais dos inseridos no mercado de trabalho, apontam para a necessidade de ampliação e fortalecimento dos programas de juventude voltados à inserção dos jovens na PEA.

No referente ao lazer, o estudo mostra que esta atividade ocupa boa parte do tempo livre deste grupo etário. Quanto aquelas que mais despertam o interesse dos jovens pesquisados, a cultura aparece como a mais desejada, mas de acesso muito restrito. A informação é relevante por evidenciar o interesse juvenil em ocupar as suas horas de lazer com atividades culturais, mas a fruição da cultura no nosso país ainda não contempla a totalidade deste segmento. Da mesma forma como observado na relação dos jovens com as questões das políticas de prevenção e saúde, no item que trata da PNJ, aponta-se a baixa oferta de programas na área da cultura voltados especificamente para o segmento juvenil, tendo em vista ser tema de grande interesse para eles.

Os jovens demonstram um sentimento positivo quanto a sua condição juvenil, semelhante para quase todo o grupo, apesar das diferenças de condições de vida. Aproximadamente 74% dos jovens acreditam existirem mais “coisas” boas do que ruins na juventude. Entre as melhores “coisas” de ser jovem, consideram: a) o fato de não ter preocupações/responsabilidades; b) a possibilidade de aproveitar a vida/viver com alegria; c) poder realizar atividades de lazer/entretenimento e estudar/adquirir conhecimento e d) a liberdade como o melhor de ser jovem. É possível perceber algumas contradições nas informações dadas pelos jovens pesquisados. Ao mesmo tempo em que o emprego/profissão é o fator mais preocupante, a falta de responsabilidade, a liberdade e o tempo para o lazer são considerados as melhores “coisas” desta fase da vida. Tais manifestações podem representar a

satisfação dos jovens pela sua condição de transitoriedade, mas, também a percepção da sua inclusão futura no mundo adulto, no qual o trabalho é condição necessária para a conquista da sua autonomia.

Entre as piores “coisas” existentes na fase da juventude, os jovens apontam a convivência com riscos e com drogas, a violência, a falta de liberdade, a falta de trabalho e de renda como as principais, embora mais de um quarto deles digam não haver nada de ruim nesta fase da vida. Outro aspecto interessante observado na pesquisa é o de os jovens não associarem a idade com o final da condição juvenil, mas às mudanças de condições de vida. Apontam o fato de passarem a assumir responsabilidades com matrimônio, filhos e trabalho como *uma nova fase na qual perdem a alegria e a vontade de viver*. Estas informações refletem o quanto os jovens associam a juventude com o momento mais prazeroso, de mais liberdade e felicidade, principalmente aqueles que conseguem vivê-la na sua plenitude.

Uma característica bastante marcante da juventude na atualidade é o aumento da permanência na família. Questionados sobre “se pudesse, quem mora com os pais, mudaria já ou esperaria mais tempo”, a resposta da grande maioria dos jovens é a de esperar mais tempo ou não ter planos de morar sem os pais ou responsáveis.

Ainda sobre os assuntos mais relevantes aos jovens, o futuro profissional igualmente, aparece em primeiro lugar. A família também é apontada pelos jovens entre os fatores de maior importância. A valorização da família ainda é reforçada na questão: “Na sua opinião, qual destes fatores é o mais importante para sua vida hoje como jovem?”, pois 75% indicaram o apoio da família. Na pergunta: “E o que é mais importante para garantir os seus direitos? Em primeiro lugar?”, novamente o apoio familiar é apontado por um número significativo de jovens. Na questão: “E o que é mais importante para você melhorar de vida? Em primeiro lugar? E em segundo lugar”, mais uma vez o apoio da família é indicado pela maioria dos jovens como o mais importante para a melhora de sua vida.

Dentro dos valores e referências para os jovens, a importância dos pais e da família é indicada e, quanto à “Pessoa a quem dá mais atenção ao que diz”, a mãe é a principal menção juvenil, seguida pelo pai, apresentando pequena variação por sexo e idade. A família também é designada entre as “Instituições ou locais mais importantes para o amadurecimento”: 72% dos jovens entrevistados reconhecem a instituição familiar como a mais relevante para o seu desenvolvimento pessoal.

Embora a imagem do jovem seja considerada, muitas vezes, como individualista e com baixo apego à família, as informações apresentadas na pesquisa demonstram o

reconhecimento da importância familiar nas suas vidas. A permanência por mais tempo com os pais ou responsáveis não representa, apenas, uma necessidade em função da dificuldade em conquistar a autonomia financeira. A permanência existe também por considerarem a família a sua principal referência e suporte. Portanto, uma política pública voltada para a juventude necessita ter, como foco principal, a família e considerar a importância do envolvimento dela no desenvolvimento juvenil.

Esta tendência de maior tempo de permanência na família é percebida por Aquino (2009) pela relação entre os dois fatores: a dificuldade de inserção profissional e as novas formas de relações familiares. “Hoje, à incerteza de entrada na vida profissional alia-se o conforto e a tolerância do meio familiar, a corrida para a obtenção do diploma e o prazer da sociabilidade juvenil, o que contribui para o retardamento na incorporação de papéis adultos” (AQUINO, 2009, p. 27).

No referente às políticas públicas, quando questionados sobre os “Projetos e atividades de que já tenha participado”, demonstraram baixa atuação nas áreas dos esportes, preservação ambiental, cultura e requalificação profissional. A média dos que apontaram nunca terem participado de projetos e atividades é superior a 80%. Baixo número de jovens afirma já terem se envolvido em atividades culturais nas praças do bairro/cidade e menos da metade informa ter participado alguma vez de atividades culturais nas escolas nos finais de semana. O fato de ser uma fase da vida de grande disponibilidade de tempo livre, o interesse demonstrado pelos jovens nas atividades ligadas a estas áreas e a constatação da baixa participação juvenil nelas reforçam a importância da ampliação da oferta de políticas públicas para a juventude nas áreas da cultura, esporte, meio ambiente e lazer.

Questionados sobre a importância das políticas públicas de saúde, acesso ao emprego, cultura, esporte, lazer, acesso à terra, espaços para capacitação, informação e divertimento para jovens, as respostas da grande maioria demonstram considerar tais ações como muito importante. Entretanto, em outras questões relacionadas às mesmas políticas, acabam manifestando não participarem de seus programas.

Esta observação é reforçada quando se reflete sobre as respostas dos jovens quanto ao seu conhecimento a respeito da existência de grupos culturais juvenis no seu bairro. Mais da metade dos entrevistados indica desconhecer a existência destes grupos. Ainda, quando perguntados: “Você faz parte ou participa das atividades de algum grupo de jovens no seu bairro ou em qualquer parte da cidade?”, apenas 15% informam estarem em grupos de jovens. É interessante ainda observar os índices de participação por atividade: mesmo sendo um

percentual muito baixo, a maior inserção dá-se nos grupos jovens ligados à Igreja (4%), seguido pelos grupos musicais (3%) e empatados em grupos de dança e teatro, com apenas 2% dos jovens pesquisados. A manifestação positiva em resposta às perguntas sobre o interesse em participar de atividades culturais, esportivas e recreativas é acompanhada pelo registro das dificuldades enfrentadas no acesso a elas. Contudo, também é reforçada pelas manifestações que veem sendo feitas pelos jovens, nas conferências nacionais de juventude (2008, 2010), quanto à necessidade de criar espaços e de promover ingresso em atividades culturais, esportivas e recreativas, principalmente para os grupos de jovens residentes em áreas mais pobres, que não dispõem de oportunidades de acesso a bens culturais.

Pelos dados apresentados na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, 2003, e pelas informações colhidas nas pesquisas sobre a juventude brasileira, realizadas nos anos de 2004 e 2005, pode-se entender que, atualmente, o segmento jovem no Brasil, constitui-se, na maioria, por jovens urbanos pertencentes às classes de baixa renda, identificados como pardos, morenos ou negros. Vivem em famílias de estrutura não nuclear (fora do modelo tradicional pai, mãe e filhos) com manifesta preferência em viver com a família (mesmo aqueles com autonomia financeira). De baixa escolaridade, estudam ou estudaram em escolas públicas, deixando de fazê-lo entre os 16 e os 24 anos. Sem muito acesso ao uso da informática, com pequena faixa de ocupação e formalização, vivem uma fase de intensa atividade sexual; dispendo de grande parte do tempo livre, com pouca frequência em atividades culturais, esportivas e recreativas. Ocupam grande parte dos momentos de lazer com os amigos ou assistindo à televisão, com facilidade de acesso a drogas lícitas e ilícitas e vivem em situação de alta vulnerabilidade social em função dos altos índices de violência no país.

Com base nestas ponderações sobre a condição e a situação juvenil na atualidade, passa-se a refletir sobre a questão da participação juvenil.

1.3 PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE

1.3.1 Diferentes significados da palavra “participação”

O significado da palavra participação, como aquele de cidadania, não é de serem ideias fechadas, prontas, mas sim, de conceitos construídos historicamente, com sentidos variáveis

no tempo e no espaço. Pode-se dizer que estas duas noções surgem juntamente com a concepção de democracia.

O conceito de cidadão teve origem na Grécia, nos séculos V e IV a.C., e sendo definido por Aristóteles como um *direito de todos* de contribuir para o Estado *participando ativamente* das Assembleias (COUTINHO, 2000). Como é possível perceber, a participação está diretamente relacionada com a cidadania.

Mas é em Rousseau que se encontram os princípios da democracia participativa. Considerado um dos principais teóricos da participação na modernidade, apresentou a sua teoria na obra “O contrato social”. Na introdução do Livro I, Rousseau revela sua posição em relação à importância da participação.

Nascido cidadão de um Estado Livre e membro do soberano, e por fraca influência que possa ter meu voto nos negócios públicos, o direito de votar é suficiente para me impor o dever de me informar a respeito disso: sinto-me feliz, todas as vezes que medito sobre os governos, de encontrar sempre em minhas pesquisas razões para amar aquele de meu país (ROUSSEAU, 2006, p. 35).

A teoria sobre democracia de Rousseau se fundamenta em um sistema político no qual os cidadãos são executores das próprias leis. De acordo com Pateman, na teoria de Rousseau, a participação é individual e tem como propósito proteger os interesses privados e a qualidade do governo.

A análise da operação do sistema participativo de Rousseau esclarece dois pontos: em primeiro lugar, que, para Rousseau, a ‘participação’ acontece na tomada de decisões; e em segundo lugar, que ela constitui, como nas teorias do governo representativo, um modo de proteger os interesses privados e de assegurar um bom governo. [...] O sistema ideal de Rousseau é concebido para desenvolver uma ação responsável, individual, social e política, como resultado do processo participativo (PATEMAN, 1992, p.38).

Mas é em Gramsci que se encontra o aprofundamento do tema da participação como princípio da democratização da sociedade. Semeraro (1999) observa não estar o interesse central de Gramsci no aparelho do Estado, mas, na democratização da sociedade civil.

[...] não é tanto a consistência do aparelho de Estado ou, o poder econômico de grupos privados, mas, a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil, com os indivíduos aprendendo a política do autogoverno e a gestação de valores democráticos (SEMERARO, 1999, p.70).

O autor observa ainda que Gramsci se diferenciava dos seus contemporâneos por acreditar na transformação da sociedade civil a partir da organização e participação das classes subalternas. Por isto, segundo ele, a sociedade civil: “[...] É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder” (SEMERARO, 1999, p.70).

Nas últimas décadas, com a maior democratização da sociedade, a participação passa a assumir diferentes significações. Para Jacobi (2000), a participação democrática tem sido um dos temas mais polêmicos dentro da literatura atual, caracterizando-se como um campo de conflito entre as duas visões de democracia.

Nos anos 1970 e em parte dos anos 1980, a literatura sobre o tema da participação se polariza entre duas visões, a liberal e a radical, retomando de outra forma a antinomia integração/conflitos e configurando um confronto entre os que advogam práticas reformistas e os defensores de uma democracia participativa ou de base (JACOBI, 2000, p.24).

Para Souza, “No campo das políticas sociais, a ideia de participação acumula uma longa tradição, assumindo, entretanto, significados distintos de acordo com os contextos em que estavam inscritos” (SOUZA, 2006, p.171). Para esta autora, a importância da participação está no fato de ela ser percebida como um processo social em que o homem se identifica enquanto sujeito político.

A origem etimológica latina da palavra “participar” vem de “partem capere”, que significa *tomar uma parte*. Já na etimologia grega, participar vem de “metekóuete”, que significa *ter conjuntamente, ter com o outro*. No dicionário Aurélio, a palavra participação é definida como: *tomar parte em, parte de um todo, ter parcela de um todo*.

Bordenave chama a atenção para as diferenças de sentido contidas nestas definições e defende ser possível fazer parte sem tomar parte e que estas expressões definem duas formas distintas de participação: a passiva e a ativa, uma representando o “cidadão inerte” e a outra, o “cidadão engajado” (BORDENAVE, 1994, p. 22).

A participação também se caracteriza de acordo com as áreas ou espaços de intervenção. Neste sentido, Nogueira (2004) entende que, em uma sociedade capitalista, são visualizadas quatro modalidades de participação: *a assistencialista, a corporativa, a eleitoral*

*e a política*¹⁸. O autor aponta, ainda, outra forma de participação considerada como uma combinação das quatro modalidades, a qual denomina de *participação cidadã*. “A participação que se dedica a compartilhar decisões governamentais, a garantir direitos, a interferir na elaboração orçamentária ou a fornecer sustentabilidade para certas diretrizes [...]” (NOGUEIRA, 2004, p.142).

Diferente de Nogueira, Souza (2006, p.174-175), apropriando-se de Carvalho (1995, p.21), destaca “três concepções de participação, presentes na história da sociedade política brasileira, a saber: a *participação comunitária*, a *participação popular* e a *participação social*”. A autora salienta o caráter inovador da “participação social” que inclui a sociedade no controle social. Ainda segundo a autora, esta forma de participação foi concretizada a partir da implantação dos fóruns e conselhos de políticas sociais.

Estas modalidades de participação se relacionam também com a intensidade e a relevância das contribuições dos participantes pois ela pode ser identificada pela intensidade como se concretiza. Para Demo (2009), a participação pode ser ativa ou passiva, podendo-se realizar em nível micro ou macro. Conhecer as diferentes concepções de participação é fundamental para se refletir sobre a forma desejada para a juventude na contemporaneidade, mas é também muito importante pensar nas características desta participação. A condição, como a participação é efetivada, o nível de interferência atingido e o grau de importância concedido às decisões dos participantes são elementos que merecem ser considerados na discussão sobre o tema da participação.

Nesta perspectiva, Bordenave (1994) classifica sete formas de participação: a) *de fato*, tendo como exemplo a ocorrida no seio da família; b) a espontânea, surgida naturalmente da convivência social; c) a *imposta*, como a exigência de prestação de serviço militar pelos jovens de 18 anos e o voto nas eleições dos representantes públicos; d) a *voluntária*, emergindo do interesse pessoal em participar de determinados grupos, como a participação nas ONGs, nos Sindicatos, entre outros; e) a *provocada*, motivada a partir de interesses externos, a exemplo do atual estímulo às ações de solidariedade; f) a *dirigida ou manipulada*, muito comum nos trabalhos de desenvolvimento comunitário ou em alguns movimentos; g) a

¹⁸ Para a melhor compreensão destes conceitos, ver NOGUEIRA, M.A. Gestão Participativa, Estado e democracia. In. NOGUEIRA, M.A. *Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004. p-117-158.

concedida, muito utilizada por alguns governos na constituição de espaços de participação da sociedade para a implementação de ações públicas¹⁹.

Para além das diferentes maneiras de participação existentes: *espontânea, imposta, voluntária, provocada, dirigida ou manipulada e a concedida*, o grau de controle e de influência das decisões de uma organização é de extrema relevância. Recorremos novamente a Bordenave (1994) para uma distinção dos graus em que a participação pode dar-se variando de acordo com o maior ou menor controle dos dirigentes. Para o autor, o nível mais baixo dela é o da *informação*, seguido pelo nível de *consulta facultativa* e da *consulta obrigatória*. Nestes três níveis, a decisão está a cargo do dirigente. O papel dos participantes é apenas opinativo. Um grau um pouco mais significativo de participação é o da *elaboração/recomendação*. Nestes casos, os participantes têm conhecimento sobre o assunto e orientam a decisão do dirigente, mas sem a garantia do acolhimento das recomendações do grupo.

O grau de influência dos participantes começa a aumentar na medida em que o dirigente passa a compartilhar o poder de decidir na cogestão do processo. No nível da *gestão compartilhada*, a influência dos participantes é fundamental, mas mesmo assim, a capacidade de intervenção dos dirigentes nas decisões dos membros do grupo ainda é determinante, “os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões” (BORDENAVE, 1994, p. 32).

Nível mais elevado ainda é o de *delegação*. Neste, os participantes possuem autonomia maior, mas limitada pelos interesses dos dirigentes, que mantêm parte das decisões em seu poder. Finalmente, o nível mais alto de participação é a *autogestão*. “Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto administração” (BORDENAVE, 1994, p. 33).

Classificar a participação por grau de intensidade já havia sido construído por Sherry Arnstein, em 1969²⁰. Segundo Brose (2001), os seus diferentes níveis foram identificados por Arnstein, a partir da própria experiência no trabalho com políticas de desenvolvimento urbano nos Estados Unidos, partindo da percepção do “fracasso de grande número dessas em possibilitar uma efetiva inclusão social de larga parte da população pobre[...]” (BROSE, 2001, p.12). A autora construiu uma escala de oito níveis, denominada de ***Escada da Participação***

¹⁹Para melhor compreensão destes tipos de participação ver BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁰ Para conhecer mais sobre as diferentes formas e metodologias de participação buscar em BROSE, M. (org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Cidadã. Segundo Brose: “Essa tipologia de oito níveis nos fornece um Marco Referencial para a análise das diversas atividades que encontramos na prática e que, de uma forma ou outra, são denominadas como participativas [...]” (2001, p.12).

Partindo dos níveis mais baixos, que a autora chama de etapa da “*manipulação*” e da “*terapia*”, encontram-se aquelas em que os participantes não dispõem de informações suficientes para a tomada de decisão, ficando à mercê dos interesses do grupo ou da liderança deste. No entendimento de Brose: “Nesses dois degraus da escada, a melhoria da capacidade de autonomia das pessoas e demais entidades envolvidas no processo é sabotada continuamente” (2001, p.12).

Nos dois níveis seguintes, os da “*informação*” e “*consulta*”, os participantes possuem algumas informações e podem tomar as suas próprias decisões, mas nada garante que as sugestões serão consideradas pelos dirigentes. Nos dois níveis posteriores, os da “*pacificação*” e da “*parceria*”, a influência dos participantes começa a crescer, as decisões são tomadas de forma mais consciente, mas mesmo assim, não existem garantias de serem consideradas. Finalmente, os dois últimos níveis de participação de Arnstein, a “*delegação de poder*” e o “*controle pelo cidadão*”, são os de maior influência do participante, quando o dirigente compartilha o poder de decisão com os membros do grupo. O nível máximo é o do “*controle pelo cidadão*”, o mais participativo; neste, a gestão de todo o processo é de responsabilidade dos participantes.

Estas duas classificações da participação, a de Bordenave e a de Arnstein, se aproximam bastante e podem representar para alguns, dificuldades na promoção de uma participação efetiva da sociedade nas questões públicas, ou significar uma possibilidade muito distante, ou mesmo, uma impossibilidade, um “sonho”. Mas a participação é um princípio fundamental da democracia e condição necessária para a promoção do desenvolvimento social.

A participação também varia em relação ao grau de importância das decisões tomadas pelos participantes. Os membros de um grupo podem decidir por meio de questões de pequena ou de grande relevância. Bordenave (1994) divide a importância das decisões em seis graus/níveis. Os quatro primeiros níveis são os menos compartilhados pelos dirigentes, que preferem deter o poder de: a) *formular a doutrina e a política da instituição*; b) *definir objetivos e estratégias*; c) *elaborar planos, programas e projetos*; d) *alocar recursos e administrar as ações*. Os dois níveis de interferência, permitidos com mais frequência pelos dirigentes, tratam da *execução das ações e da avaliação dos resultados*. Estes dois últimos

níveis têm sido muito prestigiados pelos governos para a implementação de políticas públicas, principalmente as políticas sociais. O nível de intervenção no conceito da política ainda é uma realidade a ser conquistada na grande maioria das estruturas de governos.

Esta reflexão é importante para se compreender como está acontecendo a participação juvenil dentro da Política Nacional de Juventude, isto é, de que forma os jovens estão participando na construção e no desenvolvimento dos programas voltados para o seu segmento.

As políticas de fortalecimento da democracia participativa têm promovido a criação e a implementação de espaços de participação onde a influência dos agentes sociais é cada vez maior. Mas, é preciso considerar o fato de que, para uma sociedade historicamente impedida de se envolver nas decisões de governo, ainda é preciso passar por uma etapa de conscientização e de formação, principalmente dos jovens, para a conquista destes espaços ocorrer de forma competente e resultar numa influência intensa e positiva deles, nas decisões das questões públicas.

Para Demo, a participação é uma conquista. “Dizemos que participação é uma conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 2009, p.18). No referente aos espaços participativos, o autor entende que a falta destes não deve servir de motivo para a não participação, mas sim, para estimular a sua conquista.

Finalmente em Gohn (2008) encontra-se o conceito de participação que serve de referência teórica a este estudo. Para a autora, a participação é um processo que deve levar a mudanças e à transformação social.

[...] um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2008, p.30)

A sociedade brasileira chega ao século XXI com um ideal de participação social conquistado e garantido pela Constituição e, mesmo sofrendo modificações no seu sentido, devido à implantação do modelo neoliberal, associado aos efeitos perversos do processo de globalização, a participação está em processo ora com maiores avanços, ora com menores,

inclusive repressões, mas pode-se afirmar que a participação nas políticas vem sendo assegurada desde a Constituição Federal de 1988²¹.

Após estas breves reflexões sobre os significados, sentidos e as formas de participação, tratar-se-á do modo como a participação vem se desenvolvendo no Brasil.

1.4 PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO BRASIL

Nos estudos realizados pela UNESCO (2004), sobre a participação de grupos juvenis na contemporaneidade, são identificados alguns grupos que marcaram a História em períodos distintos, apresentados a seguir. Os movimentos estudantis dos anos 1970, demonstrando o protagonismo dos jovens no enfrentamento das questões políticas da época; O movimento da juventude popular urbana, nos anos 1970 e 1980, contestando a exclusão ao acesso à educação média e superior; Nos anos 2000, o movimento de jovens rurais, demonstrando capacidade de organização e de crítica às políticas públicas e, de forma muito especial, de defesa da reforma agrária; A participação organizada das mulheres jovens dentro dos movimentos sociais; A participação dos jovens em movimentos culturais, ligados principalmente às ONGs e a participação organizada dos jovens em movimentos “por demarcações identitárias raciais” (UNESCO, 2004, p.27-29).

Nas pesquisas “Perfil da Juventude Brasileira, 2003, Juventudes Brasileira, 2004 e Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas”, 2005, os jovens indicam os temas da educação, trabalho, violência e desigualdade social, como os assuntos de maior interesse da juventude na atualidade brasileira. Conforme comentário de Carrano sobre a Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: “A pesquisa permitiu perceber dificuldades que precisam ser superadas para ampliar a participação juvenil perante o quadro societário que marginaliza amplas parcelas da juventude brasileira dos direitos básicos de cidadania” (CARRANO, 2006, p.4). O autor considera que as políticas de estímulo à participação devem considerar as dificuldades da grande maioria dos jovens, principalmente os mais pobres, de construir os seus projetos de vida. Chama a atenção para “o quadro de escassez de oportunidades de formação, participação e integração social que enfrentam” (CARRANO, 2006, p.4).

²¹Ver art. 1º, Parágrafo único. “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.” CF 1988.

No referente à participação, as pesquisas apontam que os jovens demonstram profundas desconfiças “nos canais institucionais e nas formas tradicionais de fazer política” (CARRANO, 2006, p.4). Por outro lado, o autor identifica: “Alguns coletivos juvenis emprestam novos sentidos ao político e elaboram, com outras lógicas e sensibilidades, múltiplas formas e conteúdos de ação coletiva na experimentação da esfera pública” (CARRANO, 2006, p.4).

Nestas pesquisas, os jovens demonstram baixa participação associativa. Os espaços mais prestigiados ainda são os de orientação religiosa, esportiva e artística. Os estudos também confirmam que, quanto maior a escolaridade e a situação econômica, maior é a possibilidade de práticas associativas. Carrano observa: que “A partir das respostas das pessoas entrevistadas na pesquisa de opinião, é possível compreender que existe frágil correlação entre escola e estímulo de desenvolvimento de cultura cívico-participativa” (2006, p. 5). Este fato chama a atenção na medida em que a escola busca educar para a cidadania. Visa à formação de sujeitos críticos e criativos, capazes de serem atores da construção da sua própria história.

No entendimento de Lânes (2006)

[...] nenhuma forma isolada de participação seria capaz de solucionar os problemas apontados²² pelos(as) jovens, levando-os(as) a selecionar os que julgaram ser os melhores aspectos de cada alternativa. [...] a modalidade de participação mais acessível à juventude e mais sintonizada com suas buscas subjetivas é a da ação grupal comunitária/voluntária [...] (p.5).

É importante salientar que as características juvenis identificadas nas duas últimas pesquisas não apresentam grandes diferenças, principalmente no referente à participação. Na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas Públicas e Políticas, somente 28,1% dos jovens entrevistados informaram participar de algum tipo de grupo (CARRANO, 2006, p.4) e na pesquisa “Juventude no Brasil”, 27,3% dos jovens esclareceram serem participantes ou já terem participado de alguma organização social (UNESCO, 2006, p.311). O percentual de participação juvenil aparece mais baixo na primeira pesquisa citada no estudo Perfil da Juventude Brasileira, pois mostra um percentual de 15% de jovens que informam participar de algum grupo social.

²² Entre as preocupações listadas pelos(as) jovens, aparece a necessidade de expansão do ensino médio, de ampliação do número e qualificação dos(as) professores(as), de mais investimentos em educação e melhor infraestrutura das escolas, da oferta de cursos profissionalizantes de boa qualidade, além da ampliação do mercado de trabalho e maior oferta de espaços de lazer descentralizados (LÂNES, 2006, p.73).

Mais recentemente, novos trabalhos sobre a participação da juventude foram apresentados no Brasil. Estudo sobre movimentos juvenis e participação cidadã, da Unesco, divulgado na Pré-conferência para as Américas, realizada em Salvador, em maio de 2010, identifica a baixa participação dos jovens latino-americanos e caribenhos nas organizações e movimentos estudantis. Quando elas existem, são muito limitadas aos espaços religiosos e esportivos. O estudo aponta para um novo paradigma da participação juvenil, não mais centrado em identidades coletivas reunidas em torno de questões socioeconômicas e político-ideológicas, mas em temas como os direitos da mulher, defesa do meio ambiente, respeito às opções sexuais e questões de raça: “[...] ahora se estructuran en torno al ejercicio de derechos (en la sexualidad, en la convivencia, etc) mientras que en el pasado, los valores predominantes tenían una impronta utópica y totalizante [...]” (RODRÍGUEZ, 2010, p.29)²³.

O autor considera que, apesar dos movimentos juvenis existentes no Brasil, na América Latina e no mundo serem muito variados, estes se dividem em quatro grupos distintos:

i) los movimientos más politizados (organizaciones estudiantiles, ramas juveniles de partidos y sindicatos, etc.); ii) los que funcionan en el marco de ciertas lógicas adultas (Scouts, pastorales, rurales, etc.); iii) los que se relacionan con iniciativas programáticas de diversas municipalidades en el ámbito local y iv) grupos más informales (incluyendo a los que operan en torno a expresiones culturales, pandillas juveniles, etc) (RODRÍGUEZ, 2010, p.30)²⁴.

Outra leitura importante do autor sobre a lógica dos atuais movimentos juvenis, é a tendência a uma espécie de isolamento destes em relação a outros movimentos e a ênfase na criação de espaços de participação específicos para jovens, diferente do *movimento* das mulheres que busca incluir a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas e interagir em todos os espaços de participação existente.

Este estudo da UNESCO reforça a necessidade de fortalecer e tornar mais efetiva a participação juvenil e sugere quatro critérios operativos fundamentais: *a) o primeiro se refere ao investimento para fortalecer a autoestima dos jovens e a construção da autonomia juvenil; b) o segundo critério trata da educação para a participação e a cidadania; c) o terceiro reporta à integração dos jovens a espaços mais amplos e, finalmente, d) o quarto critério operativo, o*

²³ atualmente se estruturam em torno do exercício dos direitos (da sexualidade, de convivência, etc), enquanto que no passado os valores predominantes tinham uma importância utópica e totalizante (tradução da autora).

²⁴ i) os movimentos mais politizados (organizações estudantis, ramos Jovens de partidos e sindicatos, etc), ii) aqueles que funcionam no marco de certas lógicas (escoteiros, pastoral, rural, etc.) iii) aqueles que se relacionam com iniciativas programáticas de diversas municipalidades em âmbito local; iv) os grupos mais informais (incluindo aqueles que operam em torno a expressões culturais, gangues jovens, etc.) (tradução da autora).

fortalecimento das capacidades organizativas e operativas dos jovens, o desenvolvimento de práticas democráticas e de fomento para desenvolver capacidades de interlocução com os tomadores de decisões. O autor complementa ainda, tornar-se necessário, para isto, envolver os meios de comunicação de massa (RODRÍGUEZ, 2010).

Na direção do fortalecimento da participação juvenil, Pontual (2008) entende ser essencial à participação efetiva e qualificada da juventude, a organização social do segmento juvenil e a criação, por parte do poder público e da sociedade civil, de espaços e canais de participação, específicos e adequados a este público. Mas, para tanto, acredita que existam seis grandes desafios a serem vencidos.

O *primeiro* é a importância de se compreender que a juventude possui necessidades e especificidades próprias, devendo contar com políticas públicas específicas. O *segundo* é o reconhecimento, por parte do poder público e da sociedade das diferenças existentes dentro da juventude. A juventude se difere em: raça, gênero, cultura, religião, condições físicas, econômicas e sociais e, esta diversidade define acessos distintos aos seus direitos sociais. O *terceiro* desafio é o da abordagem transversal das políticas de juventude para o atendimento integral dos direitos dos jovens. Considera fundamental que o tratamento das questões de juventude atenda os diferentes aspectos da sua vida. O *quarto* desafio é o da valorização dos canais de participação e dos espaços de diálogo. Estes momentos de escuta e consulta é que irão garantir a construção de políticas públicas mais adequadas e eficazes para tal segmento, reconhecendo os espaços e os canais de participação da juventude como fóruns legítimos de discussão, análise e elaboração de propostas para qualificar as políticas de juventude. O *quinto* desafio é o da formação desses jovens agentes sociais, sendo um compromisso dos organismos não governamentais, do poder público e das organizações do próprio segmento juvenil.

O autor entende que os jovens precisam estar preparados para ocupar estes espaços de forma qualificada. Terem acesso às informações sobre as políticas e funcionamento do setor público, para entender o processo e apresentarem condições de dialogar com gestores e lideranças políticas. O *sexto* e último desafio se refere à construção de “formas de linguagem na dimensão do diálogo e da participação” (PONTUAL, 2008, p.118). Ou seja, formas de linguagem e expressão que tornem a participação política um momento prazeroso, gratificante, agradável, menos formal e um espaço alegre, mas que seja de fato um espaço de conquista de direitos.

No entendimento de Carrano (2006) a partir do conhecimento deste quadro de baixa participação juvenil, formação e integração social, “Políticas públicas democráticas necessitam partir de diagnósticos realistas sobre as condições objetivas sobre as quais os (as) jovens podem se elevar para se constituírem como atores sociais participativos da vida pública” (CARRANO, 2006, p.4).

A importância do envolvimento efetivo da juventude nas políticas públicas tem se apresentado como um tema emergente dentro da política social. Conforme o CONJUVE (2006):

Vêm se ampliando os estudos sobre uma série de temas considerados emergentes para a condição juvenil hoje, como sexualidade, dependência de substâncias psicoativas, violências, relações raciais, produção cultural, subjetividades, participação, parentalidade juvenil, direitos sexuais e reprodutivos, homossexualidade, entre outros. As pesquisas do sistema IBGE não necessariamente abrangem estes temas (CONJUVE, 2006, p.39).

Estudo do IPEA, realizado em 2009, sobre Juventude e Políticas Sociais no Brasil, apresenta algumas conclusões, apontando na direção da importância da participação juvenil. No capítulo que trata da “Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades”, os autores reconhecem os avanços significativos da atual Política Nacional de Juventude, mas consideram ainda existir dificuldade na implantação de políticas integradas “[...] e de se assegurar a construção de políticas a partir de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo” (SILVA e ANDRADE, 2009, p.68). O estudo finaliza com a seguinte sugestão:

[...] valeria a pena refletir e avaliar densamente os programas emergenciais que estão sendo implantados para descobrir se essas ações estão de fato contribuindo para a autonomia e o protagonismo dos jovens, que são os dois princípios mais importantes para uma política de juventude que pretenda ser transformadora (SILVA e ANDRADE, 2009, p.68).

A partir da constatação da baixa participação juvenil, do entendimento da importância da atuação dos jovens nos processos de construir, implementar e avaliar as políticas públicas e do conhecimento da existência da PNJ, no próximo capítulo se realizará uma breve análise sobre a origem e o desenvolvimento da Política Nacional de Juventude, no sentido de identificar se ela apresenta, entre suas diretrizes e objetivos, o propósito de desenvolver a participação juvenil.

2 RUMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

2.1 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE JUVENTUDE

A trajetória das políticas de juventude no Brasil tem forte relação com o desenvolvimento das políticas de juventude na América Latina e no mundo. Mundialmente, a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil, dentro das políticas públicas, surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1965, na *Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos*. Ocorre justamente no período em que os jovens adquiriram grande visibilidade por conta dos intensos movimentos políticos da época. Esta temática retorna e ganha maior visibilidade em 1985, com a instituição, pela ONU, do primeiro *Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz*. Novamente emerge a preocupação com os jovens por conta da crise econômica ocorrida principalmente, nos países periféricos. Somente dez anos depois, em 1995, foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude, por meio do *Programa Mundial de Ação para a Juventude – PMAJ*, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981. Posteriormente, destacam-se a *Declaração de Lisboa sobre a Juventude*, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1998, e o *Plano de Ação de Braga*, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas (IPEA, 2009). Os documentos internacionais, produzidos pelas Nações Unidas sobre a juventude, têm orientado as políticas nacionais e internacionais de juventude nas últimas décadas e estão disponíveis nos sites da ONU e da UNESCO.

Estudo realizado pela UNESCO, em 2004, sobre as políticas públicas de juventude-PPJs na América Latina, identifica quatro modelos de políticas públicas de enfoque juvenil, adotadas durante o período de 1950 a 1990. O primeiro perdurou durante três décadas, de 1950 a 1980, durante o período de forte crescimento econômico e teve como enfoque: a educação, o controle do tempo livre dos jovens e o crescimento econômico. Este foi um período de significativos avanços na educação, por conta da necessidade do mercado em obter mão de obra mais qualificada. Os intensos movimentos sociais ocorridos durante as décadas de 1960 e 1970, como os movimentos estudantis e juvenis contra a ditadura militar, no período de 1964 a 1968, deram origem às políticas públicas de maior controle do tempo livre

dos jovens, com a intenção de neutralizar estes movimentos. “Entretanto e junto com a expansão do sistema educacional, os governos procuraram oferecer maior controle do chamado tempo livre dos jovens” (UNESCO, 2004, p. 60). Desta forma, neste espaço de tempo deu-se ênfase ao desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e culturais, como estratégia de controle do tempo de lazer dos jovens, sob o argumento da necessidade de afastá-los de condutas inadequadas, por exemplo, do uso abusivo de álcool e drogas ilícitas.

Mesmo assim, o movimento juvenil foi intenso e teve papel decisivo no momento político da época, principalmente no Brasil, ação de resistência aos governos de ditadura. Importa lembrar que a intensa mobilização juvenil dos anos 60 do século passado provocou a adoção do segundo modelo de PPJ, de caráter eminentemente controlador. “[...] entidades de governo se orientam por programas para os jovens, com acentuado elemento de controle e por estratégias de isolamento dos movimentos estudantis e sua reclusão nos estabelecimentos universitários” (UNESCO, 2004, p. 60). Nesta época, houve um forte esquema de controle dos Grêmios Estudantis e a implantação de reformas educacionais que dificultavam a articulação estudantil. No ensino universitário, por exemplo, a reforma modificou o sistema seriado, e ele passou a ser oferecido por disciplina, provocando a desmobilização estudantil.

Com o processo de expansão da pobreza, em função da crise econômica com início em 1980, um terceiro modelo de PPJ passa a se desenvolver. Começaram a ser implantados os programas de combate à pobreza como os de transferência direta de renda, assistência alimentar, geração de empregos, entre outros. “[...] e se nenhuma destas iniciativas foi jamais catalogada como programa juvenil, em quase todos os países parte dos beneficiários era jovem e os esquemas de emprego de emergência contaram com a participação de milhares deles” (UNESCO, 2004, p. 62). Enquadram-se nesta política os programas de transferência de renda, atrelados à permanência da criança e de adolescente na escola. Destaca-se no período de 1984, o movimento juvenil pela redemocratização do país, conhecido como movimento pelas “Diretas Já”.

O quarto modelo de PPJ, marcante na América Latina durante o século XX, ocorreu a partir dos anos de 1990, com foco no investimento em capital humano. “No último decênio, alcançaram-se importantes consensos sobre a centralidade da educação nos processos de desenvolvimento e se outorgou uma alta prioridade ao tema da inserção dos jovens no mercado de trabalho” (UNESCO, 2004, p.63). Verificou-se neste período, a ênfase das políticas para a juventude tendo, como preocupação principal, a inserção do jovem na modernização social, contribuindo para a transformação produtiva necessária (UNESCO,

2004). Neste período, os jovens brasileiros tiveram um papel importante no movimento pelo Impeachment de Fernando Collor, denominado de movimento “Caras Pintadas”, em 1992.

Mas, no Brasil, os movimentos direcionados à construção de PPJ são identificados mais cedo, em 1927, quando da criação do Código de Menores, sancionado em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto nº 17.943. Ele pode ser considerado como o marco legal que deu início à ação do Estado nas políticas para a juventude. Sob a inspiração deste Código, foram criados, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor – SAM e, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, responsável pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor-PNBEM. A concepção político-social implícita nesta lei era torná-la um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítimas da omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. Conforme a UNESCO (2004), a lógica que fundamentava a Política Nacional do “menor” era a do “saneamento social”, pois a preocupação precípua dirigia-se à garantia da ordem social e não o atendimento das necessidades e direitos deste segmento social.

Para adequar o Código de Menores ao Código Penal de 1940, o Decreto Lei nº 6 026, de 24 11 1943 dispôs "sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais", que distinguia os menores infratores de 14 a 18 anos em duas classes, conforme demonstrassem ou não periculosidade [...] (MOTTA, 2001, p.147).

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos é recente. No Brasil, reconhecer a criança e o adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos 80 iniciado no século passado, que culminaram com a realização, em 1985, do “Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua” (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006). Finalmente, em 1988, a Constituição Federal incluiu, no Art. 227, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Por parte do Governo Federal, este tema passou a tomar força desde 1989, quando o Brasil, um dos países signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU sobre os Direitos da Criança, comprometeu-se a adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por essa Convenção. Instituir o Estatuto da Criança – ECA, Lei nº 8.069, em junho de 1990, representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim completou-se, segundo os autores,

[...] a Constituição de 1988, com a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Introduziu-se, na cultura jurídica brasileira, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006, p.119).

Embora o termo jovem ou juventude não tenham sido inseridos no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988 e, no ECA, apareça a categoria de adolescentes, cobrindo a faixa dos jovens de 15 a 18 anos incompletos, estes instrumentos legais surgem e servem de suporte para o estabelecimento de condições legais para “a reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude” (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006, p.119). Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, esta faixa etária começou a ter maior visibilidade e atenção das políticas públicas²⁵.

A partir da Constituição Federal de 1988 e do ECA, 1990, o Brasil passa adotar uma nova “cultura jurídica”. Assim, “pela primeira vez em nossa história, as crianças e os adolescentes deixaram de ser objeto e se tornaram sujeitos de Direito, o ECA veio substituir a ‘doutrina da situação irregular’ pela ‘doutrina da atenção integral’” (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006, p.119).

Apesar dos avanços conquistados por estes instrumentos legais, a sociedade e os Governos têm focalizado suas ações nos adolescentes dentro da faixa etária do ECA e naqueles excluídos de seus direitos sociais (SPOSITO e CARRANO, 2003). Os jovens acima desta faixa etária pouco se têm beneficiado de políticas específicas, sendo atendidos pelas políticas públicas voltadas para a comunidade em geral.

Falar das políticas para a infância e a juventude representa um tema complexo e polêmico, ainda permeado por uma cultura bastante conservadora: “[...] carrega uma cultura de benemerência, subserviência, caridade e violência, características estas distantes do princípio de cidadania e direitos [...]” (LOPES, SILVA e MALFITANO 2006, p.124), ainda persiste no imaginário social o entendimento de as políticas para a infância e a adolescência serem voltadas para o atendimento da “criança pobre”, “criança de rua”, “menor abandonado ou de rua”, entre outras adjetivações discriminatórias. Essa concepção deve-se ao fato de ainda existir uma associação da imagem da criança e do adolescente à pobreza, fortalecida pelo antigo “Código do Menor”. Para Sposito e Carrano: “Ocorre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase da vida e a reiterada forma de separar a

²⁵Sposito considera que em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros ou humanos); envolve uma direção temporal (duração) e alguma capacidade de impacto (2008, p.59).

criança e o adolescente das elites do ‘outro’, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social” (2003, p.20). Observam, ainda, as resistências surgidas com relação aos direitos sociais, considerados, por parcela da sociedade, como “excessivos”, gerando inclusive alguns movimentos, por exemplo, as ações em prol da redução da idade de responsabilidade criminal, que tramita atualmente no Congresso Nacional. Apesar disto, os autores observam, na sua análise, a existência de um consenso na sociedade brasileira sobre a premência de políticas destinadas à juventude.

Os conflitos na área das políticas públicas também aparecem na relação entre o Governo e a Sociedade Civil, na forma como a sociedade participa, quando o faz da concepção de políticas públicas e como os jovens se inserem neste processo. Apesar das manifestações políticas sobre a realização de processos participativos e democráticos, ainda permanece a cultura tecnocrática na elaboração das políticas públicas.

O estudo elaborado por Sposito e Carrano (2003), das políticas públicas de juventude no Brasil, desenvolvidas no período de 1995 a 2002, ou seja, durante os dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso, constata que, apesar do crescimento do número de ações voltadas para a juventude, 33 programas/projetos, ainda inexisteriam processos participativos envolvendo jovens a partir dos 18 anos: “[...] no Brasil, ainda estão por se constituir conselhos e fóruns que canalizem a interlocução de jovens e demais atores com o Estado na direção da definição de política e da implementação prática de pautas ampliadas de garantia dos direitos universais à juventude” (2003, p.24).

A partir do ano 2000, intensificam-se os estudos sobre a juventude brasileira. Destacam-se, nesse período, discussões, estudos e pesquisas da UNESCO; da Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação; do Instituto Cidadania; da Fundação Perseu Abramo e do Ibase- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Em 2002, o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes, constituído por várias entidades públicas e privadas, além de Organizações da Sociedade Civil, entre elas a Ação Educativa, por meio da iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – encarregado de formular um conjunto de propostas a fim de criar uma política pública para adolescentes de baixa renda. Essas propostas foram apresentadas, primeiro aos candidatos à eleição presidencial de 2002. Posteriormente, em 2003, o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes apresentou um conjunto de propostas aos Ministérios da Educação, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Esporte e Assistência Social. Paralelamente a esse movimento, surge a necessidade

de discutir as políticas públicas voltadas especificamente para o segmento jovem, sendo realizada uma nova etapa de discussão, denominada *Projeto Juventude* (FREITAS, 2005).

Ainda em 2003, começa a tramitar, no Congresso Nacional, o PEC nº 138/2003, conhecido como PEC da Juventude, propondo a alteração da denominação do Capítulo VII, do Título VIII, da Constituição Federal de 1988, para: "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso". Esta iniciativa representa o reconhecimento deste segmento prioritário para elaborar as políticas públicas e garantir esse grupo como sujeitos detentores de direitos. A Câmara Federal cria, nesse mesmo ano, a Comissão Especial da Juventude, com a atribuição de realizar uma ampla discussão com a sociedade, tendo o propósito de identificar e indicar os elementos essenciais à construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, bem como, comprovar ao Governo Federal a necessidade de criar um órgão federal gestor da Política Nacional de Juventude.

Em 2004, inicia-se o tramite do projeto de lei estabelecendo o Plano Nacional de Juventude, o PL nº 4.530/ 2004, aprovado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Neste mesmo ano, a Secretaria Geral da Presidência da República dá início aos estudos sobre a juventude brasileira visando subsidiar os debates para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

Atendendo às demandas apresentadas, tanto pela sociedade civil organizada, quanto pela Câmara de Deputados, a Secretaria Geral da Presidência da República constituiu, em 2004, o Grupo Interministerial, formado pela representação de 19 Ministérios. Este grupo encarregou-se de realizar um estudo sobre os programas e projetos federais existentes e identificar as necessidades sociais, econômicas e culturais dos jovens brasileiros com o propósito de subsidiar os debates para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude.

Segundo as conclusões, do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial, sobre os programas federais e as condições socioeconômicas dos jovens brasileiros, para a Política Nacional de Juventude poder avançar no atendimento dos direitos fundamentais deste segmento social, o país precisará enfrentar os seguintes desafios: a) ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; b) erradicar o analfabetismo; c) gerar trabalho e renda; d) preparar para o mundo do trabalho; e) promover uma vida saudável; f)

democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; g) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; h) estimular a cidadania e a participação social; i) melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

A proposta de Plano Nacional de Juventude, construído após um grande debate nacional com as juventudes, promovido pela Câmara de Deputados, também apontou para os avanços necessários, destacando-se os objetivos de: 1. “Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma Política Nacional de Juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, desportivos, religiosos e familiares”; 2. “Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis” (PL nº 4.530/2004).

A análise do PL nº 4.530/2004 permite identificar que o Plano Nacional de Juventude propõe uma política pública com o enfoque no jovem como ator social estratégico do desenvolvimento. Assim, por exemplo, o item 2.3.2, que trata do *Protagonismo e Organização Juvenil*, define o “Protagonismo quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto, protagonismo juvenil significa que o jovem tem de ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas ao seu favor”. Desta forma, o Plano Nacional de Juventude aponta para a inserção dos jovens no processo de construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

A Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 representa o marco legal da PNJ. A criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, previsto nesta lei, representa um novo momento para a juventude brasileira. O CONJUVE significa um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude. Segundo informações do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), compete ao CONJUVE participar da

[...] formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p.9).

Ainda em 2005 foi encaminhada à Câmara de Deputados uma nova proposta de emenda constitucional, a PEC nº 394/2005, requerendo incluir a expressão “jovem” no capítulo VII e dando nova redação ao Artigo 227 da Constituição Federal.

Assim, a partir da criação da Política Nacional de Juventude – PNJ, os jovens da faixa etária dos 15 aos 29 anos passaram a ser considerados *sujeitos de direitos*. Conforme o CONJUVE (2006), é necessário reconhecer os jovens como “[...]sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas,[...]o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia” (CONJUVE, 2006, p.7).

Finalmente, no dia 07 de julho de 2010, no Senado Federal, ocorreu a votação e a aprovação da PEC nº 042/2008, acompanhada por um amplo movimento da juventude organizada, conhecida como PEC da Juventude, oriunda da Câmara de Deputados como PEC nº 138/2003. A expectativa, agora, é pelo avanço na atualização e aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto Nacional de Juventude, pois, conforme destaca Cury (2009), o principal desafio da PNJ é ser transformada em uma política pública de Estado e ter garantida a sua continuidade, independente da vontade do governante que esteja no poder.

2.2.1 Programas nacionais de juventude

Conforme o CONJUVE (2006), a Política Nacional de Juventude se divide em políticas estruturais, programas e ações. São consideradas estruturais as políticas continuadas que dão garantia aos direitos fundamentais, por exemplo, a política de ampliação do acesso à educação, educação para a diversidade e educação no campo. Os programas são atividades governamentais, podendo estar subordinados às políticas estruturais e relacionados a grupos ou questões específicas, às vezes com prazos definidos para o seu desenvolvimento. Como exemplos, têm-se os casos do Projeto Rondon, Projeto Soldado Cidadão e o Pronaf Jovem. Finalmente, existem as ações de curto prazo, que podem estar articuladas às políticas estruturais ou a programas, a exemplo do Programa Pontos de cultura.

Um levantamento realizado nos diferentes Ministérios permitiu identificar 20 programas nacionais de juventude, distribuídos em três categorias de atendimento: universais, atrativos e exclusivos. Destaca-se a possibilidade desse número de programas ser reduzido se o corte da faixa etária for acima dos 18 anos, constituída pelo segmento ainda não contemplado por políticas sociais específicas. Este mesmo número de programas coincide

com o identificado posteriormente na revisão bibliográfica, no Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006) e no documento do IPEA (2009), Juventude e Políticas Sociais no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o mapeamento resultante do levantamento realizado, identificando o objetivo, as ações previstas, a faixa etária a que se destina e o órgão responsável pelos programas identificados.²⁶

²⁶Este mapeamento apresenta sistematizações que integram dados de diferentes Ministérios e do IPEA, considerando que, às vezes, foi necessário buscar informações complementares em outros sites para obter dados mais atualizados de cada Programa.

Quadro 1 - Mapeamento dos Programas Nacionais de Juventude

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÕES	FAIXA ETÁRIA	EXECUTORES
1- Projovem Adolescente	É um serviço socioeducativo de convívio, que visa complementar a proteção social básica criando mecanismos para garantir o direito à convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção e permanência do jovem no sistema de ensino. Objetiva promover a inclusão de jovens qualificando e valorizando a sua participação social através de atividades socioeducativas.	<ul style="list-style-type: none"> - Complemento à proteção social básica - Criação de mecanismos para garantir o convívio familiar e comunitário - Promoção para incluir os jovens através de atividades socioeducativas 	Jovens com idade de 15 a 17 anos , Adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família- PBF, vítimas de abusos sexuais e em medidas socioeducativas.	Ministério do Desenvolvimento Social.
2- Projovem Urbano	Objetiva elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã.	<ul style="list-style-type: none"> - Reinserção do jovem na escola - Capacitação para o mundo do trabalho - Identificação de Oportunidades de trabalho - Planejamento e desenvolvimento de ações comunitárias - Inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação 	Jovens com idade de 18 a 29 anos.	Secretaria Nacional de Juventude.
3- Projovem Campo	O Projovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivo desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que deem a oportunidade de escolarização em Ensino Fundamental para jovens agricultores familiares excluídos do sistema formal de ensino. A modalidade é a de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional adequada ao campo.	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da escolaridade e qualificação profissional - Estimulo ao desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo - Fortalecimento do desenvolvimento de propostas pedagógicas e de metodologias adequadas à modalidade de Educação de Jovens e Adultos no campo; - Realização da formação continuada em metodologias e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores envolvidos no Programa - Estimulo à permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro. 	Jovens com idade de 18 a 29 anos.	Ministério da Educação.
4- Projovem Trabalhador	O Projovem Trabalhador – jovem cidadão unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.	<ul style="list-style-type: none"> - Preparação do jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, identificando oportunidades de emprego 	Jovens com idade de 18 a 29 anos.	Ministério do Trabalho e Emprego.
5- Programa Bolsa-Atleta	Tem por objetivo garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O Programa permite que o atleta treine sem precisar abandonar os estudos ou o esporte para ajudar no sustento da família.	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de suporte à formação de gerações de atletas com potencial para representar o país -Ampliação das práticas esportivas - Oferta de entretenimento para os jovens para a redução dos gastos em saúde e em programas de combate às drogas e à violência 	Maiores de 12 anos de idade.	Ministério do Esporte.

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÕES	FAIXA ETÁRIA	EXECUTORES
6- Projeto Rondon	É um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população e busca aproximar esses estudantes da realidade do País, além de contribuir, também, para o desenvolvimento das comunidades assistidas.	- Apoio as atividades realizadas pelos rondonistas (como são chamados os professores e estudantes universitários que participam do Projeto). As ações concentram-se nas áreas de comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção e trabalho.	Jovens Estudantes do Ensino Superior	Ministério da Defesa
7- Programa Escola Aberta	Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade; ampliar as oportunidades de acesso à formação para a cidadania e redução de violências na comunidade escolar.	- Promoção de atividades alicerçadas no interesse da comunidade local e escolar e, em parceiras entre governo e sociedade civil organizada, na oferta de oficinas de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações complementares às de educação formal.	Jovens, Adultos e Idosos	Ministério da Educação.
8- Programa Jovem Aprendiz	Contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes e jovens, por meio de educação profissional, estímulo à prática da cidadania e de valores éticos, preparando-os para o mundo do trabalho.	- Oferta de curso de qualificação profissional com duração relativa ao grau de complexidade da atividade a ser desenvolvida, promovidos pelo Sistema “S”, para jovens contratados por empresas ou órgãos públicos, na modalidade de “Aprendiz”. Estes recebem uma remuneração correspondente ao salário mínimo hora. (nacional ou regional) Pagos pela empresa contratante.	Jovens da faixa etária entre 14 e 24 anos .	Ministério do Trabalho e Emprego
9- Programa Juventude e Meio Ambiente	Contribuir para o fortalecimento de pessoas, organizações e movimentos de juventude do país, com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação junto aos coletivos jovens. Objetivos específicos: Incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação; Ampliar a formação de jovens lideranças ambientais; Contribuir para o fortalecimento e expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente- CJs nos Estados e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)*	- Consolidação e expansão de 27 coletivos Jovens (um por Unidade Federativa) - Ampliação do número de jovens participantes dos CJs de 200 para 800 - Formação direta de 100 jovens na área de meio ambiente, em cinco temas: educação ambiental, educação ambiental, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política - Criação de 100 coletivos Jovens de Meio Ambiente Municipais (no interior) - Ampliação dos participantes na Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA	Jovens com idade de 15 a 29 anos .	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação
10- Programa Nossa Primeira Terra	Atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil.	- Manutenção dos jovens agricultores na ocupação do meio rural - Desenvolvimento de mão de obra qualificada no campo; - Promoção de inovação tecnológica	Jovens com idade de 18 a 28 anos .	Ministério do Desenvolvimento Agrário

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÕES	FAIXA ETÁRIA	EXECUTORES
11- Programa Cultura Viva- Pontos de Cultura	Objetiva promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como, potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo a ações que despertem a arte, a cultura, a cidadania e a economia solidária nas comunidades - O Programa contribui ainda para valorizar o conhecimento dos mestres do saber (ação Gridô); fortalecer o contato entre as comunidades, a produção audiovisual e sua distribuição (ação Cultura Digital); estimular o protagonismo juvenil (ação Agente Cultura Viva); e aproximar a cultura brasileira da escola (ação Escola Viva) 	Populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.	Ministério da Cultura
12- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos PROEJA	Objetiva a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional e técnica de nível fundamental e médio. Porém esses objetivos possuem uma peculiaridade na sua forma de realização, pois propõem que essa educação seja ofertada de forma integrada, de modo que o ensino fundamental ou médio caminhe juntamente com a formação técnica.	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico; - Formação inicial e continuada com o ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida. - Formação inicial e continuada com ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental - Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são, também, admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio de Jovens e Adultos (PROEJA). 	Idade mínima de 18 anos.	Ministério da Educação
13- Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas-SPE – apoio UNESCO E UNICEF	O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	- Realização de ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos.	Jovens entre 14 e 19 anos estudantes de escolas públicas	Ministérios da Saúde e da Educação
14- Programa Pronaf Jovem	Objetiva fomentar o futuro da agricultura, combatendo o êxodo rural e a miséria no campo, através de uma atividade produtiva, que agregue renda à sua família.	- Oferta de um crédito especial de investimento relacionado com projetos específicos de interesse de jovens, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional, filhos(as) dos agricultores familiares.	Jovens com idade de 16 a 25 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÕES	FAIXA ETÁRIA	EXECUTORES
15- Programa Universidade para todos (ProUni)	O objetivo é democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros.	- Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.	Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar de um salário mínimo e meio, e bolsa parcial 50%, para os de renda máxima de três salários mínimos.	Ministério da Educação.
16- Programa Segundo Tempo	Tem como objetivos: democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática desportiva educacional de qualidade Desenvolver valores sociais e contribuir para: - a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras - a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde) - diminuir a exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania)	- Oferta de, no mínimo, a prática de duas modalidades coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei) e uma modalidade individual (atletismo, natação, vela, tênis de mesa, dança, capoeira, etc.) - Desenvolvimento de ações complementares, utilizando os espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional	O programa tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais.	Ministério do Esporte
17- Projeto Soldado Cidadão	O Projeto Soldado-Cidadão tem por finalidade fornecer qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, enfrentarem o mercado de trabalho em melhores condições.	- Oferta de oportunidades de formação complementar que possibilitarão o ingresso no mercado de trabalho, após a saída do serviço militar. Além da técnica, os alunos aprendem sobre empreendedorismo, respeito, ética e cidadania.	Militares temporários das Forças Armadas, quando estiverem próximos de seu licenciamento do serviço ativo.	Ministério da Defesa.
18- Programa Saúde na Escola PSE	O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.	- Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública - Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção - Oferta de educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens - Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes - Monitoramento e Avaliação do Programa	Alunos da rede pública de ensino fundamental, ensino médio, rede federal de educação profissional e tecnológica e EJA	Ministérios da Educação e Saúde.

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÕES	FAIXA ETÁRIA	EXECUTORES
19- Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens	Seu objetivo é contribuir para a difusão de estratégias pautadas na valorização da vida de adolescentes brasileiros, grupo etário que hoje é extremamente vulnerável à letalidade por homicídios em todo o país. Visa promover ações de sensibilização, articulação política e produção de mecanismos de monitoramento, no intuito de assegurar que as mortes violentas de adolescentes dos grandes centros urbanos brasileiros sejam tratadas como prioridade na agenda pública.	Atuação s partir de 3 eixos Eixo 1 – Articulação política/ advocacy Eixo 2 – Produção de indicadores Eixo 3 – Desenvolvimento de metodologias de intervenção	Público de adolescentes e jovens	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
20- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	Articular políticas de segurança com ações sociais; priorizar a prevenção. Busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.	Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a: - Valorização dos profissionais de segurança pública - Reestruturação do sistema penitenciário; - Combate à corrupção policial; - Envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Protejo - Jovens bolsistas em território de descoesão social agirão como multiplicadores a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades. Sistema Prisional - A criação de mais de 40 mil vagas no sistema penitenciário do país para atender a públicos específicos. Os jovens entre 18 e 24 anos terão unidades prisionais diferenciadas.	Prioridade para os jovens de 15 a 24 anos de idade, moradores das regiões metropolitanas mais violentas do país.	Ministério Desenvolvimento Social

Fonte: Sistematização elaborada através de consulta aos sites dos Ministérios, em 2010 e no documento do IPEA (2009).

Convêm salientar não terem sido citados no mapeamento os Ministérios ou Órgãos Federais parceiros no desenvolvimento dos Programas, indicando-se apenas o principal órgão responsável. É importante considerar, também, haver programas estruturantes, de atendimento geral à comunidade, por exemplo, aqueles voltados para educação, ampliação do acesso e permanência escolar de jovens - Programa Brasil Alfabetizado, Programas de Expansão do Ensino Médio e Superior, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM, entre outros. Porém, por não serem específicos para os jovens, não foram incluídos no mapeamento. Pela análise dos programas elencados no Guia de Políticas Públicas de Juventude, verifica-se que a PNJ congrega com prioridade os programas focalizados nos jovens de famílias em situação de risco e de vulnerabilidade social.

O caráter prioritário dado ao tema da juventude é constatado a partir do momento em que o Governo Federal atribui a competência pela construção da PNJ à Secretaria Geral da Presidência da República. A institucionalização da PNJ se efetiva com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, com o papel de articular e integrar os diferentes Ministérios para o desenvolvimento dos programas, projetos e ações voltados para o segmento jovem. Ela busca avançar na transversalidade destas ações, com a criação do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, como canal privilegiado de interlocução entre o Governo e o segmento juvenil e com a criação do Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens – Projovem, voltado principalmente ao aumento da escolaridade e da inserção do jovem no mercado de trabalho. Portanto, uma política alicerçada no tripé educação, trabalho e participação.

Ao analisar os programas da PNJ, observa-se ser a educação a área possuidora do maior número de ofertas, incluindo programas voltados para o aumento da escolaridade ou reinserção escolar (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica - PROEJA, Programa Universidade para Todos - PROUNI, o novo Projovem nas modalidades Projovem Campo, Projovem Urbano e o Pronaf Jovem). Incluem-se ainda, os programas voltados para outras áreas, mas desenvolvidos através de instituições educacionais (Projeto Rondon, Programa Escola Aberta, Segundo Tempo, Juventude e Meio Ambiente, Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE e o Programa Saúde na Escola - PSE). Constata-se haver baixa oferta de oportunidades nas áreas da cultura e do meio ambiente, com apenas um programa em cada área (Cultura Viva – Pontos de Cultura e Juventude e Meio Ambiente) e a área dos esportes com apenas dois programas (Segundo Tempo e Bolsa Atleta).

Em relação à faixa etária, cada programa atende a uma faixa específica e estas não coincidem com os grupos etários definidos pela PNJ. Somente o programa Projovem Adolescente está dentro de uma delas (destinado aos jovens de 15 a 17 anos). Em faixas etárias comuns, apenas os programas: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projeto Rondon, voltados para os jovens dos 18 aos 29anos. Cinco programas são amplos, atendendo pessoas de todas as faixas etárias: Cultura Viva-Pontos de Cultura, Programa Escola Aberta, PROEJA, PROUNI e PSE. Esta diversificação de faixas apresentadas nos programas não acompanha o agrupamento da Política Nacional de Juventude, que identifica apenas três grupos: os jovens adolescentes com idade entre 15 a 17 anos, os jovens-jovens, com idade entre 18 a 24 anos e os jovens adultos que possuem entre 25 a 29 anos.

A dispersão existente parece sinalizar para uma oferta priorizadora das disponibilidades e interesses dos órgãos que oferecem os programas e não das necessidades e interesses dos jovens. Entende-se como desafio, a melhor estruturação da Política Nacional de Juventude, permitindo verificar com mais clareza, se a oferta de programas adotada pelos diferentes órgãos públicos está correspondendo à diversidade de necessidades e interesses peculiares a cada faixa etária, com a adotada pelos diferentes órgãos públicos na oferta de programas.

Em face da importância dada à cultura por parte dos jovens participantes das pesquisas realizadas sobre a juventude (2003, 2004 e 2005), observa-se a conveniência de investir na construção de novos programas, por exemplo, para desenvolver talentos na área da cultura, a fim de atender, de forma efetiva, a necessidades ainda não suficientemente contempladas. Particularmente, alerta-se para a urgência do uso de inovações pedagógicas articuladas com a área da saúde, da cultura e da assistência que podem contribuir para o enfrentamento da drogadição.

A relevância da ampliação do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura Viva é observada na análise de Barbosa e Araújo (2009). Mesmo reconhecendo que este programa conseguiu integrar os dois modelos²⁷ de políticas públicas culturais para a juventude, eles apontam que “deve-se reconhecer sua pequena abrangência em termos populacionais e territorial e seu insulamento relativamente ao conjunto de estratégias globais das políticas públicas,[...]” (BARBOSA e ARAÚJO, 2009, p.240).

²⁷ Estudo realizado por Barbosa e Araújo relaciona as culturas juvenis com dois modelos de abordagem, “[...] a abordagem legitimista, que deu vazão a políticas de democratização, e a pluralista, relacionada à democracia cultural” (BARBOSA e ARAÚJO, 2009, p.225).

Os autores concluem ser preciso reformular o programa para que este possa incluir uma política de “democracia cultural”.

[...] é também possível pensar que o programa pode vir a se constituir em parte de uma dinâmica social mais ampla que refunde as orientações políticas no sentido de recriação de um Estado capaz de intervir para gerar capacidade, igualdade e proteção da diversidade cultural e que o desenvolvimento cultural não seja simples aposta e resultado das forças de mercado, mas que inclua fortes políticas de formação e participação, enfim, de “democracia cultural” (BARBOSA e ARAÚJO, 2009, p.40).

Demo (2009) chama a atenção para a importância do conceito de cultura²⁸ e defende a cultura comunitária como componente essencial para fortalecer o sentimento de pertencer a uma comunidade e o de engajamento social. Assim, “[...] cultura comunitária é a parteira da participação. Não há projeto comum de vida, assumido em coesão comunitária, sem identidade do grupo. Esta identidade se forja na cultura de cada um” (DEMO, 2009, p.57). Portanto, as políticas de juventude, principalmente aquelas focalizadas no jovem como sujeito de direito e agente estratégico do desenvolvimento da sua região, precisam levar em consideração a necessidade de ampliar o acesso dos jovens aos bens culturais produzidos e incentivar o desenvolvimento de talentos juvenis nesta área.

Apesar da relevância da criação da PNJ, é importante alertar para o longo caminho ainda a ser percorrido. Não basta a existência de um órgão responsável por acompanhar o desenvolvimento da PNJ e um aporte legal para dar conta de toda a demanda existente. Um dos principais desafios na implementação de uma política pública asseguradora de direitos sociais para a juventude é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política de ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas.

Outro aspecto a salientar é que, por considerar o caráter multissetorial da PNJ, a Secretaria Nacional de Juventude foi instalada pelo Governo Federal na Secretaria Geral da Presidência da República. Mesmo assim, ainda persistem práticas setorializadas e certa sobreposição de ações entre alguns programas e projetos. Esta situação também foi percebida por Castro, Aquino e Andrade (2009). A partir do estudo realizado pelo IPEA eles, observam: que “Ainda resta por ser construída uma estratégia multissetorial de atuação que articule horizontalmente as iniciativas de órgãos diversos com um propósito comum, ampliando as

²⁸ Pedro Demo chama a atenção para a importância do entendimento do conceito de cultura, que não deve ser entendido a partir de uma perspectiva conservadora ou como “rebuscamento erudito”, mas como um “produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, com relação ao desenvolvimento de si mesma e ao relacionamento com o ambiente” (2009, p.55).

possibilidades de êxito em seus empreendimentos” (CASTRO, AQUINO e ANDRADE, 2009, p.10).

Este é o caso do programa Saúde da Escola - PSE e do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas- SPE. Embora sob a responsabilidade dos mesmos ministérios (Ministérios da Educação e da Saúde), são identificados como programas concorrentes. A semelhança entre as duas siglas causa confusão àqueles que desconhecem as suas propostas. A análise de seus objetivos deixa claro o SPE ter, como propósito a promoção da saúde sexual e reprodutiva, visando à redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às DST, às contaminações por HIV e AIDS, mais a prevenção da gravidez não planejada. Já o PSE trata da avaliação da saúde de forma mais ampla (nutricional, oftalmológica, psicossocial, auditiva, bucal), atuando também na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, mas indo além, desenvolvendo ações para a prevenção da violência e a construção de uma cultura de paz. Portanto, a união destes dois programas, a exemplo do já feito com o Projovem Integrado, poderá congrega esforços, ampliando a abrangência e aumentando a possibilidade de eficácia.

Também é possível perceber uma sobreposição de ações entre as modalidades do Projovem Urbano, Trabalhador e Campo e o Programa Jovem Aprendiz referente à faixa etária dos beneficiários, podendo levar, em alguns casos, um mesmo jovem a se beneficiar de dois programas. Principalmente no caso das modalidades Projovem Urbano e Trabalhador e o Programa Jovem Aprendiz, atuantes em áreas de abrangência semelhante. Neste caso, uma melhor definição da faixa etária e das áreas de atuação deles poderá contemplar melhor os diferentes grupos etários e promover a oferta em regiões de maior vulnerabilidade social e econômica.

Outra pendência emergente é relativa à necessidade de ampliar iniciativas que contemplem, de forma mais específica, os dois grupos juvenis denominados: jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem- adulto (25 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas dentro da atual PNJ, acrescido ao fato de a faixa anterior já estar contemplada com vários projetos socioassistenciais através da Política Nacional da Criança e do Adolescente.

O grande desafio que se apresenta neste momento, diz respeito à criação do Estatuto Nacional da Juventude, pois certamente ele enfrentará resistências por parte de segmentos mais conservadores, já organizados para tentarem interferir no ECA, reduzindo direitos assegurados. Portanto, entende-se ser crucial investir em ampla mobilização nacional pró-

divulgação da importância de um Estatuto da Juventude antes de seu encaminhamento para o Congresso Nacional e estabelecer um plano de atividades a ser desenvolvido em todo o país durante o período de sua tramitação e votação.

A seguir, será realizada uma breve reflexão sobre a gênese da lei do aprendiz, que contribuiu para a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem e deu origem ao Programa Jovem Aprendiz.

2.3 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E O SENAC - PELOTAS

O processo de aprendizagem é algo permanente na vida de todo ser humano. Já, a denominação “condição de aprendiz”, como uma fase específica para aprender, remonta à Antiguidade. Este momento era considerado um período dedicado ao aprendizado de boas maneiras na família e na sociedade. Segundo Lima e Minayo-Gomez (2003), a imagem do aprendiz já existia no século XI: “[...] em instituições que, na Idade Média, eram conhecidas como corporações de ofício [...]” (p.931). Esta ideia de aprendiz teve origem no mundo grego-romano e se fundamentava nas práticas, denominadas pelos gregos de “ocupar-se de si”. Partindo desta ideia inicial de aprendiz, os autores definem: “Aprender é a arte fundamental, é ignorar os sentidos comuns dados pela civilização. E essa arte deriva sempre de uma experimentação” (LIMA e MINAYO-GOMEZ, 2003, p.933). Segundo o dicionário Aurélio, “aprendiz é aquele que aprende ofício ou arte” (FERREIRA, 2008, p.85).

Com base na história brasileira, pode-se dizer que os primeiros aprendizes de ofício do Brasil foram os índios e os escravos. No período Colonial, o ensino profissional dirigido aos jovens pobres tinha o propósito de proteger e disciplinar os internados em asilos, orfanatos, patronatos e escolas. Tanto no período do Império como na República, a imagem do aprendiz era carregada de preconceito e desvalorização, sendo os jovens considerados como “desvalidos e enjeitados” (LIMA e MINAYO-GOMEZ, 2003, p.933).

A aprendizagem profissional no Brasil, na forma de lei, tem origem no Decreto nº. 13.064, de 12 de junho de 1918, o qual tinha por objetivo regulamentar a então Escola de Aprendizes e Artífices, na época sob a responsabilidade do Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

O ensino profissional surgiu no Brasil em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ano em que foi criado o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - SENAI, voltado a promover a aprendizagem dos jovens trabalhadores nas fábricas. Em 10 de janeiro

de 1946, foi a vez da normatização da aprendizagem para o trabalho no comércio, através do Decreto-Lei nº. 8.622. A partir deste momento, veio constituindo-se o sistema “S”, formado atualmente pelo SENAI- Sesi, SENAC- Sesc, SENAT- Sest, SENAR e SESCOOP.

Com o surgimento do ensino profissionalizante, começa uma pequena mudança no conceito da condição de aprendiz, não mais voltado apenas para os “desvalidos e desamparados”, mas com o propósito de capacitar os jovens, que já possuíam alguma escolaridade, visando atender as necessidades do mercado. Este processo só foi parcialmente interrompido a partir de 1980, com o movimento nacional de proteção às crianças e aos adolescentes, que passaram a serem considerados pela CF/1988 como *sujeitos de direitos*.

Com a proibição do trabalho do menor, pelo capítulo V, da lei nº 8.069, de julho de 1990 – ECA, inicia-se alteração nas políticas de proteção e profissionalização de jovens, marcadas pela trilogia educação, trabalho e cidadania. Conforme Lima e Minayo-Gomez (2003):

A trilogia, que veio a incluir mais recentemente a questão da cidadania, até então ausente nas ações governamentais, parece arejar as práticas dirigidas aos jovens aprendizes, abrindo portas para novos atores. Entre esses destacam-se as organizações não governamentais, entidades sem fins lucrativos que prestam serviços à população e que passam a assumir um papel público (p.939).

Se para a sociedade, a juventude é uma etapa de preparação para a vida adulta, para a sociedade industrial este período representa um momento de orientação do jovem para a sua inserção no mercado de trabalho. Mesmo com a expansão destes serviços de formação profissional, os jovens em situação de vulnerabilidade social, ainda continuam sendo excluídos do trabalho nos setores mais desenvolvidos, desempenhando suas funções na informalidade ou em condições precárias. Tais condições são verificadas por Lima e Minayo-Gomez (2003), que constataam “[...] o crescimento assustador de um mercado de trabalho paralelo e ilícito, que encontra nos jovens empobrecidos mão de obra privilegiada para comercializar suas mercadorias, acirrando o fenômeno da segregação e violência para esse grupo específico” (p.942).

Entre os programas da PNJ, existe o Programa Jovem Aprendiz, com origem na Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei do Aprendiz), nascida para reavivar os princípios e regras normatizados no Decreto-Lei nº 4.481/1942 (aprendizagem na Indústria) e no Decreto-Lei nº 8.622/1946 (aprendizagem no Comércio), aperfeiçoando-os. Esta norma busca

compatibilizar-se às exigências da Doutrina da Proteção Integral incorporadas à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Lei do Aprendiz alterou dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para inserir de normas protetoras ao menor de 18 anos, necessárias à sua capacitação profissional e à obtenção da primeira experiência laboral. Atualmente, essa Lei sofreu alterações com a edição da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que instituiu o Projeto Escola de Fábrica, convertida na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.

Ao proibir o trabalho aos menores de 16 anos, a Constituição da República de 1988 ressaltou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também prevê, nos seus arts. 60 a 69, o direito à aprendizagem, dando-lhe tratamento alinhado ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL/MTE, 2005, p.11).

A qualificação do menor para a sua inserção laboral tem como amparo legal o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que estabelece a *"proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"*. O limite mínimo de idade do menor aprendiz foi alterado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, estabelecendo como idade mínima para o menor poder trabalhar na condição de aprendiz de quatorze anos de idade.

O Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, regulamenta a contratação de aprendizes tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, e no Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA. Decreta no seu art. 1º que, nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

O art. 2º do Capítulo I - DO APRENDIZ, define: *"Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT"*. No parágrafo único, abre a possibilidade do amparo da lei aos aprendizes "portadores de deficiência", com idade acima da faixa prevista. *"A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência."*

O art. 227 da CF/1988 assegura a contratação de adolescentes na faixa dos 14 a 18 anos e a prioridade na contratação para o exercício da função de aprendiz. Isto quer dizer que os jovens acima desta faixa, não são considerados como prioritários para a condição de aprendiz.

O Ministério do Trabalho e Emprego define a aprendizagem profissional como uma formação técnico-profissional metódica que permite ao jovem aprender uma profissão e obter sua primeira experiência como trabalhador. O Programa Jovem Aprendiz é uma das ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), voltado para os jovens da faixa etária de 14 aos 24 anos. As diretrizes curriculares deste Programa Nacional do Primeiro Emprego foram estabelecidas pela Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Segundo ela,

A aprendizagem proporciona a qualificação social e profissional adequada às demandas e diversidades dos adolescentes, em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, dos jovens, do mundo de trabalho e da sociedade quanto às dimensões ética, cognitiva, social e cultural do aprendiz (BRASIL/MTE, 2007).

A Portaria tem o propósito de criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem e as diretrizes curriculares dos cursos de aprendizado.

Art. 1º Criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem, destinado à inscrição das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, relacionadas no art. 8º, do Decreto nº 5.598, de 1º de maio de 2005, buscando promover a qualidade técnico-profissional dos programas e cursos de aprendizagem, em particular a sua qualidade pedagógica e efetividade social (BRASIL/MTE, 2007).

Dentro das Diretrizes Curriculares estabelecidas pela Lei nº 615/2007, não se identifica, de forma explícita, a orientação para o desenvolvimento da participação juvenil. A referência à participação é feita na alínea I, dentro dos “[...] conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizados”, mas esta diretriz está direcionada especificamente para o envolvimento dos jovens com a preservação ambiental: “1) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se à defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania” (Art. 4º).

Neste sentido, a Lei nº 615/2007 define como primeira diretriz geral “a) o desenvolvimento social e profissional do adolescente e do jovem, enquanto trabalhador e cidadão”. Entendendo-se estar a participação diretamente ligada ao exercício da cidadania,

podendo-se inferir que o PJA contempla, dentro dos conteúdos de formação social, o desenvolvimento da participação. O desenvolvimento da cidadania do jovem aprendiz é reforçado ainda no parágrafo primeiro do art. 4º

§ 1º As dimensões teórica e prática da formação do aprendiz deverão ser pedagogicamente articuladas entre si, sob a forma de itinerários formativos que possibilitem ao aprendiz o desenvolvimento da sua cidadania, a compreensão das características do mundo do trabalho, dos fundamentos técnico-científicos e das específicas à ocupação (BRASIL/MTE, 2007).

A promoção da participação juvenil, visto no capítulo anterior, é um dos nove temas priorizados pelo estudo do Grupo Interministerial para orientar a elaboração da PNJ. A localização da Secretaria Nacional de Juventude junto à Secretaria Geral do Gabinete da Presidência da República tem o propósito de contribuir para a transversalidade das políticas de juventude. O PJA não apresenta, de forma explícita, uma orientação para o desenvolvimento da participação juvenil, porém, dentro das diretrizes da PNPE, a exigência de os cursos terem, como primeira diretriz geral, a formação para a cidadania poderá contribuir também para o fortalecimento da participação juvenil, entendendo-se que a participação é um princípio fundamental da cidadania.

O Programa Jovem Aprendiz é desenvolvido prioritariamente pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, por Escolas Técnicas de Educação e por Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), cujo objetivo seja a assistência ao adolescente e a educação profissional. Neste último caso, as Escolas deverão ser registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos (BRASIL/MTE, 2009, p.19-20).

O Programa Jovem Aprendiz, objeto desta pesquisa é oferecido em Pelotas, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC entre outras Instituições ligadas ao sistema “S” ou as credenciadas pelo Conselho de Assistência Social. Este serviço de aprendizagem instituiu-se no Rio Grande do Sul, em 10 de janeiro de 1946, por meio do Decreto 8.622/46. Em Pelotas, o SENAC foi criado em 15 (quinze) de fevereiro de 1968.

O SENAC é uma das entidades, em Pelotas²⁹, conveniada com o Ministério do Trabalho e Emprego para oferecer programas voltados para os jovens aprendizes. Embora a faixa de cobertura da Lei do Aprendiz seja dos 14 aos 24 anos, no SENAC-Pelotas o programa de aprendizagem profissional é oferecido para jovens da faixa etária dos 16 aos 24

²⁹Entre as instituições que oferecem o Programa Jovem Aprendiz em Pelotas estão o: SENAI, SEST-SENAST, e o Instituto Lar de Jesus.

anos, com cursos de até 800 horas entre aulas teóricas e práticas em função específica para os cargos das empresas.

Conforme Manual da Aprendizagem (MTE, 2009)

A formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, proporcionando ao aprendiz uma formação profissional básica. Essa formação realiza-se em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas (BRASIL/MTE, 2009, p.11).

O SENAC - Pelotas tem desenvolvido o PJA desde a sua criação, atendendo a um total de 125 jovens por semestre, preparados para a atuação em três áreas: Aprendizagem Comercial; Aprendizagem em Serviços Administrativos-Gestão e Aprendizagem em Serviços de Supermercado. As aulas teóricas ocorrem na sede do SENAC-Pelotas durante o primeiro semestre que possui uma infraestrutura adequada e qualificada para o desenvolvimento do aprendiz voltado para o setor do comércio e serviços. As práticas acontecem na empresa, podendo, em alguns casos, serem organizadas na própria entidade formadora. O número de vagas oferecidas depende da manifestação de interesse das empresas de contratar jovens aprendizes.

Conforme art. 429, da Constituição das Leis do Trabalho-CLT, todo estabelecimento de qualquer natureza, com no mínimo, sete empregados, é obrigado a contratar, no mínimo, 5% e, no máximo, 15%, por estabelecimento, de jovens aprendizes. Este cálculo é feito “sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional. As frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz” (BRASIL/MTE, 2009, p.16).

Com base no conhecimento da atual PNJ e das diretrizes do PJA, no próximo capítulo serão apresentados os caminhos percorridos pela pesquisa e a análise das informações obtidas durante o levantamento de dados sobre o Programa Jovem Aprendiz, desenvolvido pelo SENAC, em Pelotas, no período de 2010, com jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade, no referente ao desenvolvimento da participação juvenil.

3 DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS DA PNJ COMO OBJETO DE PESQUISA

3.1 ORIGENS DA PESQUISA

A preocupação com a questão da participação juvenil teve início durante a atuação da autora como docente nas redes municipal e estadual de educação básica, nas décadas de 1980 a 2000 e com o envolvimento nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, nas últimas duas décadas.

A inserção profissional na área da educação evidenciou a baixa participação dos jovens em espaços como os grêmios estudantis e conselhos escolares. Entendendo-se ser escola uma das instituições mais propícias para formar e desenvolver uma atitude participativa, estas observações suscitaram algumas indagações sobre o papel da educação quanto ao desenvolvimento da participação. A importância da educação ao se preparar jovens para uma atuação participativa também é defendida por Pedro Demo, “[...] educação que não leva à participação já nisto é deseducação [...]” (2009, p.53). Desta forma, o autor chama a atenção quanto ao papel da educação no desenvolvimento de uma atitude participativa dos alunos.

Análise de Carrano sobre os dados da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas, também questiona o papel da educação a esse respeito.

A partir das respostas das pessoas entrevistadas na pesquisa de opinião, é possível depreender que existe frágil correlação entre escola e estímulo de desenvolvimento de cultura cívico-participativa. É preciso indagar à instituição escolar sobre o tipo de contribuição que ela propõe dar para a formação de cidadãos e cidadãs participativos, ou seja, até que ponto a escola pode promover educação cidadã em contextos de limitados espaços e tempos de participação democrática (2006, p.5).

A atuação em Conselhos e Fóruns de participação democrática também possibilitou observar a baixa participação dos jovens nestes espaços, mesmo quando eles são chamados para discutir temas de interesse do seu segmento social. Um perfil participativo é percebido, de forma mais intensa, nos jovens atuantes em políticas partidárias. Mesmo assim, os partidos políticos são constituídos e dirigidos, na sua grande maioria, por pessoas adultas. Esta baixa participação juvenil vem sendo constatada nas pesquisas realizadas no Brasil nesta última década: “Perfil da Juventude Brasileira” - (2003), do Projeto Juventude; “Juventudes no

Brasil” - (2004), da UNESCO e “Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas”- (2005), do Ibase e Pólis.

Também tem sido identificado que os jovens se ressentem de maior credibilidade social às suas opiniões e propostas. Este sentimento é observado por Carrano, Ribeiro e Lânes, ao analisarem as falas dos jovens participantes da Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas. “Pode-se afirmar que os(as) jovens entrevistados(as), de um modo geral, expressaram a necessidade de serem valorizados(as) pelo Estado e pela sociedade civil, por meio de uma escuta qualificada e respeitosa.”(CARRANO, RIBEIRO, LÃNES, 2006, p.83). A percepção dos jovens de não estarem recebendo uma atenção adequada às suas ideias e opiniões, pode estar relacionada ao entendimento da sociedade quanto à juventude como uma fase de transição, a de um sujeito ainda imaturo para opinar sobre as questões de interesse da sociedade.

Recentemente, a criação de uma Política Nacional de Juventude (2005) despertou a curiosidade da pesquisadora em verificar a efetividade de uma ação governamental que privilegie a formação de uma juventude mais participativa. Assim, tendo em vista estas inquietações que ao longo dos tempos permearam as observações sobre a pouca participação dos jovens e a preocupação com os reflexos que este distanciamento poderá trazer para a juventude e para o futuro da sociedade brasileira, o direcionamento da atual PNJ despertou atenção especial, logo transformada em uma questão: poderá esta nova PNJ contribuir para o desenvolvimento de maior participação dos jovens?

Reconhecendo-se a importância do papel dos jovens como agentes sociais ativos e autônomos, para construir uma sociedade justa e democrática, julga-se fundamental o incentivo à participação juvenil. Surge, dessa forma, o interesse em conhecer os atuais programas da PNJ para analisar se, de fato, eles apresentam, entre suas ações, alguma proposta para contribuir com o desenvolvimento de uma atitude mais participativa deste segmento.

Diante disto, emergem algumas questões: A diretriz para promover a participação juvenil está presente nos programas da Política Nacional de Juventude? A execução destes programas está garantindo e/ou promovendo a participação juvenil? Os jovens que integram programas sociais para a juventude estão sendo participantes ativos nos próprios projetos sociais e também incentivados a desenvolverem a participação nos diferentes ambientes da sociedade?

Para responder a estas questões, optou-se pela realização de uma pesquisa social, corroborando o pensamento de Maria Cecília Minayo. Para a autora, todo estudo que trata da atividade social do ser humano é uma pesquisa social. “Compreendo como Pesquisa Social os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2006, p.47).

Considera-se que, além da importância de se investigarem os aspectos qualitativos, a pesquisa social deve ter o objetivo de construir conhecimentos significativos e relevantes para o enfrentamento das questões sociais. Portanto, face à grande ênfase dada à participação da juventude pela PNJ e da emergência da participação juvenil, ambas identificadas nos estudos já mencionados, justifica-se a importância de uma investigação nos atuais programas nacionais de juventude, para identificar em que medida estes estão conseguindo atender o propósito de contribuir para promover a participação juvenil.

Assim, espera-se, com esta pesquisa identificar novos elementos que possam concorrer para o aprimoramento das políticas e cooperar com as iniciativas de promover a participação juvenil no âmbito da atual PNJ.

3.2 PROBLEMA E QUESTÕES DA PESQUISA

Com o propósito de buscar informação sobre as contribuições da PNJ para o fomento da participação juvenil, realizou-se uma identificação de seus atuais programas em desenvolvimento. A constatação da existência de vinte (20) deles voltados para a juventude evidenciou a impossibilidade de avaliar todos, surgindo, portanto a necessidade de um recorte na política para selecionar um dos programas federais, que poderia ser objeto da pesquisa em curto espaço de tempo. Optou-se pelo *Programa Jovem Aprendiz*, desenvolvido pelo SENAC, no município de Pelotas, que trata da qualificação social e profissional de jovens.

Embora este não seja um programa voltado especificamente para promover a participação juvenil, a escolha do PJA deve-se a quatro (4) fatores: a) por estar sendo implementado no município de Pelotas durante o período desta pesquisa, de 2009-2010; b) por atender jovens na faixa etária de interesse desse estudo; c) pela não identificação do desenvolvimento em Pelotas, no momento da elaboração do projeto, de um programa da PNJ voltado especificamente para o fomento da participação juvenil; d) por encontrar entre as diretrizes do PJA, objetivos e etapas de qualificação social.

Conforme a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, nº 615/2007, art. 4º, uma das diretrizes dos cursos de aprendizagem é a da qualificação social, através de uma ação pedagógica articulada entre teoria e prática que possibilite o desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º As entidades ofertantes de cursos de aprendizagem **deverão** (grifo da autora) observar, na elaboração dos programas e cursos de aprendizagem, os princípios relacionados nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e outras normas federais relativas à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, bem como as seguintes diretrizes: I - diretrizes gerais: a) a qualificação social e profissional adequada às demandas e diversidades: dos adolescentes, em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 7º, Parágrafo Único do Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005) dos jovens, do mundo de trabalho e da sociedade quanto às dimensões ética, cognitiva, social e cultural do aprendiz (BRASIL/MTE, 2007).

O art. 3º, do Decreto nº 5.154/2004, denominado Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referida no art. acima, trata da orientação aos cursos e programas de formação para o trabalho, quanto à formação para o desenvolvimento da vida produtiva e social.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (BRASIL/MEC, 2004).

Identifica-se, nestas orientações, o cuidado com a formação integral dos jovens, não se restringindo apenas às diretrizes de formação para o trabalho. O desenvolvimento social dos jovens aprendizes está previsto no art. 4º, da Portaria nº 615/2007, inciso II, que trata das diretrizes curriculares, tendo como primeira orientação: “a) o desenvolvimento social e profissional do adolescente e do jovem, enquanto trabalhador e cidadão;”(BRASIL/MTE, 2007). Considerando-se a relação direta entre o exercício da cidadania e a participação, constata-se nesta diretriz uma abertura para o incentivo ao desenvolvimento da participação dos aprendizes. De forma mais explícita, o incentivo à participação dos jovens, aparece na alínea “m”, deste mesmo artigo e inciso, que trata das diretrizes curriculares dos programas de formação.

m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania[...]. §1º As dimensões teórica e prática da formação do aprendiz deverão ser pedagogicamente articuladas entre si, sob a forma de itinerários formativos que possibilitem ao aprendiz o desenvolvimento da sua cidadania, [...]. (BRASIL/MTE, 2007).

Conforme se observa na diretriz curricular definida nesta alínea, nos componentes teóricos dos cursos de aprendizagem, a ênfase na participação do jovem está relacionada ao controle do “equilíbrio ecológico”. Porém, o parágrafo primeiro deste inciso define que o desenvolvimento da cidadania deve estar presente nos “itinerários formativos”. Partindo do entendimento de a participação ser um princípio da cidadania, presume-se que o tema da participação perpassa de forma transversal, estes itinerários formativos. Neste sentido, Gohn (2008), acrescenta:

O que irá definir a cidadania é um processo onde encontram-se redes de relações, conjuntos de práticas (sociais, econômicas, políticas e culturais), tramas e articulações que explicam e ao mesmo tempo sempre estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado (GOHN, 2008, p.30).

Acredita-se que, ao incluir o desenvolvimento da cidadania entre os “itinerários formativos” dos programas de aprendizagem juvenil, a Portaria sinaliza para uma abordagem que contempla o fomento à participação dos jovens como pressuposto para o efetivo exercício da cidadania. Assim, encontra-se no Programa Jovem Aprendiz um campo de investigação das formas como o desenvolvimento da participação vem sendo, ou poderá ser desenvolvido, como uma diretriz transversal dentro dos itinerários formativos propostos pela referida portaria ministerial.

Delimitando a investigação no PJA, esta pesquisa procurou responder à seguinte questão: Quais os efeitos provocados pelo Programa “Jovem Aprendiz”, desenvolvido no município de Pelotas, pelo SENAC, no ano de 2010, entre seus participantes da faixa etária dos 18 aos 24 anos, quanto a promover a participação? Para responder a esta questão entende-se como necessário responder a outras questões que poderão nortear as descobertas da pesquisa. São elas:

1. Qual é o conceito de promoção relativo à participação na atual PNJ?
2. De que forma a atual PNJ está prevendo o desenvolvimento da participação juvenil através de seus programas?
3. Como o programa “Jovem Aprendiz”, executado pelo SENAC, no município de Pelotas, está operacionalizando a promoção da participação entre os jovens da faixa etária dos 18 a 24 anos?
4. Quais as atividades deste Programa que, de fato, estão possibilitando o desenvolvimento da participação destes jovens? Como os jovens percebem e analisam a sua participação nestas ações?

5. Na opinião destes jovens, após o seu ingresso neste Programa, a sua relação com as questões sociais e políticas sofreu mudanças? Caso sim, quais e por quê?

E, para buscar respostas às questões apresentadas, seguimos uma metodologia visando explicar o fenômeno – participação da juventude – a partir do estudo de caso, considerando a sua historicidade e as múltiplas determinações que o constituem.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se serem as relações humanas e sociais resultantes de uma construção histórica, social e cultural, dentro de um todo complexo e permeado de conflitos e contradições. Ao buscar compreender as questões sociais dentro do contexto onde estas se desenvolvem, encontra-se em Behring e Boschetti (2008) uma sintonia de ideias. Para a autora, as políticas sociais não podem ser analisadas como fatos isolados, é preciso descobrir a essência dos fenômenos: Isto “[...] pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser apreendido como um momento da totalidade” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p.40).

Nesta mesma direção, Minayo entende que

[...] o *materialismo histórico* representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez a *dialética* refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-se como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação (2006, p.107-108).

Com o propósito de conhecer a condição juvenil dentro do contexto histórico-social da contemporaneidade, procurando compreender o sentido que a sociedade atribui à juventude nos diferentes momentos históricos, econômico e social, foi realizada uma revisão de literatura sobre a juventude e a participação dos jovens. Conforme apresentado no primeiro capítulo deste estudo, de acordo com o momento, a juventude recebeu diferentes enfoques das políticas públicas, ora como: “grupo de risco” ou ator estratégico do desenvolvimento ou ainda como protagonista do desenvolvimento. (UNESCO, 2004). No estudo sobre as políticas de juventude da América Latina, Bango (2008) divide as tendências e enfoques das políticas de juventude nos seguintes períodos: a) na década de 1950, a tendência era por políticas educacionais com o propósito de inserir os jovens no processo de modernização; b) no período de 1960 a 1970, enfocava-se o controle social com o propósito de conter a forte mobilização juvenil, a sua “supressão e repreensão”; c) na década de 1980 as políticas de

juventude tinham o ponto crucial no “jovem problema”. Segundo o autor, “A aplicação deste enfoque contribuiu enormemente no estigma da condição juvenil, questão esta ainda hoje muito fortemente enraizada no imaginário social”(BANGO, 2008, p.44); d) na década de 1990, o foco localizava-se nos jovens como capital humano, como atores estratégicos, ou protagonistas do desenvolvimento.

Da mesma forma, a questão da participação juvenil foi estudada com o propósito de ir além de simplesmente constatar a baixa participação dos jovens da atualidade, querendo, sim, abordá-la dentro de uma perspectiva histórica, procurando entender algumas contradições que permeiam este processo de construção democrática da sociedade. Estava longe de pretender apresentar um quadro completo dos sentidos e condições da juventude e da participação juvenil, mas tinha a intenção de tentar compreender estes fatos não como situações isoladas, mas como parte de um todo dialético. Novamente busca-se, nas ideias de Minayo, o suporte teórico para tal compreensão. A autora lembra que a realidade não é estanque. “Toda vida humana e social está sujeita a mudanças, transformações, sendo perecível e podendo ser reconstruída.” (MINAYO, 2006, p.111)

A partir da perspectiva histórica e dialética, o estudo realizou-se com os jovens participantes do PJA do SENAC, no período de 2010. Para tanto foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas durante a etapa de construção teórica do programa de formação dos jovens aprendizes. Para efetivar as entrevistas elaborou-se um roteiro, com o propósito de conhecer o perfil dos jovens do programa, as suas experiências participativas e identificar os possíveis efeitos deste programa no desenvolvimento de uma atitude mais participativa dos jovens na sociedade.

Inicialmente estabeleceu-se o primeiro contato com a Direção do SENAC Pelotas, onde foram apresentadas: a proposta de pesquisa, o roteiro das entrevistas a realizar-se com os Jovens do PJA (Apêndice A) e o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B), a ser assinado por eles.

O PJA é oferecido pelo SENAC semestralmente, atendendo a aproximadamente 125 jovens, da faixa etária dos 14 aos 24 anos, nos turnos da manhã e tarde, distribuídos em cinco turmas, em três áreas de atuação: comércio, serviços de supermercado-comércio e serviços de administração-gestão. O número de integrantes do programa depende da quantidade de jovens que serão contratados pelas empresas, na condição de aprendizes.

A pesquisadora foi muito bem recebida pela Direção do SENAC, sendo-lhe disponibilizado um segundo momento de conversa, envolvendo a Diretora, a Coordenadora

Pedagógica e a Coordenadora do PJA, que discorreram sobre: o programa, o SENAC e deram algumas informações sobre os jovens participantes. A Coordenadora do Programa prontificou-se a fazer a apresentação da proposta de pesquisa aos jovens participantes do PJA, bem como convidar aqueles da faixa etária dos 18 aos 24 anos para dela participarem. Após serem informados sobre os objetivos e as justificativas da pesquisa, 36 jovens manifestaram interesse em conceder as entrevistas. Esta oferta estava adequada à intenção da pesquisadora de coletar dados de todos os participantes do PJA que se interessassem pela investigação.

As primeiras entrevistas foram realizadas no mês de julho, de 2010, com 24 jovens das turmas do primeiro semestre e no mês de outubro, com 12 jovens das turmas do segundo semestre do PJA, deste ano, totalizando 36 jovens ouvidos nas dependências do SENAC, durante os intervalos das aulas teóricas. Para a análise dos dados utilizou-se a proposta de Minayo por ela entender que “uma boa análise interpreta o conteúdo ou o discurso dentro de um quadro de referências em que a ação e a ação objetivada nas instituições permite ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes”(MINAYO, 2006, P. 353).

Para tanto, ela propõe ser a interpretação executada em dois níveis. “O primeiro diz respeito ao campo das determinações fundamentais, que deve ter sido mapeado na fase exploratória da investigação. Trata-se do contexto socio-histórico do grupo social em questão, e que constitui o marco teórico-fundamental para esta análise” (MINAYO, 2006, p.353).

Assim, o primeiro consiste na ordenação dos dados. Nele são organizadas todas as informações levantadas pelas entrevistas, pela análise documental e pela revisão de literatura sobre o tema. “Essa fase dá ao investigador um mapa horizontal de suas descobertas de campo” (MINAYO, 2006, p.356). Por esse momento inicial elabora-se a sistematização das falas dos jovens, buscando identificar a ideia principal do entrevistado sobre a questão. Em seguida, constrói-se uma segunda planilha, contendo agrupamentos de ideias convergentes, permitindo uma visão inicial das principais informações obtidas. A exposição sobre o desenvolvimento da fase exploratória da pesquisa foi apresentada nos dois primeiros capítulos deste trabalho para possibilitar melhor compreensão do leitor.

O segundo nível consiste no encontro com os fatos empíricos. Para Minayo, “É preciso encontrar nos relatos dos informantes o sentido, a lógica interna, as projeções e as interpretações” (MINAYO, 2006, p.355). Para operacionalizar esta etapa, a autora propõe três momentos:

Este segundo momento consiste na classificação dos dados. Esta etapa foi realizada após várias releituras do material levantado nas entrevistas, buscando verificar as principais ideias apresentadas pelos jovens sobre o tema proposto. De acordo com Minayo, o esforço de apreensão das informações por parte do pesquisador auxiliará na construção das categorias empíricas, confrontadas posteriormente com as categorias analíticas estabelecidas na fase exploratória da pesquisa.

Finalmente, foi elaborada a análise final do material levantado. Neste momento, buscou-se proceder a uma análise reflexiva, visando interpretar os dados levantados, articulando-os aos referenciais teóricos da pesquisa. Segundo Minayo, “Esse movimento circular, que vai do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, que busca as riquezas do particular e do geral é o que se pode chamar, parafraseando Marx (1973), ‘o concreto pensado’” (MINAYO, 2006, p.358-359). A seguir serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa, buscando alcançar os objetivos estabelecidos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 DOCUMENTOS DA PNJ E A DIRETRIZ DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL: RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Para a realização da análise documental foi elaborada uma primeira aproximação com as fontes de pesquisa, utilizando principalmente os sites oficiais do Governo Federal (pela Internet), nos quais foi possível levantar alguns aspectos sobre os programas e ações do Governo Federal para os jovens, bem como os documentos legais (Leis, Decretos, Portarias,...) que orientam as ações desenvolvidas. Alguns dos documentos importantes utilizados para esta primeira etapa foram: o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), da Secretaria Nacional de Juventude, o Manual da Aprendizagem (2010) e a publicação do IPEA, Juventude e Políticas Sociais no Brasil (2009).

4.1.1 Conceito de promoção da participação juvenil da PNJ

No momento inicial buscou-se identificar se: a) a diretriz de promoção da participação juvenil está presente nos programas da Política Nacional de Juventude. Entendendo-se que diretriz significa caminho, direção, rumo, foi necessário investigar a Lei de criação da PNJ para identificar em qual direção esta apontava o desenvolvimento da participação.

Levou-se em conta a Lei nº 11.129, de 30 de junho 2005, instituidora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (art. 1º) e criadora do Conselho Nacional da Juventude.

- CNJ (art. 9º) e a Secretaria Nacional de Juventude (art. 11) considerada como o marco legal de criação da PNJ. A primeira constatação levantada foi a da constituição da PNJ ter sido feita por uma lei que contempla várias questões de interesse da juventude e não por uma lei específica de criação de uma política de juventude, com o estabelecimento de um Plano e de um Estatuto Nacional.

A diversidade de temas contida nesta lei pode ser observada nos dois artigos descritos a seguir, que tratam de dois temas de interesse dos estudantes dos cursos das áreas da saúde (de cunho universal), referentes à instituição da Residência em Área Profissional da Saúde e do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho.

Art. 13. Fica instituída a Residência em Área Profissional da Saúde, definida como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a médica. § 1º A Residência a que se refere o caput deste artigo constitui-se em um programa de cooperação intersetorial para favorecer a inserção qualificada dos jovens profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2005).

Art. 15. Fica instituído o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, destinado aos estudantes de educação superior, prioritariamente com idade inferior a 29 (vinte e nove) anos, e aos profissionais diplomados em curso superior na área da saúde, visando à vivência, ao estágio da área da saúde, ao aperfeiçoamento e à especialização em área profissional como estratégias para o provimento e a fixação de jovens profissionais em programas, projetos, ações e atividades e em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2005).

Assim, como é possível observar, a lei de criação da PNJ é instituída e trata tanto da constituição da estrutura jurídico-administrativa da política como de programas voltados para a educação, a formação e a empregabilidade juvenil, por meio do PROJOVEM, do Programa de Residência na área da Saúde e do Programa de Bolsas de Estudos para a Educação pelo Trabalho. Embora estes sejam temas de grande interesse da juventude, são questões pontuais.

No tocante à questão da presença de diretriz voltada para o desenvolvimento da participação juvenil, esta é identificada, de forma implícita, no art. 9º, por meio da constituição do Conselho Nacional de Juventude.

Art. 9º Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude - CNJ, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. § 1º O CNJ terá a seguinte composição: I - 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público; II - 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil (BRASIL, 2005).

A participação nele aparece como um dos pilares desta lei, a partir da formação do Conselho Nacional de Juventude. Constata-se, ter havido avanços significativos em relação a criação de espaços de comunicação e articulação entre o governo e o segmento juvenil, a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, como estruturas administrativas de gestão dos programas nacionais e canais de interlocução com a juventude. De acordo com Scárdua (2010) “[...] o CONJUVE é também um espaço voltado para a promoção do direito à participação, imprescindível para que outros direitos como a educação, trabalho, cultura, esporte e lazer(transversais) sejam assegurados” (p.22).

Também se constata como importante, a realização de Conferências Nacionais e Internacionais, articuladas com Organismos Nacionais e Internacionais, para a discussão das

questões juvenis, bem como o incentivo à implantação de estruturas administrativas e fóruns de participação juvenil nas diferentes esferas governamentais.

De acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude,

O Governo Federal inovou na concepção de política pública e passou a considerar a juventude como uma condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos. [...]. As ações e programas do Governo Federal buscam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens, para que eles possam resgatar a esperança e participar da construção da vida cidadã no Brasil (BRASIL, 2010, p.7).

O presente Guia apresenta, entre as responsabilidades da Secretaria Nacional de Juventude, a de “[...] fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; [...] e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas” (BRASIL, 2010, p.8).

Respondendo à questão da existência de uma diretriz para o desenvolvimento da participação juvenil na PNJ, pode-se entender, pela análise realizada, que a PNJ se sustenta no tripé: educação, trabalho e participação, e a diretriz de fomento à participação juvenil está presente na PNJ.

Quanto à forma de incentivo à participação juvenil, é possível perceber que a direção adotada pela PNJ para promover a participação juvenil se baseia na constituição de espaços de participação e interlocução, materializadas na constituição do CONJUVE e no incentivo à criação destas estruturas nas diferentes instâncias governamentais.

4.1.2 Forma de desenvolvimento da participação juvenil nos programas da PNJ

Em um segundo momento, buscou-se identificar como a diretriz da participação está se refletindo nos programas da PNJ. Para responder à questão pergunta-se: b) A execução destes programas está garantindo e/ou promovendo a participação juvenil? Foi realizado um levantamento dos principais programas federais desenvolvidos pela PNJ e identificados vinte programas voltados à juventude, de caráter: universal, atrativo ou exclusivo. Para facilitar a compreensão deles, elaborou-se uma matriz contendo as seguintes informações: nome do programa, objetivo, ações, faixa etária, órgão executor, optando-se sempre pelo órgão gestor do programa, mesmo reconhecendo a parceria de outros órgãos no desenvolvimento deles.

Para este trabalho utilizaram-se os documentos oficiais disponíveis nos sites dos ministérios (indicados nas referências), o documento do CONJUVE: Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas (2006), o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006) e a publicação do IPEA: Juventude e Políticas Sociais no Brasil (2009).

Após a compilação e uma breve análise destes 20 programas foi possível perceber que apenas quatro (4) programas da PNJ (Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projeto Rondon e Juventude e Meio Ambiente) apresentam, de forma explícita, entre seus objetivos, o incentivo à participação.

- a) *Projovem Adolescente* objetiva promover a inclusão de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social através de atividades socioeducativas.
- b) *Projovem Urbano* objetiva elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã.
- c) *Projeto Rondon*, um projeto de integração social, envolvendo a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. Busca aproximar esses estudantes da realidade do País, além de contribuir, também, para o desenvolvimento de comunidades assistidas.
- d) *Programa Juventude e Meio Ambiente*, visa contribuir para o fortalecimento de pessoas, organizações e movimentos de juventude do país, com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação nos coletivos jovens. Procura incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação para ampliar a formação de jovens lideranças ambientais.

Conforme é possível observar, estes programas tratam do desenvolvimento da participação cidadã, participação social e da participação voluntária. Constatou-se a existência de sete (7) programas que apontam como objetivo o desenvolvimento da cidadania (Projovem Campo, Programa Escola Aberta, Programa Jovem Aprendiz, Pontos de Cultura, Segundo Tempo, Soldado Cidadão e Pronasci) e, portanto, se aproximam do tema da participação.

4.2 PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ, DO SENAC – PELOTAS

Para analisar a percepção dos jovens a respeito dos efeitos do PJA quanto ao desenvolvimento da participação, foram realizadas entrevistas individuais, tendo, como instrumento orientador, um roteiro de perguntas, contendo questões abertas e fechadas (Apêndice A). Busca-se levantar, no primeiro momento, algumas informações a respeito das características destes jovens quanto: ao gênero, idade, local de moradia e escolaridade e, também, verificar as expectativas em relação ao PJA, a percepção destes quanto ao tema da participação e as suas experiências participativas. A seguir apresentam-se os resultados desta pesquisa.

4.2.1 Perfil dos entrevistados

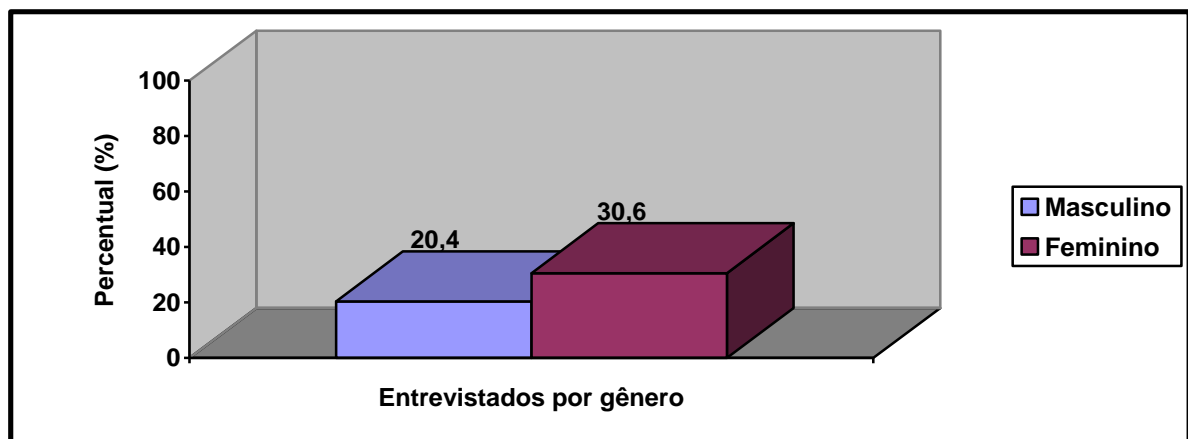


Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº I-4

Todos os 36 jovens que manifestaram interesse em participar das entrevistas foram ouvidos. No gráfico nº 1, pode-se verificar que dos jovens entrevistados, 47,22% pertencem ao sexo masculino e 52,78% são do sexo feminino.

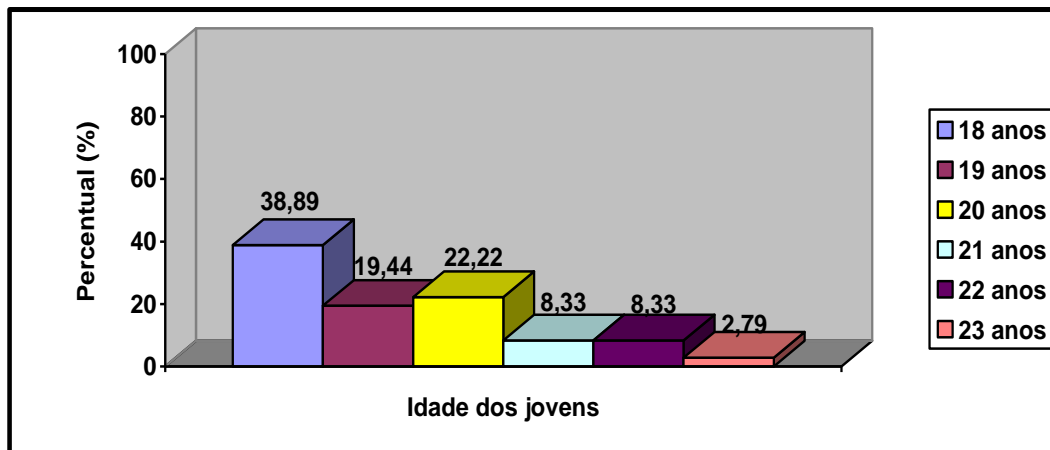


Gráfico 2 – Faixa etária

Fonte: Instrumento de Pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta nº I-3 do Roteiro das Entrevistas.

A respeito da idade, dentro do recorte etário da pesquisa, percebeu-se incidência maior entre os entrevistados, de jovens dos 18 aos 20 anos. Dos 36 jovens entrevistados, 38,89% estavam com 18 anos; 19,44 %, 19 anos e 22,22 %, 20 anos, ou seja, 80,55 % dos jovens entrevistados. Estes dados podem traduzir o uso de critérios de seleção de candidatos, adotados pelo SENAC, em atendimento ao perfil do aprendiz de acordo com o interesse das empresas. Há grande incidência de jovens, maiores de 18 anos, que ainda não tiveram a oportunidade de acesso a emprego formal, confirmando os dados já apresentados na introdução deste estudo, sobre a questão do desemprego juvenil. Mas não se confirmam as tendências de participação desta faixa nos contratos de aprendizagem, conforme estudo de Gonzalez (2009). De acordo com o autor, a ampliação da cobertura do PJA, para os jovens de idade até 24 anos, não provocou o aumento da participação no PJA daqueles acima dos 18 anos.

Diante da obrigação legal e da expansão da faixa etária de jovens passível de ser abrangida pelos contratos de aprendizagem, esses estão se difundindo rapidamente. Enquanto, ao fim de 2000, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registrava 7.423 aprendizes, em 31 de dezembro de 2008, havia 133.973 contratos de aprendizagem ativos. Mais de 70% destes aprendizes eram até 17 anos, o que sugere que a expansão da idade mínima de 18 para 24 anos não deslocou os jovens-adolescentes (GONZALEZ, 2009, p.126).

Portanto, a tendência atual da incidência maior no PJA, observada pelo autor, é da participação de jovens da faixa dos 14 aos 18 anos. Na direção das ideias de Gonzalez pode-se entender que o expressivo número de jovens, entre os entrevistados, da faixa dos 18 aos 20

anos no PJA, ainda sem emprego com carteira assinada, pode sinalizar, também, o aproveitamento por parte dos jovens, da “moratória social” a eles concedida.

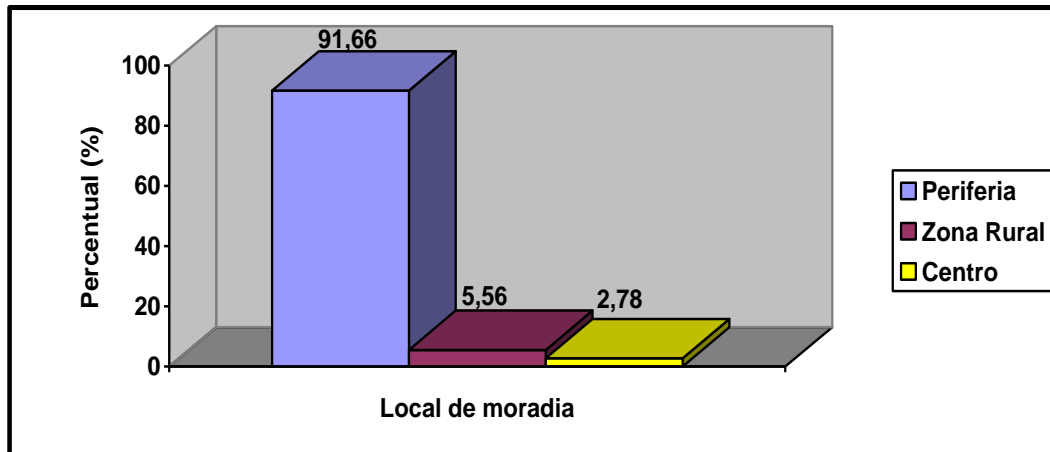


Gráfico 3 – Local onde reside

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº I-6.

Quanto ao local de moradia, foi constatado que o programa atende, prioritariamente, os jovens moradores nos bairros localizados na periferia. Dos entrevistados, 91,66% pertencem à periferia urbana, situados principalmente em bairros com população de maior vulnerabilidade social, confirmando o cumprimento da diretriz da Política. O PJA é um programa de caráter focalizado no atender jovens de família de baixa renda. Portanto, pode-se deduzir que os jovens desta faixa etária, moradores nestas áreas de maior vulnerabilidade, estejam sendo selecionados para serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

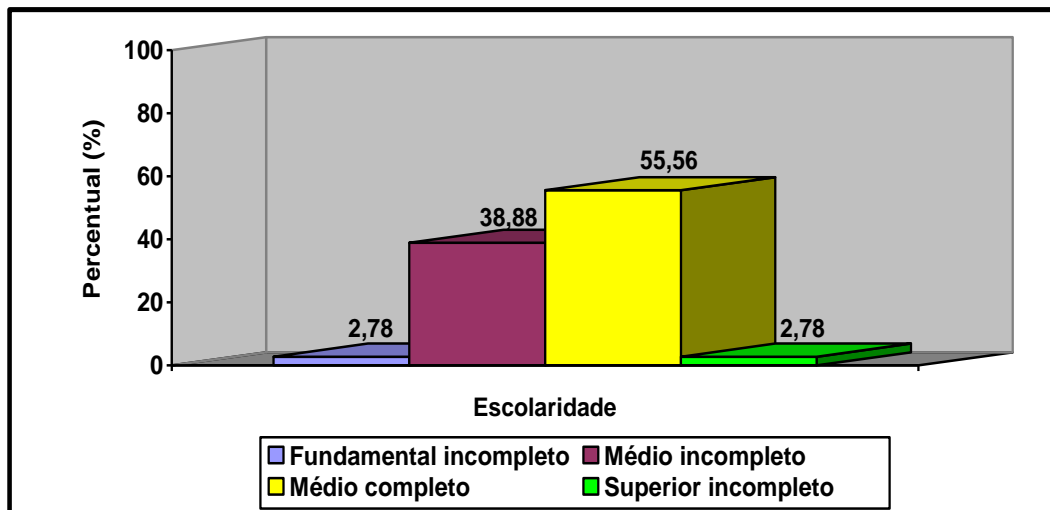


Gráfico 4 – Escolaridade

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº I-5.

Quanto ao grau de escolaridade dos jovens entrevistados, nesta faixa etária, constatou-se ser alto. Destes, 38,33% estão cursando o ensino médio, 55,56%, possuem o ensino médio completo e 2,8% estão cursando o ensino superior. Somente 2,8% ainda estão cursando o ensino fundamental. Estes dados também podem sinalizar o grau de seletividade do PJA. De acordo com estudos da UNESCO(2006), no Brasil, somente 35,8% dos jovens cursaram o ensino médio e 7,2% o ensino superior (UNESCO, 2006, p. 93). Portanto, a realidade dos jovens brasileiros, principalmente, os de família de baixa renda, é de baixa escolaridade. A relação entre a idade de ingresso na PEA e a ampliação da escolaridade dos jovens, por conta de um interesse maior em ingressar em cargos com remuneração mais elevada é também observada por Gonzalez (2009)

Os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos não são formados apenas por jovens que entraram cedo no mercado de trabalho e conseguiram mudar para ocupações melhores conforme envelheciam. Eles são formados, também, por jovens que protelam sua entrada no mercado de trabalho, possivelmente aumentando sua escolaridade no processo, e que já conseguem, como primeira ocupação um posto de melhor qualidade (GONZALEZ, 2009, p.120).

Pode-se deduzir que a “moratória social” tem possibilitado aos jovens conquistarem formação e qualificação maiores, antes de ingressarem no PEA. Assim, estes dados podem indicar também esta tendência dos jovens de buscarem o primeiro emprego mais tarde, priorizando a formação durante o período da adolescência como meio para obter melhor emprego, quando chegasse o momento de inserção no mercado de trabalho.

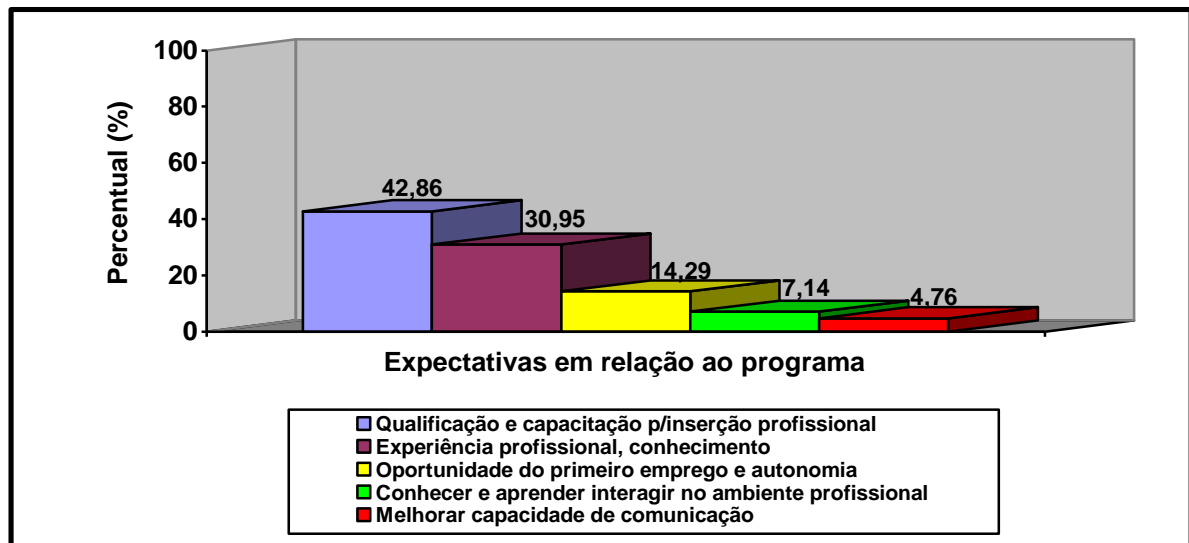


Gráfico 5 – Expectativas em relação ao PJA

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II-1.

Quanto ao interesse dos jovens em relação ao PJA, a grande expectativa deles é a oportunidade de qualificar-se e capacitar-se para a inserção profissional, indicada por 42,86% dos entrevistados. Outros 30,95% buscam a oportunidade de adquirir experiência profissional e conhecimento; 14,29% têm interesse no primeiro emprego e na autonomia financeira; 4,76% buscaram, no programa, o desenvolvimento da sua capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A importância da qualificação para o trabalho juvenil pode ser percebida pela fala do JE 36: “Ter qualificação e capacitação para ingressar no mercado de trabalho, assim, não chegando sem saber nada, pelo contrário, tendo experiência e sabendo colocá-la em prática” (JE, Nº 36). Esta preocupação se justifica pelo fato de possuir experiência de trabalho ser uma das principais exigências das empresas para admitir novos empregados. Estes dados corroboram a análise feita anteriormente sobre a faixa etária predominante no Programa.

De acordo com o já apresentado, as pesquisas realizadas com os jovens brasileiros (2003, 2004, 2005), sobre as suas principais necessidades e expectativas, têm apontado a inserção no mercado de trabalho como uma das questões prioritárias. Esta preocupação deve-se ao fato de, atualmente, os jovens se depararem com exigências cada vez maiores em termos de qualificação e experiências profissionais.

Pode-se verificar que o PJA, enquanto programa voltado para a preparação do jovem para a inserção no mercado de trabalho, atende as necessidades e expectativas dos jovens, pois associa a capacitação para o trabalho à inserção profissional, proporcionada pela garantia

de um contrato de trabalho, com direitos trabalhistas estabelecidos pela Lei do Aprendiz. Cabe ainda salientar que a ampliação da faixa etária de atendimento do programa conseguiu contemplar a inserção dos jovens com idade superior aos 24 anos.

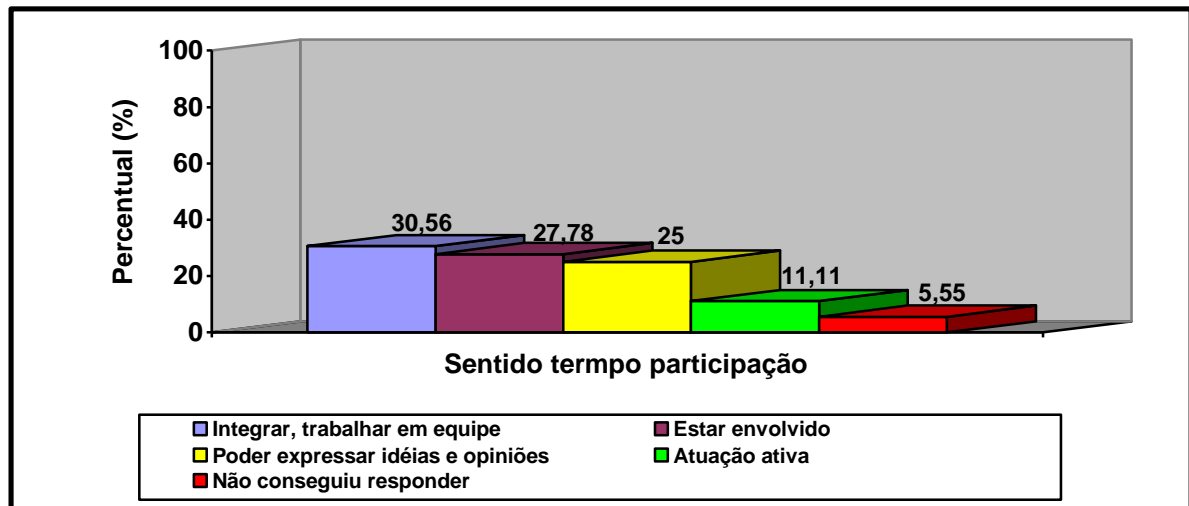


Gráfico 6 – Sentido do termo participação

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II-2.

A respeito do entendimento dos jovens a respeito do termo “participação”, percebe-se, pelas respostas dos jovens, que participação representa integrar e trabalhar em equipe para 30,56% dos entrevistados; poder expressar ideias e opiniões para 25% dos jovens entrevistados; ter uma atuação ativa para 11,11% dos jovens; estar envolvido para 2,8%. Segundo o depoimento da JE nº 35 sobre a participação: “Entendo como uma união, como ser sempre presente, ajudando, sendo inovador, não só em ideias, mas com empatia, respeito e atitude, fazendo a diferença em grupo”.

Destaca-se, nestas respostas, a ênfase dada por 25% dos jovens entrevistados à possibilidade de expressar ideias e opiniões. Este entendimento de participar, significando contribuir com ideias e opiniões, evidencia que, para os jovens entrevistados, a participação deve ser ativa, não apenas na implementação das ações, mas também na discussão e construção das propostas.

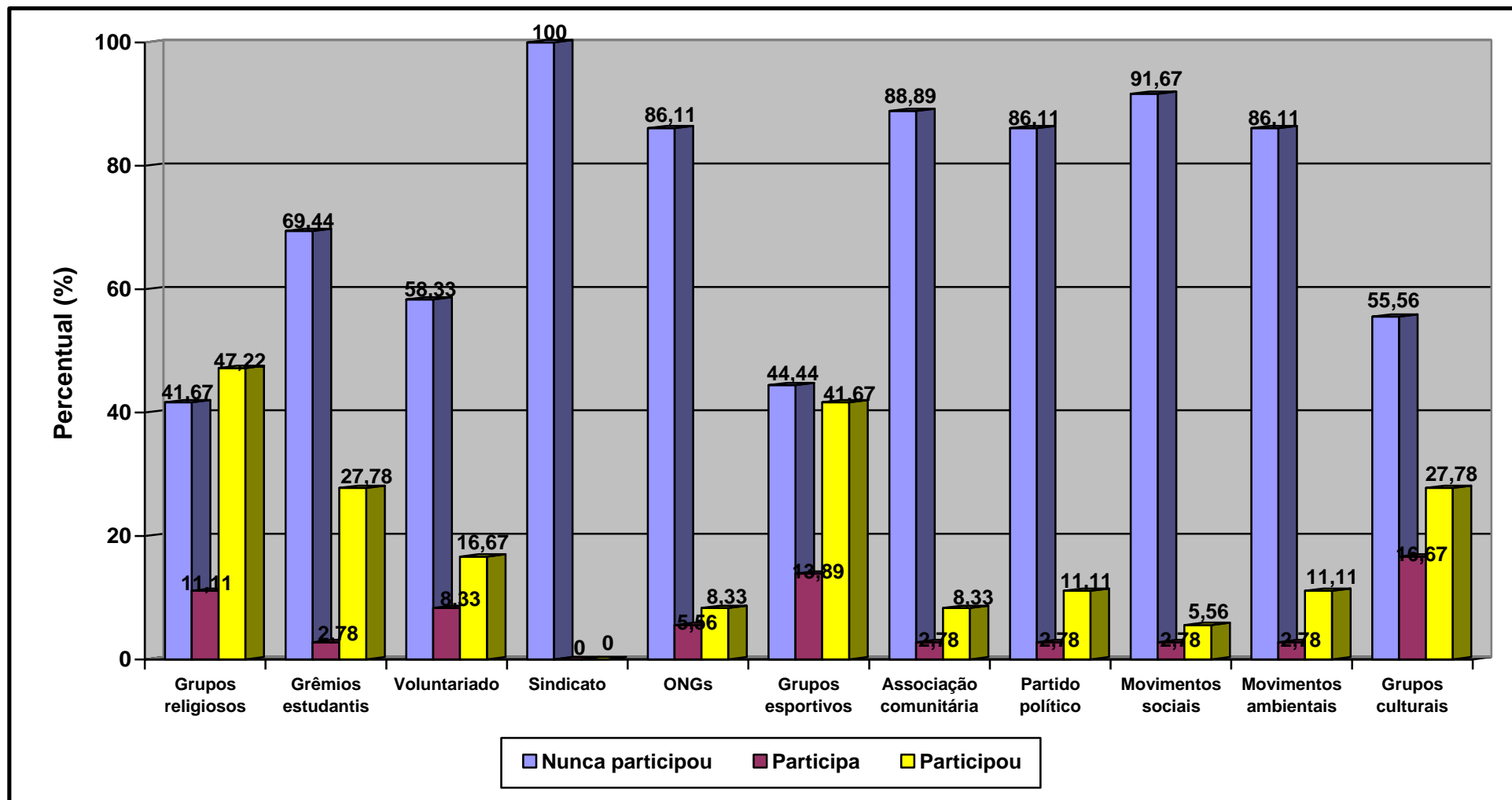


Gráfico 7 – Experiência participativa

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 3.

A respeito das práticas de participação social, política, comunitária, cultural,..., dos jovens, as respostas se apresentaram da seguinte forma: do total, nunca participaram: 100%, de grupos sindicais; 91,6%, de um movimento social; 88,89%, de associação comunitária; 86,11% de um partido político; 86,11%, de um movimento ambiental; 86,11%, de uma ONG; 69,44%, de grêmios estudantis; 58,33%, de voluntariado (as experiências citadas eram muito pontuais, quase todas de grupos organizadas pelas escolas em que estudavam); 55,56%, de um grupo cultural; 41,67%, de associações religiosas e 44,44%, de grupos esportivos.

Estes dados não diferem muito do já constatado nas pesquisas nacionais citadas anteriormente, mas podem confirmar esta tendência dos jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos, que estão buscando participar do PJA. Ou seja, jovens de família de baixa renda, moradores da periferia urbana e com um bom nível de escolaridade. Cabe, neste momento, levantar algumas indagações sobre a baixa experiência participativa identificada. Estes índices de participação são diferentes dos apresentados pelos adultos? Por que os jovens não estão participando com mais intensidade dos demais espaços disponíveis?

Das atividades apontadas, das quais os jovens estavam participando no momento, destacam-se: 16,67%, de algum grupo cultural; 13,89%, de grupos esportivos e 11,11%, dos de grupos religiosos. Nos espaços apontados pelos jovens onde já participaram, destacam-se mais uma vez os grupos esportivos com 41,67% dos entrevistados; religiosos com 47,22%. Dois espaços: grêmios estudantis e grupos culturais já tiveram a participação de 27,78% dos jovens.

Percebe-se serem os índices de participação anterior maiores do que os atuais nos espaços apontados. Novamente levantam-se algumas indagações: Por que não estão mais participando destes espaços? O que levou os jovens a participar mais de atividades religiosas, esportivas e culturais?

Conforme constatado pelo gráfico nº 7, o grau de participação juvenil nos espaços mais clássicos (associações religiosas, esportivas, culturais, políticas, sindicais, movimentos sociais, entre outras) é baixo e confirma as informações levantadas pelas últimas pesquisas sobre a participação juvenil (2003;2004;2005). Segundo CASTRO (2006),

A pesquisa apurou que 27,3% dos jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma organização associativa o que representa em termos absolutos aproximadamente 13 milhões de jovens distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, e sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, música e congêneres (CASTRO, 2006, p.4).

Destaca-se também no Gráfico nº 7, além do percentual de jovens que participam ou já participaram de algum tipo de associação ser bastante reduzido, o fato de o percentual de não participação atualmente estar bem elevado. Estes dados podem sinalizar uma aparente desmotivação dos jovens para a participação, ou mesmo, confirmar o “mito da apatia juvenil”, que consiste em considerar a participação cuja referência é a juventude “engajada” das décadas de 1960 e 1970, ocorrer nas formas clássicas de participação em movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos, entre outros espaços. Porém, a participação expressiva de jovens dos 16 aos 18 anos incompletos, de maneira voluntária nas últimas eleições para a escolha dos representantes nos Governos Federal, Estadual e Municipal pode comprovar a existência do interesse juvenil, em participar das decisões a respeito dos destinos do País.

Os jovens também foram incentivados a indicar outros espaços onde teriam participado de algo semelhante. Entre os entrevistados, apenas uma jovem indicou a sua participação ativa nas redes sociais virtuais. Esta indicação de novos modos e espaços de participar chama a atenção para as novas tendências de participar, principalmente dos jovens, das redes de relações virtuais. Estas novas formas e modos de participação que vêm surgindo nas últimas décadas, principalmente com a expansão das tecnologias de comunicação e informação – TICs, têm possibilitado ampla participação social em espaços virtuais, onde não existem fronteiras de nacionalidade, credo, raça, sexo, idade, tempo. Porém, este é um tema que ainda necessita ser mais bem investigado, identificando-se: os principais espaços existentes; as áreas temáticas predominantes; o nível e a efetividade desta participação, o que não seria possível dentro dos prazos de realização desta pesquisa.

Destaca-se, ainda, a reação dos jovens quanto à pergunta sobre a sua participação em partidos políticos. Os jovens demonstraram certo desconforto com a pergunta e, quando indagados sobre esta reação, manifestaram desaprovção a respeito da atuação desonesta e descomprometida de políticos, fazendo uma associação da política partidária com os escândalos de corrupção política divulgados pela mídia. Cinco jovens expuseram a sua total descrença nos políticos atuais, numa clara generalização do modo de atuar da representação política nas diferentes instâncias de governo. Esta manifestação suscita algumas reflexões. Constata-se eles estarem atentos e demonstrarem dar importância à postura ética e eficiente dos seus representantes. Ou seja, não estão alienados a respeito do que está acontecendo na política nacional e repudiam os comportamentos inadequados.

Dos 36 entrevistados, apenas um informou estar participando de partido político e quatro disseram já terem participado. Novamente a análise superficial destas manifestações poderia levar ao entendimento de uma resistência dos jovens à participação na política partidária. Porém, se for considerado que, dos 36 jovens entrevistados, 4 já participaram e 1 ainda participa de atividades em partidos políticos, isto representa 14% dos entrevistados já com alguma experiência partidária, números que podem aproximar-se dos percentuais de participação política da população adulta.

As pesquisas sobre juventude realizadas no Brasil (2003, 2004, 2005) também haviam identificado a resistência dos jovens em relação às posturas políticas inadequadas. Isto também é observado quanto à população de um modo geral, mas os jovens manifestam nestas pesquisas o interesse em participar na construção e no controle de políticas públicas, bem como na escolha dos seus dirigentes, conforme já referido anteriormente sobre o número crescente de jovens partícipes, da faixa dos 16 aos 18 anos, nas últimas eleições do país.

Assim, destas observações a respeito do perfil dos jovens entrevistados no PJA do SENAC-Pelotas, pode-se concluir que se trata de um grupo de jovens pertencentes, prioritariamente, à faixa etária dos 18 aos 20 anos, residentes na periferia urbana, com bom nível de escolaridade, interessados em se qualificar profissionalmente, não inseridos formalmente no mercado de trabalho. Eles entendem que o sentido da participação é envolver-se de forma ativa, com apresentação de ideias e opiniões, para fazer a diferença nas discussões a respeito das questões de interesse da sociedade. Embora o grupo não apresente um alto índice de participação nos espaços mais tradicionais, demonstra interesse em se envolver de forma mais efetiva nos espaços de participação coletiva. Os jovens manifestam interesse em participar principalmente de atividades solidárias e sociais. Esta motivação pode ser observada nas falas dos jovens entrevistados

JE nº 2 “Atualmente me sinto mais receptivo às atividades sociais”; JE nº 4, “Se eu soubesse de um evento para a juventude, eu participaria. Os jovens terão um futuro bom ou ruim, depende da orientação que recebem.”; JE nº 9, “O curso vai além da capacitação para o trabalho, motiva os jovens a participar das questões sociais”; JE nº 19, “Porque depois do jovem entrar neste programa, aprende muitas coisas e muito vai do curso, sendo que o jovem fica mais solidário”; JE nº 2, “O jovem precisa participar mais, porque as políticas não estão focando nos interesses dos jovens”.

4.2.2 Promoção da participação no Programa Jovem Aprendiz SENAC-Pelotas

Após a identificação do sentido da participação para os jovens entrevistados, e depois de conhecer as experiências participativas que acumulam e o entendimento deles a respeito do termo participação, buscou-se verificar: como o PJA promove a participação dos jovens; quais os efeitos do programa no comportamento dos jovens quanto ao interesse pela participação; os conteúdos ou atividades que contribuíram no preparo deles para uma atitude mais participativa; o conhecimento destes jovens a respeito da existência da PNJ e a sua opinião quanto a uma política pública que busque fomentar a participação juvenil.

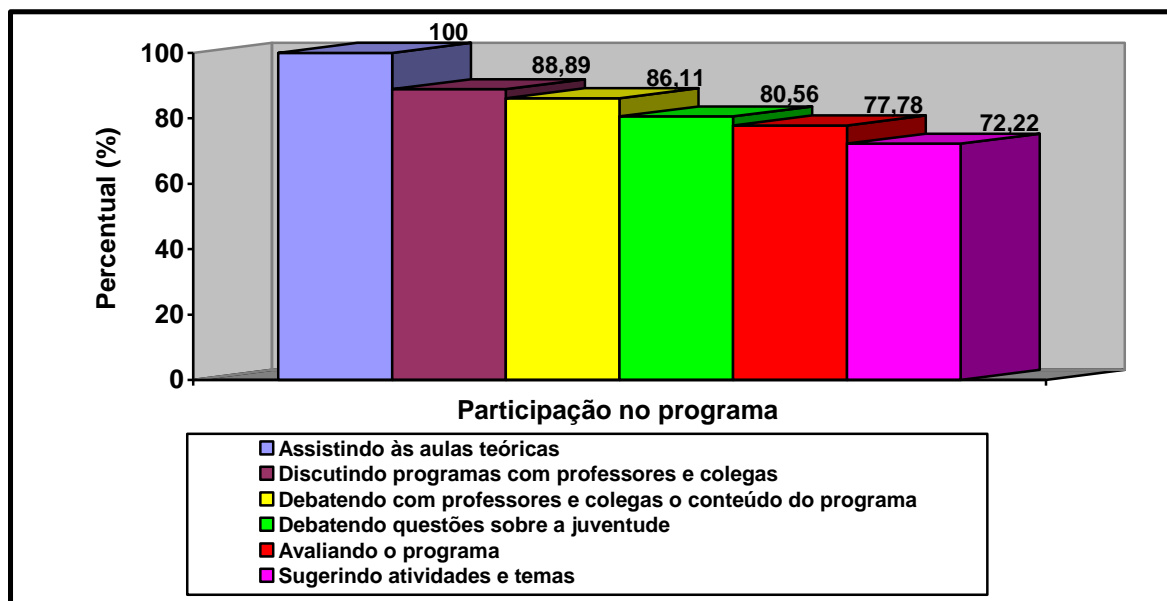


Gráfico 8 – Participação no programa

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 5.

Quanto à forma como se percebem incluindo-se no Programa, os jovens entrevistados acreditam terem participação ativa em todas as situações apresentadas. Todos se dizem participantes ativos durante as aulas; 86,81% afirmam já ter debatido com professores e colegas a respeito de questões dos conteúdos desenvolvidos pelo programa; 80,80% confirmam já terem participado de discussões com professores e colegas sobre o PJA; 80,56% registram que discutem questões sobre a juventude com seus colegas; 77,78% se sentem

participes do processo de avaliação do programa; 72,22% dizem já terem apresentado sugestões ao programa.

Pela fala dos jovens entrevistados conclui-se que a participação no avaliar o Programa ocorre durante os Conselhos de Classe, quando o representante da turma apresenta as considerações encaminhadas por ela. Assim, a participação dos alunos na avaliação do programa ocorre de forma bastante tradicional, com um momento preparatório entre o grupo, para identificar as dificuldades ou necessidades a serem encaminhadas ao Conselho de Classe. Pelas manifestações dos jovens pode-se sentir que eles apresentam, muito mais as críticas relacionadas à atuação do próprio grupo do que uma apreciação dos aspectos positivos e negativos do Programa.

Não obstante a manifestação dos participantes da pesquisa quanto ao seu perfil de participação apresentar percentuais altos em todas as perguntas sobre a percepção deles quanto à participação no PJA, não aparece claramente o real entendimento deles sobre o sentido de uma participação efetiva, muito embora, na definição do termo participação, os jovens tenham manifestado o entendimento de uma atuação ativa, de envolvimento, de apresentar ideias e opiniões e de construir coletivamente.

O modelo de participação identificado nas respostas e nas expressões dos jovens entrevistados aproxima-se do tipo de participação definido por Bordenave (1994), como “participação provocada”, a qual surge mais da motivação feita pelos educadores do que de uma iniciativa espontânea dos jovens, a partir do interesse e do reconhecimento do grupo do seu poder de influência no desenvolvimento do Programa.

Quanto ao grau de influência das manifestações e recomendações dos jovens, pode-se enquadrá-lo no nível de uma consulta, em que o papel do jovem é somente opinativo, podendo ser, em alguns momentos, por exemplo, na participação do representante da turma, durante o Conselho de Classe, elevado ao nível de recomendação, quando os participantes conhecem o assunto, apresentam propostas, mas não têm a garantia do acolhimento das suas recomendações.

Assim, observou-se, pelos depoimentos dos jovens, uma participação pouco efetiva deles na discussão do programa e da relação deste com a atual condição juvenil, tendo em vista que as discussões giram mais em torno do mercado de trabalho, do perfil ideal do trabalhador, bem de acordo com os interesses do Setor Empresarial que está contratando os jovens do PJA e, das condições materiais que estão sendo oferecidas pela instituição no desenvolvimento do Programa de Aprendizagem.

É importante salientar, de acordo com os jovens entrevistados, que o PJA do SENAC Pelotas consegue preparar os jovens para o trabalho e para a vida de forma mais adequada do que a escola, a qual, de fato, tem a responsabilidade primeira de promover a formação dos jovens para a vida social e para o trabalho. Tais manifestações dos jovens ocorrem em função de se considerarem mais preparados para a convivência social e a atuação em espaços coletivos a partir das atividades desenvolvidas pelas disciplinas de Relações Interpessoais; Dicção, Desinibição e Oratória; Comunicação e Expressão.

Estas observações podem contribuir para fortalecer o papel da Secretaria Nacional de Juventude, cuja responsabilidade é realizar a interlocução e a articulação entre os diferentes órgãos gestores dos programas de juventude, promovendo a intersetorialidade e a multidisciplinariedade entre as atuais políticas de juventude. A baixa articulação entre as políticas públicas de juventude já foi identificada nos estudos de Sposito e Carrano (2003) e por Castro, Aquino e Andrade (2009), Segundo estes autores,

No geral, a lógica da atuação segue extremamente setorializada: cada órgão busca tratar, de acordo com seus marcos teóricos e seu instrumental de ação, das questões que consegue identificar. Ainda resta por ser construída uma estratégia multissetorial de atuação que articule horizontalmente as iniciativas de órgãos diversos com um propósito comum, ampliando as possibilidades de êxito em seus empreendimentos (CASTRO, AQUINO e ANDRADE, 2009, p.10).

4.2.3 Mudanças provocadas pela inserção no PJA quanto à participação

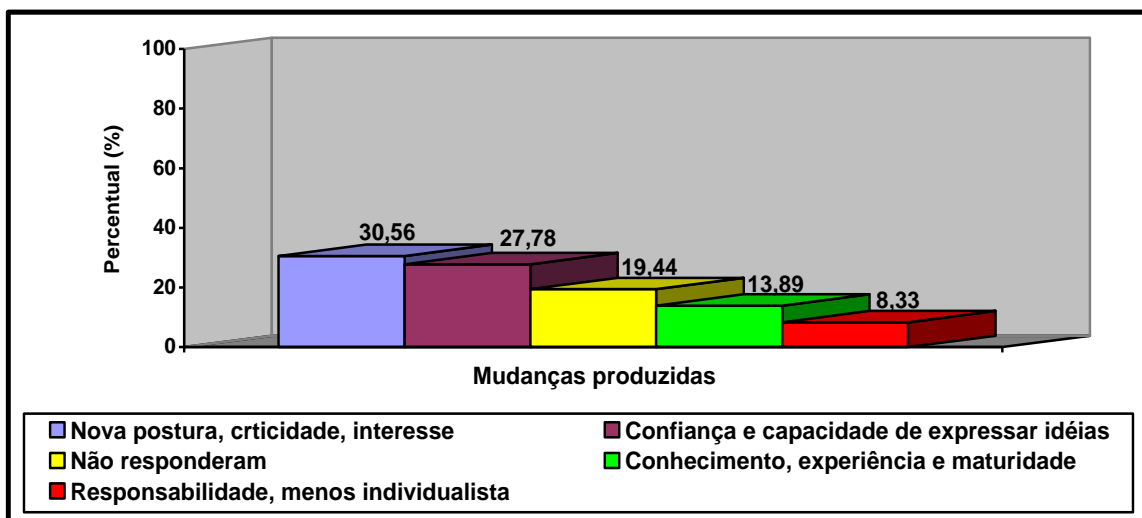


Gráfico 9 – Mudanças produzidas

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 4.

Todos os jovens afirmaram terem mudado desde o ingresso no PJA. Como é possível perceber no gráfico nº 9, as mudanças indicadas pelos jovens, quanto à sua participação nas questões sociais e políticas, depois do seu ingresso no PJA, demonstram que 30,56% dos jovens as atribuem ao fato de se terem tornado mais críticos e interessados; 27,78% dizem ter adquirido mais confiança e capacidade de expressar ideias; 13,89% acreditam terem mais conhecimentos, maturidade e experiências; 8,33% apontaram mudanças em relação a comportamentos mais responsáveis e menos individualistas; 19,44% manifestaram sentirem-se mais interessados em participar, mas não conseguiram expressar o que mudou a partir do ingresso no PJA para esta motivação.

A percepção dos jovens pode ser observada nos relatos de alguns dos entrevistados:

“Sinto-me hoje instigado a participar, me sinto mais confiante. Mas os jovens não têm espaço para participar” (JE nº 04); “Melhorou, pois a timidez dificulta a participação dos jovens, o curso modificou muito isto”, (JE nº 9); “Mudou muito, antes eu era mais individualista, atualmente quem não conseguir trabalhar em grupo não tem chance” (JE nº 13); “Mudou, em relação à interação e ficamos mais críticos quanto ao mundo lá fora”. (JE nº 21); “Sim, porque o curso promove atividades de participação social, cultural e recreativa” (JE nº 27).

Percebe-se, nas falas dos jovens, o desenvolvimento de autoconfiança, desinibição, espírito coletivo e criticidade. Experiências participativas compõem o conjunto de fatores que passou a influenciar na adoção de uma postura mais participativa. A percepção deles da contribuição do PJA, por meio das disciplinas de Comunicação e Expressão, Relações Interpessoais e Dicção e Oratória no seu preparo para interagir em grupos, expor e defender ideias, respeitar opiniões dos outros, aponta na direção dos desafios apresentados por Pontual (2008) para o avanço da participação juvenil. O autor indica como quinto e sexto desafios, a formação de jovens agentes sociais, como um compromisso das Organizações Não Governamentais, do Poder Público e das organizações do próprio segmento juvenil, para que apresentem condições de dialogar com gestores e lideranças políticas e a construção de “formas de linguagem na dimensão do diálogo e da participação” (PONTUAL, 2008, p.118).

As observações dos entrevistados sobre os fatores que passaram a motivá-los na adoção de uma atitude mais participativa demonstram o potencial que a educação formal e a informal possuem para contribuir na formação de sujeitos mais críticos e participativos.

4.2.4 Contribuições e limites do PJA no desenvolvimento da participação entre jovens aprendizes

Neste momento da pesquisa, buscou-se identificar quais os conteúdos ou atividades que contribuíram na motivação destes jovens para uma atuação mais participativa na sociedade.

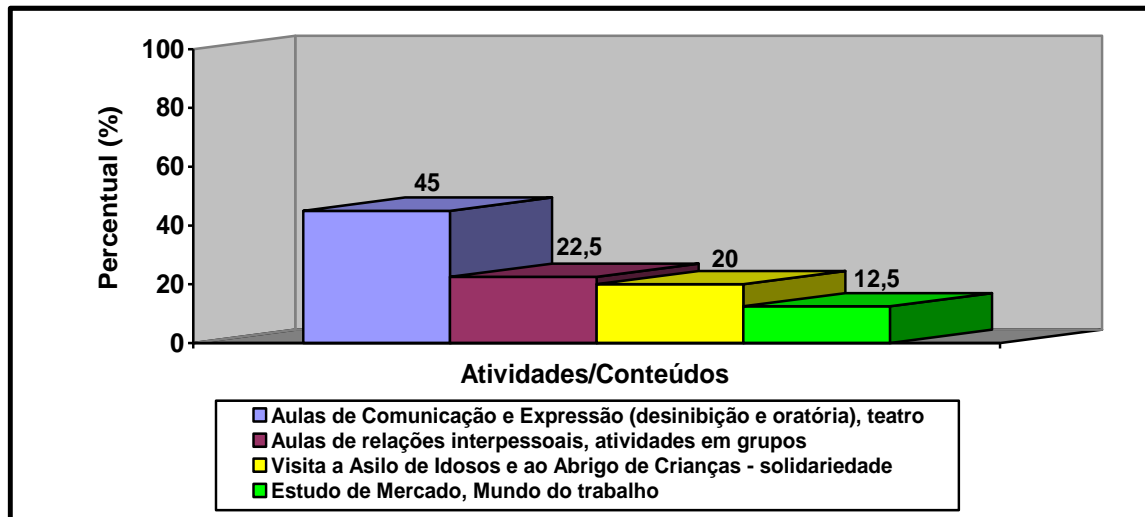


Gráfico 10 – Atividades/conteúdos

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II-7.

Sobre quais conteúdos ou atividades desenvolvidas no PJA, evidenciando a importância de uma participação mais ativa na sociedade, conforme se observa no gráfico nº 10, 45% dos jovens apontaram aulas de Comunicação e Expressão e de Desinibição, Dicção e Oratória; 22,50% atribuem esta nova postura aos conteúdos trabalhados nas aulas de Relações Interpessoais e das atividades realizadas em grupos; 20% a atribuem às atividades de solidariedade desenvolvidas durante o programa, como as visitas a um Asilo de Idosos e a um Abrigo Institucional de Crianças, denominada pelos jovens como “Orfanato”³⁰.

Percebe-se no Programa um trabalho voltado para o desenvolvimento da participação dos jovens em atividades de solidariedade, muito de acordo com a tendência atual de ênfase à participação voluntária. O voluntariado tem sido incentivado pelos governos e pelas empresas que passaram a desenvolver ações de “Responsabilidade Social”, por meio da criação de

³⁰ Esta denominação utilizada pelos jovens entrevistados para indicar os Abrigos Institucionais de Crianças e Adolescentes, chama a atenção por se tratar de uma expressão muito utilizada no passado, no período de vigência da Lei do Menor, refletindo a permanência no imaginário da sociedade do preconceito em relação às crianças atendidas nestes espaços.

fundações ligadas a elas. O protagonismo juvenil tem sido muito utilizado para o desenvolvimento de ações voluntárias, servindo, muitas vezes, para resolver problemas de responsabilidade dos governos.

Alguns depoimentos dos jovens traduzem a satisfação deles com as aulas de Comunicação e Expressão: JE nº 24, “As atividades de apresentações individuais forçaram os jovens a aprender a se expressar em público e apresentar e defender suas ideias.” Outro jovem se refere às mudanças conquistadas nas atividades de teatro. JE nº 35 “Nas atividades artísticas, durante as aulas de Comunicação e Expressão, quando se tem de lidar com outras pessoas e aceitar ideias diferentes”. Nos depoimentos dos jovens entrevistados sobre o valor dado às atividades que contribuíram para melhorar o seu desempenho na área da comunicação e relacionamento em grupo, observa-se uma potencialidade para a formação de atitudes participativas e um protagonismo maior nas políticas públicas.

A disciplina Mercado do Trabalho também é indicada como responsável pela mudança nas condições de participação dos jovens. De acordo com JE nº 23, “O curso me ajudou a mudar a visão das coisas, a ter mais autonomia, ser mais ativo, por meio da apresentação do mundo do trabalho”. Esta manifestação levanta uma questão a ser considerada na formação do jovem para o trabalho, em relação ao conhecimento das relações que ocorrem no âmbito do mercado de trabalho. Os jovens são preparados para assumir uma profissão, aprendem como realizar determinadas tarefas, mas nem sempre dispõem de informações a respeito da lógica de funcionamento deste mercado.

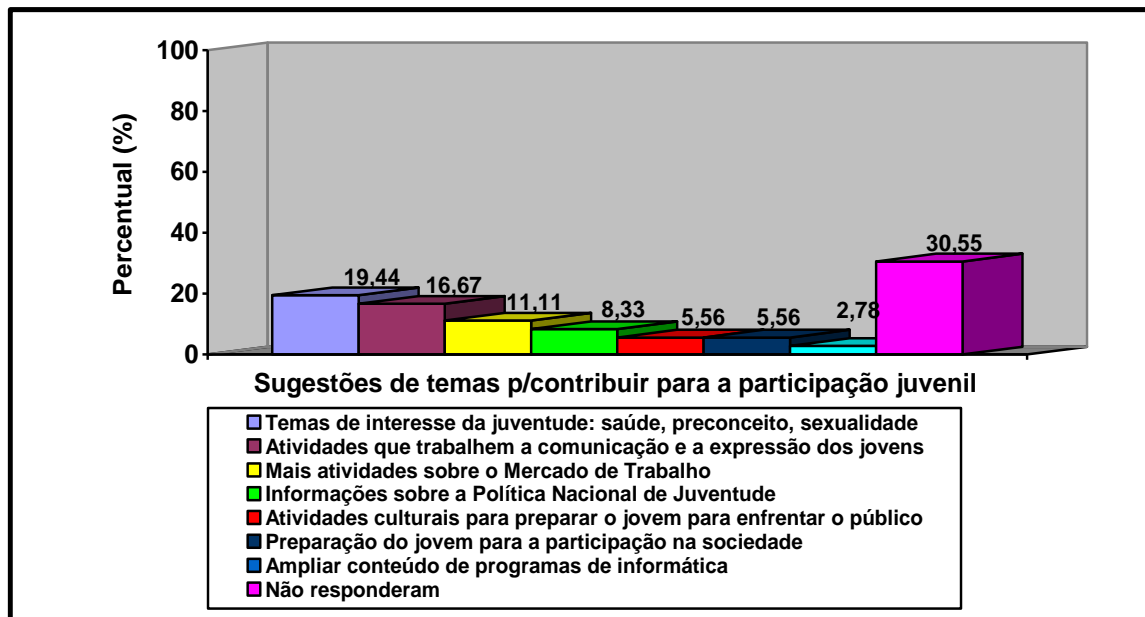


Figura 11 – Sugestões ao PJA de temas p/contribuir para a participação juvenil

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 9.

Ao serem provocados a apontar novos temas que poderiam ser trabalhados no PJA e contribuir para a formação de uma atitude mais participativa dos jovens, 19,44% sugeriram os temas ligados à saúde, sexualidade e preconceitos, por entenderem que estes temas precisam ser mais discutidos entre os jovens; 16,67% gostariam que fossem oferecidas mais atividades para o desenvolvimento da comunicação e expressão. Entendem que os jovens, muitas vezes, não se sentem preparados para falar em público e apresentar ideias e opiniões para grandes grupos; 11,11% indicaram o aumento dos conhecimentos sobre o mercado de trabalho. Justificam que este é um espaço muito competitivo e exige muito conhecimento e desenvoltura por parte dos envolvidos; 30,55% dos jovens não apresentaram nenhuma sugestão por considerarem que o curso contemplava totalmente os temas de interesse dos jovens participantes do programa.

O empenho em ampliar os conhecimentos a respeito de temas, como saúde, sexualidade, respeito às diversidades, pode representar a preocupação com estas questões e/ou a falta de informações suficientes sobre estes assuntos. Mais uma vez pode-se levantar um questionamento a respeito da dificuldade de a educação formal estar realmente conseguindo preparar os jovens para vida, tendo em vista que estes temas fazem parte dos conteúdos transversais da educação básica.

Novamente a preocupação com a capacidade de expressar ideias e opiniões é destacada pelos jovens entrevistados. Ao mesmo tempo em que apontam as atividades de

Desinibição, Dicção e Oratória como uma das disciplinas do Programa que contribuiu para a adoção de uma atitude mais participativa na sociedade, eles também demonstram interesse em intensificar o desenvolvimento destas habilidades.

Os jovens também indicam a disciplina Mercado de Trabalho como um dos aprendizados que contribuiu para motivar a participação. O uso da expressão “competitivo”, já traduz a incorporação pelos jovens da linguagem utilizada pelo mercado. Estas manifestações sinalizam que os jovens querem ser preparados também para ter uma participação consciente no mercado de trabalho, atuando com conhecimento e entendimento das condições e relações que permeiam o universo do trabalho. As manifestações apresentadas pelos jovens entrevistados provocam a reflexão quanto ao papel da PNJ. A quem esta política está beneficiando de fato? Ao desenvolvimento social e profissional dos jovens ou, especificamente, à formação de profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho?

O tema trabalho, conforme já apresentado no capítulo que trata das condições juvenis na atualidade, é uma questão prioritária para os jovens. Ao mesmo tempo em que representa a sua maior preocupação, é também o tema de maior interesse. Portanto, é inquestionável que os jovens desejam ser preparados para assumir atividades de trabalho. A educação é também um tema de grande interesse dos jovens, bem como dos governos, da sociedade e do mercado. Estudos têm comprovado que quanto maior a escolaridade de uma população, maior é o Produto Interno Bruto-PIB do país e melhor se torna a renda, a saúde e as condições de vida familiar.

Surge, então, o questionamento quanto aos efeitos do PJA e de outros programas similares da PNJ, enquanto políticas públicas focalizadas nos jovens de baixa renda. Convém observar se estes programas estão possibilitando aos jovens a inserção no mercado de trabalho poderá provocar o abandono dos estudos, tendo em vista a necessidade de maior esforço para conciliar as tarefas de trabalho e estudo. Deve-se considerar que, no caso dos jovens de baixa renda, a conquista de sua autonomia financeira é vital, para si e para as suas famílias, que não dispõem de condições para oferecer uma “moratória social” maior.

Conforme já manifestado, neste momento não é possível aprofundar esta análise, porém, a questão poderá ser objeto de um novo estudo, no sentido de analisar melhor quem está sendo mais beneficiado por estas políticas. Serão os jovens que estão tendo a oportunidade de serem preparados para ingressar no mundo do trabalho ou o mercado que recebe uma força de trabalho mais capacitada para promover melhores lucros?

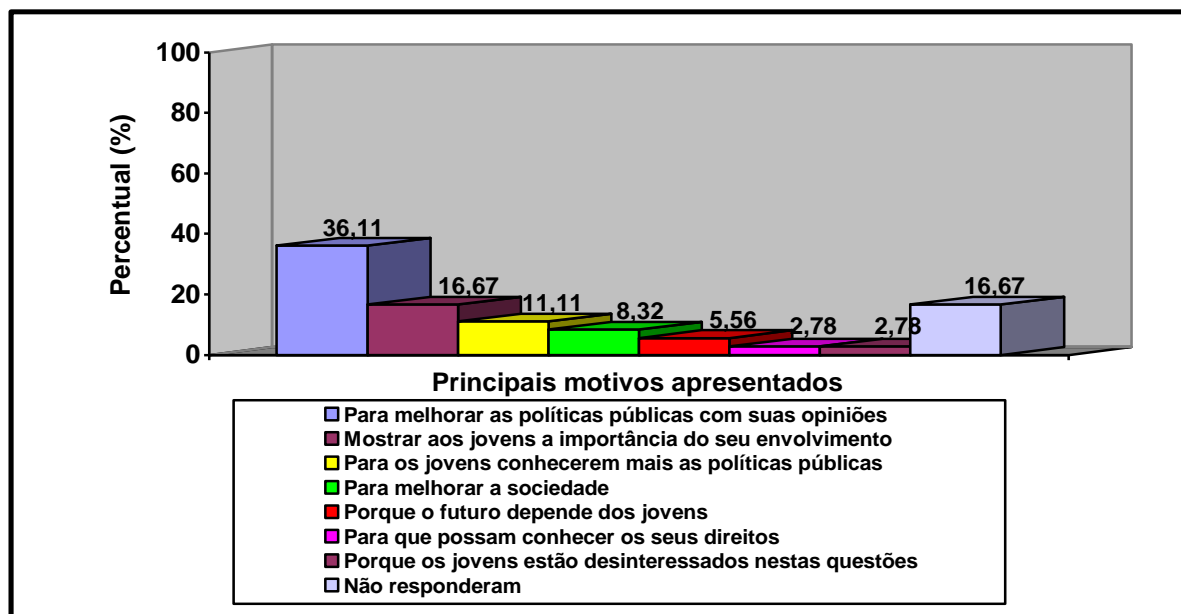


Gráfico 12 – Motivos para desenvolver a participação juvenil

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 10.

Quanto à importância de uma política de estímulo à participação dos jovens nas questões comunitárias, sociais e políticas, 100% deles acreditam ser uma ação importante a ser desenvolvida pela PNJ. Entre os jovens entrevistados, 36,11% apontam que as contribuições dos jovens poderiam melhorar as políticas públicas; 16,6% acreditam poder a PNJ mostrar aos jovens a importância do seu envolvimento; 11,11% entendem que a participação dos jovens pode conduzir a um melhor conhecimento das políticas públicas; 16,67% acreditam na importância de uma política de estímulo à participação, mas não conseguiram justificar a sua posição.

Nestas respostas observa-se que os jovens reconhecem a necessidade de serem estimulados e preparados para uma atuação mais efetiva e acreditam que possam tornar-se protagonistas do processo de desenvolvimento da sociedade, se forem dadas as condições necessárias. Como exemplo, conhecer o funcionamento das políticas públicas. Isto confirma ser a abertura de espaços de participação importante, mas é preciso também criar oportunidades de formação para uma participação qualificada e positiva, além de ampliar a divulgação a respeito da PNJ.

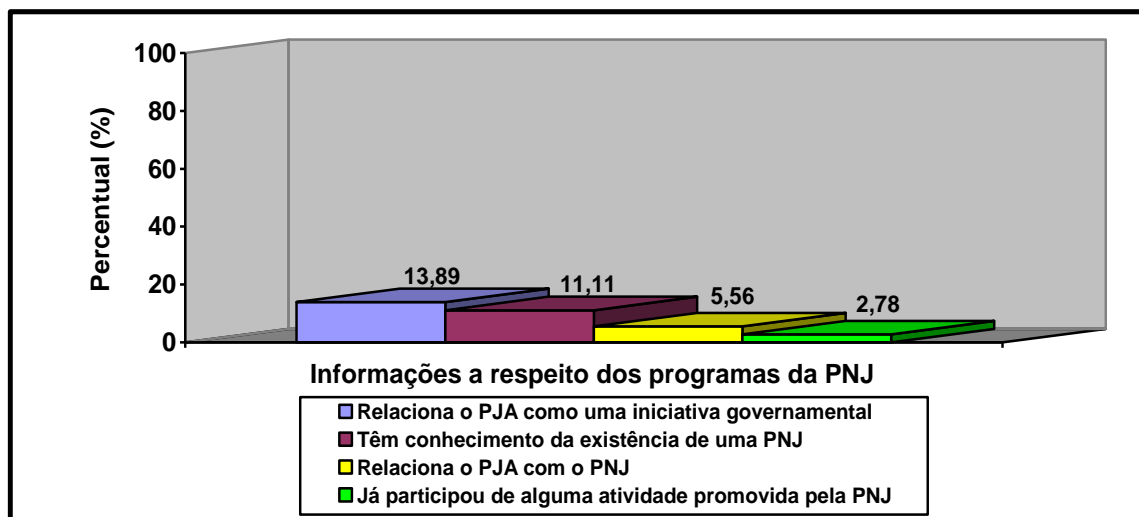


Gráfico 13 – Informações a respeito dos programas da PNJ

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 8.

Perguntados sobre o conhecimento da existência de uma PNJ, apenas 11,11% dos jovens entrevistados afirmaram já ter ouvido falar, mas não souberam dizer o que conheciam sobre a PNJ; 5,5% fizeram uma relação entre o PJA e a PNJ e os restantes não percebem o programa como uma ação ligada a uma política voltada para a juventude. Perguntados se já haviam participado de algum evento, atividade ou programa da PNJ, apenas 2,78%, ou seja, uma jovem indicou ter participado de um: o Programa Saúde e Prevenção na Escola - SPE, mas nenhum tomou conhecimento das Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Juventude, realizadas em 2010. Finalmente, apenas 9%, ou seja, cinco pensam que o PJA é uma iniciativa governamental, os demais ligam o PJA ao SENAC e aos empresários.

A constatação do desconhecimento por parte dos jovens da existência de uma PNJ e, principalmente, o fato de não terem conhecimento de este programa fazer parte da política, sinaliza a baixa divulgação da PNJ dentro dos próprios programas e projetos. O desconhecimento da relação do PJA como uma política pública, reflete a perda do caráter público, passando eles em função da parceria com o setor empresarial, a ser visto como uma iniciativa apenas do setor privado. Igualmente, constatou-se, nas atitudes dos jovens entrevistados, grande curiosidade e satisfação em tomar conhecimento da existência de uma PNJ. Todos fizeram questão de manifestar o desejo de serem informados a respeito dos programas, bem como de participar dos encontros promovidos pela Política Nacional de Juventude.

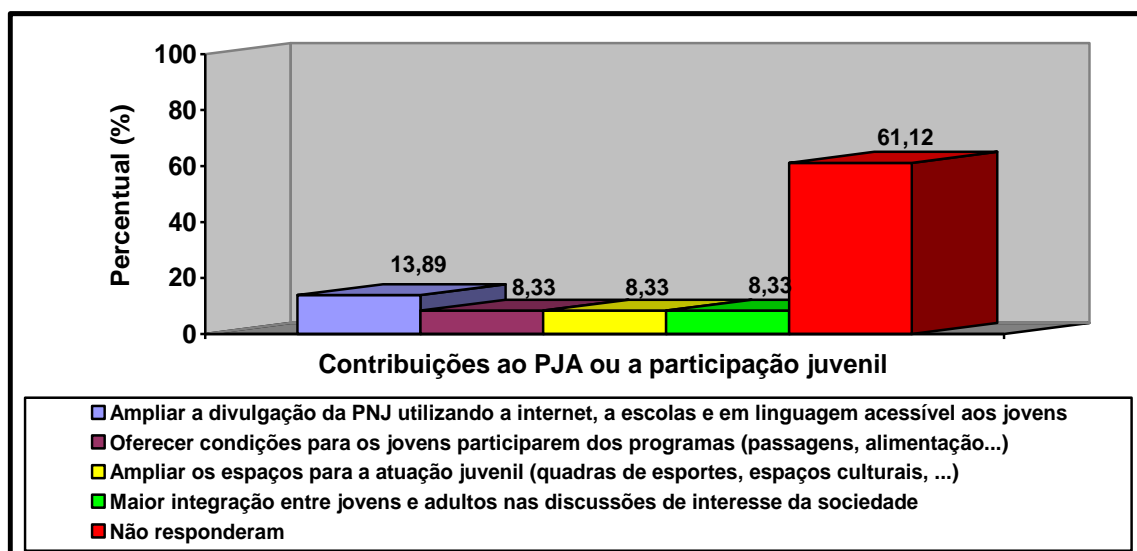


Gráfico 14 – Sugestões ao PJA ou a participação juvenil

Fonte: Instrumento de pesquisa. Respostas dos jovens à pergunta do Roteiro das Entrevistas nº II- 11.

Incentivados a apresentar mais alguma sugestão para o PJA ou para o fomento da participação dos jovens, 13,89% indicaram que a divulgação da PNJ deve ser ampliada, utilizando principalmente a internet e as escolas como veículos de difusão. Chamam a atenção também para o uso de uma linguagem acessível aos jovens; 8,33% pensam na ampliação das condições para a participação dos jovens no PJA (transporte, alimentação,...): O mesmo percentual propõe maior integração entre jovens e adultos nas discussões de interesse da sociedade. Esta proposta demonstra a maturidade deles em entender que as discussões não podem ficar restritas ao segmento, a sociedade como um todo precisa ser envolvida nas discussões. Ainda, este mesmo percentual de jovens acredita que o PJA poderia oferecer espaços para desenvolver atividades esportivas, recreativas e culturais. Mais uma vez os jovens estão reivindicando espaços para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. No entanto, 61,12% acreditam que o PJA está bem estruturado, oferecendo as condições necessárias à formação para atuar no mercado de trabalho, não desejando acrescentar mais nada.

Quanto às sugestões para ampliar as condições de acesso e permanência dos participantes, nos programas para juventude, feitas pelos jovens das turmas do primeiro semestre, devem-se ao fato de, neste grupo, nem todos os inscritos conseguiram ser contratados desde a etapa inicial do programa. Na opinião dos colegas, isso contribuiu para a desistência de alguns aprendizes. Esta situação não aconteceu com os jovens das turmas do segundo semestre, pois todos foram contratados pelas empresas parceiras desde o início do

programa. Esta situação pode representar um importante aspecto da Lei do Aprendiz, ao estabelecer a exigência de contrato dos aprendizes desde a fase da formação teórica, dando condições de permanência no Programa principalmente aos jovens de baixa renda, tendo em vista que estes passam a contar com salário e vale-transporte a partir da sua admissão na empresa.

O depoimento da JE nº 5 apresenta as dificuldades dos jovens em participarem das iniciativas promovidas. “Particpei do Programa Saúde e Prevenção na Escola-SPE, na E.E.E.F. Sílvia Mello. Os custos com deslocamento e alimentação dificultam o envolvimento maior dos jovens nestas atividades, a maioria deixava de participar por causa disso”. Estes depoimentos alertam para a necessidade de previsão, dentro das políticas públicas, principalmente as focalizadas nos grupos de baixa renda, de condições para o acesso e a permanência nas iniciativas. Esta é uma situação já identificada pela Secretaria Nacional de Juventude. Em outros programas, como por exemplo, o PROJOVEM, os participantes recebem vale transporte, lanche e um pequeno valor mensal durante o período da formação para o trabalho.

Também a oferta de vagas foi lembrada pelos entrevistados. Um jovem manifestou a importância de ampliar o número de vagas no PJA. Segundo o JE nº 25: “Seria necessário abrir espaços para mais jovens participarem do Programa. Nesse semestre foram 800 inscritos e 125 selecionados”. A manifestação deste jovem chama a atenção para a demanda existente por qualificação e oportunidade de aquisição de experiência profissional.

No município de Pelotas, identificaram-se algumas unidades de formação que também oferecem o Programa Jovem Aprendiz, como o SENAI, o SEST-SENAST, o Instituto Dom Antônio Zattera e o Instituto Lar de Jesus. Mesmo assim, como já observado, poucos dos jovens entrevistados possuem informações a respeito da existência de políticas públicas voltadas especificamente para a juventude. O número de candidatos sem acesso ao programa pode ter como causa, a falta de absorção, por parte das empresas locais do setor de comércio e serviço, de trabalhadores aprendizes, tendo em vista que, para ingressar no Programa, o jovem deve apresentar a manifestação de interesse da empresa que ficará responsável pelo seu contrato de trabalho.

O JE nº 28 manifestou não ter sugestões especificamente para o PJA, “mas para a escola básica, sim. A escola deveria preparar melhor os jovens para a vida”. Esta crítica à educação formal foi notada nas manifestações de outros jovens. Constata-se que a infraestrutura disponível no SENAC e a equipe de educadores preparados e motivados com

este trabalho são fatores que influenciam os resultados atingidos. As salas de aula são confortáveis e bem equipadas, existem espaços para o desenvolvimento de atividades sociais e culturais. Durante as entrevistas, foi possível presenciar a participação dos jovens em atividades culturais, principalmente teatro, muito utilizado pelo professor da disciplina de Desinibição, Dicção e Oratória. Estas atividades são desenvolvidas com o propósito de preparar os jovens para atuar com maior desenvoltura e segurança nas atividades profissionais, principalmente das turmas de aprendizagem administrativa-gestão.

Outro depoimento faz uma consideração sobre a importância do fomento à participação juvenil e uma crítica aos cursos de capacitação, sem a mesma qualidade encontrada no SENAC. Conforme o JE nº 23: “Os jovens deveriam ser mais incentivados para a participação. Os governos deveriam ser mais rigorosos quanto aos cursos oferecidos e o seu impacto na sociedade”. Este jovem já havia participado de outros cursos de capacitação profissional, oferecidos por ONGs, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT, mas não encontrara a qualidade percebida no PJA, desenvolvido pelo SENAC. A fala mostra uma postura crítica do jovem quanto ao uso dos recursos públicos investidos em capacitação que não apresentam a qualidade desejada ou as condições reais de preparação dos aprendizes.

Nestas últimas manifestações dos jovens entrevistados é possível perceber que eles demonstram postura crítica e interessada, tanto em relação à forma como as políticas públicas vêm sendo desenvolvidas, quanto aos resultados que estas políticas deveriam apresentar. Assim, com base nas observações levantadas a partir das respostas dos jovens aos questionamentos da pesquisa, a seguir serão apresentadas as considerações elaboradas até o momento, reconhecendo que este é um tema que ainda precisa ser aprofundado sob vários aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos documentos que tratam da Política Nacional de Juventude e com os jovens aprendizes do SENAC-Pelotas oportunizou a ampliação dos conhecimentos sobre esta política, quanto às questões e condições juvenis, além dos programas de inserção profissional de jovens desenvolvidos pelo Governo Federal. Igualmente, sobre as ações voltadas para a participação juvenil desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Juventude.

A respeito da questão sobre a concepção de promoção da participação na PNJ, constata-se, por meio da análise documental, que a política busca dar respostas às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, identificadas nas pesquisas feitas com os jovens brasileiros (2003, 2004, 2005). Referem-se à necessidade da participação ativa deles na concepção, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas de juventude, visando à construção de políticas **de/para/com** a juventude, seguindo a proposta apresentada pela UNESCO (2004).

Pela análise da Lei nº 11.129/2005 e do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), identifica-se uma nova concepção de política pública, cujo enfoque é a juventude como um segmento social portador de direitos específicos e protagonista do desenvolvimento do país, indicando, desta forma, a diretriz da participação voltada para a valorização do jovem enquanto ator estratégico do desenvolvimento. Para tanto, a Secretaria Nacional de Juventude tem investido na mobilização dos jovens para discutir as políticas públicas, percebendo-os como um dos importantes grupos sociais responsáveis pela definição do futuro do país, sem deixar de reconhecê-los como portadores de direitos específicos.

Ainda de acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), a SNJ considera a participação juvenil nas etapas de construção, desenvolvimento e avaliação dos programas, projetos, ações e atividades como fundamental para a efetividade das políticas públicas, principalmente daqueles voltadas para o segmento jovem. A forma como a participação está sendo priorizada pela SNJ fundamenta-se na constituição de espaços de discussão coletiva: Fóruns, Conferências, Encontros e Conselhos. Ou seja, o esforço predominante consiste no fomento à participação em eventos e Conselhos Representativos. As conferências têm-se constituído em espaços históricos e como modo de a sociedade participar da definição das políticas de juventude.

A participação individual tem-se tornado mais acessível em espaços virtuais, nos sites criados pelos Órgãos Públicos e ONGs atuantes na área das políticas para juventude. Destaca-

se entre estes os sites: do CONJUVE, do IPEA, do Instituto Cidadania e dos Institutos Ibase e Pólis. Na análise da PNJ se evidencia a ênfase dada à criação destes espaços de participação, discussão e interlocução, principalmente entre a representação juvenil, os Conselhos e a Secretaria Nacional de Juventude, materializada na constituição do CONJUVE e no fomento à criação de Conselhos de Juventude nas diferentes esferas governamentais. É unânime a constatação entre os jovens entrevistados quanto à baixa participação do segmento juvenil nas discussões das políticas públicas e na luta pela defesa das políticas públicas de juventude. Nenhum dos entrevistados tomou conhecimento dos Fóruns Nacional, Estadual e Municipal, realizados nos últimos anos sobre as políticas de juventude.

No que diz respeito à forma como a atual PNJ está promovendo o desenvolvimento da participação juvenil nos seus programas, conclui-se que a diretriz para o envolvimento dos jovens na discussão da PNJ não é aparente na grande maioria dos programas atualmente desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, preocupar-se com a formação dos jovens, enquanto projeto político-pedagógico para uma atuação mais efetiva nas discussões das políticas públicas, não é considerado uma prioridade dos programas da PNJ, identificado de forma explícita, somente em quatro dos atuais programas nacionais: PROJOVEM Adolescente e Urbano, Programa Juventude e Meio Ambiente e Projeto Rondon. Portanto, de forma contraditória, os jovens estão sendo mobilizados para discutir as políticas públicas de juventude, mas não são envolvidos, da mesma forma, no momento em que participam dos programas desta mesma política, ou seja, no momento em que de fato, a ação é desenvolvida.

Quanto à pesquisa sobre o Programa Jovem Aprendiz, é importante fazer algumas considerações iniciais. Embora o foco seja o desenvolvimento da participação dentro dos programas da Política de Juventude e, neste caso, no PJA, importa destacar algumas percepções em relativas ao trabalho desenvolvido pelo SENAC de Pelotas, obtidas durante os contatos com esta instituição.

O SENAC Pelotas é uma instituição reconhecida na área de educação para o trabalho, pela sua capacidade de preparar trabalhadores para atuar nos setores do comércio e serviços. Atualmente, são os setores com maior potencial de geração de trabalho e renda, em função do município ser Polo Econômico e Geográfico da Região Sul do RS. O SENAC dispõe de uma infraestrutura adequada e recursos humanos qualificados para o desempenho desta função, destacando-se entre as instituições promotoras de cursos de capacitação, formação e qualificação profissional. A qualidade da infraestrutura física, dos recursos humanos e das

metodologias adotadas para capacitar os aprendizes levou alguns jovens a tecerem comparações e críticas em relação ao desempenho da escola básica, principalmente da educação oferecida pela rede de ensino público. Estes momentos de conversa entre as perguntas da pesquisa, foram inevitáveis, pois o pesquisador sempre traz consigo a sua forma de perceber o mundo.

O olhar da pesquisadora que também é educadora não conseguiu se distanciar, durante as entrevistas, da observação do trabalho educativo desenvolvido pela instituição onde o programa se desenvolvia, principalmente a partir das comparações apontadas pelos jovens entrevistados. Um dos fatores positivos destacados na organização do trabalho do SENAC para formar aprendizes é o número de jovens por turma, todas constituídas por 25 alunos em média, permitindo bom acompanhamento do professor ao desenvolvimento dos jovens. Contribuiu também para integrar os aprendizes e construir o sentimento de pertencimento do grupo, que passa a se perceber enquanto segmento social dotado de interesses comuns e específicos.

Neste sentido, pode ser interessante sugerir uma reflexão por parte da Coordenação, envolvendo os professores do PJA e os jovens do programa, sobre os aspectos positivos e negativos da constituição de turmas por faixas de idade, para analisar se a formação de turmas com alunos da faixa etária dos 16 aos 19 anos e de outras com jovens dos 20 aos 24 anos, poderá proporcionar uma aprendizagem mais adequada ao momento de maturidade destes jovens. Esta organização poderá facilitar que sejam contempladas as especificidades destes dois grupos.

Dentre as análises realizadas a partir das respostas dos jovens, que apresentam aspectos contraditórios da política, pode ser destacada a percepção dos jovens sobre a origem do PJA. O Programa Jovem Aprendiz é percebido pelos usuários como uma iniciativa do Setor Empresarial e do SENAC e não uma ação de governo e um direito previsto na Lei do Aprendiz. Ela evidencia o desconhecimento destes jovens em relação a esse dispositivo legal e a perda do caráter público do programa. É possível identificar a lógica sob a qual as Políticas Públicas de Juventude possam estar sendo desenvolvidas, explicitando não apenas a perda do caráter público, mas invertendo a lógica dos direitos juvenis.

Este discernimento juvenil também possibilitou desfazer o desconhecimento, por parte dos jovens entrevistados, da existência de uma política nacional voltada ao atendimento dos direitos da juventude, sinalizando para a necessidade de ampliar os mecanismos de comunicação e informação. A informação é fundamental não apenas para garantir a

visibilidade dos programas, projetos e ações, mas também para possibilitar a transparência no uso dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento destas iniciativas.

Outro fator a chamar a atenção na pesquisa refere-se ao nível de escolaridade dos jovens entrevistados, julgado alto em relação aos padrões nacionais, para jovens das classes populares. Considerando-se ser este um programa de inclusão social e atingir os jovens que historicamente apresentam os menores índices de escolaridade, tais informações podem evidenciar a existência de um processo de seleção que pode estar na contramão da política, criada para beneficiar os jovens menos favorecidos. Estes dados podem traduzir um alto grau de seletividade do Programa, alvo de grande demanda de jovens interessados. Mas pelos critérios de escolha utilizados, ele acaba beneficiando o setor empresarial com oferta de jovens qualificados e excluindo justamente aqueles com mais dificuldades de serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

Entretanto, é inegável que as atividades desenvolvidas pelo PJA vêm ao encontro da necessidade e do interesse dos jovens, principalmente em um momento de baixa capacidade de absorção deste segmento pelo mercado de trabalho, conforme apresentado no primeiro capítulo deste estudo. Portanto, programas de preparação dos jovens para a sua inserção no mercado de trabalho, como o PROJOVEM, o Jovem Aprendiz, o PROUNI, o PROEJA, entre outros, tratam de atender a um direito fundamental da juventude, mas devem proporcionar oportunidades a todos os interessados. Assim, verifica-se a relevância do PJA, enquanto iniciativa voltada à preparação para o trabalho, associado à garantia de oportunidade concreta de emprego, com registro em carteira de trabalho e direitos trabalhistas asseguradas pela Lei do Aprendiz, possibilitando a retirada de muitos jovens da condição de emprego informal.

Retomando as questões orientadoras desta pesquisa, em relação à forma como o Programa desenvolvido pelo SENAC está operacionalizando a promoção da participação entre os jovens da faixa etária dos 18 a 24 anos e quais atividades estão disponibilizando o desenvolvimento da participação destes jovens, pode-se dividir as constatações em duas dimensões: 1) como a participação é motivada por meio dos conteúdos e atividades do programa; 2) como os jovens participam no desenvolvimento do PJA.

Muito embora as atividades desenvolvidas pelo PJA tenham como objetivo específico preparar os jovens para um desempenho eficiente no mercado de trabalho, tais ações acabam também favorecendo o desenvolvimento de atitudes e habilidades que contribuem para melhorar o performance dos jovens nas suas atividades sociais. Neste sentido, percebe-se uma contribuição importante do PJA desenvolvida através do SENAC-Pelotas no sentido de

oferecer atividades de desinibição, dicção e oratória, além de relações interpessoais que ajudam os jovens a desenvolver a sua autoconfiança, melhorar o desempenho na apresentação de ideias e na atuação coletiva. Estes aprendizados são compreendidos pelos jovens como os mais significativos para modificar atitudes manifestadas quanto à participação social.

A mudança de atitude, anteriormente muito individualista e após ingresso no Programa, mais colaborativa, confirma o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre os jovens, conforme verificado nas muitas manifestações dos jovens entrevistados. A constatação dos jovens quanto à contribuição deles para adotar uma postura mais crítica, chama a atenção para a situação contraditória em que a escola básica é colocada. A escola tem na sua essência o papel de trabalhar a formação para a cidadania e o desenvolvimento do espírito crítico e criativo dos alunos e possibilitar desenvolver estas competências e habilidades de forma transversal, nas diferentes disciplinas do currículo, durante todo o período escolar. Porém, foram nas atividades desenvolvidas pelo PJA, durante cinco meses no máximo, que os alunos sentiram-se mais críticos, mais autoconfiantes e preparados para manifestarem publicamente, as suas ideias e propostas.

Neste sentido, destaca-se o potencial dos programas da PNJ ao contribuir para o desenvolvimento da criticidade e da capacidade de comunicação dos participantes, propiciando aos jovens melhores condições para o desempenho do seu protagonismo nas políticas públicas. Estas iniciativas poderão contribuir no alcance de alguns dos desafios apontados por Pontual (2008) para ampliar a participação juvenil no espaço público. Um deles consiste na necessidade de formar jovens agentes sociais, como um compromisso das ONGs, do Poder Público e das organizações do próprio segmento juvenil. O autor defende que os jovens precisam estar preparados para ocupar estes espaços de forma qualificada, com acesso às informações sobre as políticas e funcionamento do setor público, para entender o processo e se apresentarem em condições de dialogar com gestores e lideranças políticas.

Outra importante mudança constatada pelos jovens aprendizes se refere às atividades desenvolvidas na disciplina de Relações Interpessoais. Os jovens se consideravam anteriormente muito individualistas e se percebem mais colaborativos após o ingresso no programa. Quanto ao tipo de participação que está sendo desenvolvido pelo Programa, constata-se a ênfase na participação solidária, motivando os jovens para o voluntariado em prol das ações de assistência social, fortalecida pelas experiências proporcionadas pelo Programa de visitas às Instituições de Assistência a Idosos e Crianças. Assim, constata-se que o Programa pode estar contribuindo para a formação de novos voluntários que estarão

disponíveis para atuar na rede de ONGs as quais estão substituindo o Estado no desenvolvimento das ações de assistência social. Isso confirma as tendências identificadas nos últimos anos, em relação ao retrocesso nas conquistas de um Estado de Bem-Estar Social. E, ainda, incentiva a responsabilidade social por parte dos jovens, para o seu envolvimento voluntário em trabalhos que deveriam estar sendo realizados por trabalhadores remunerados.

Quanto à forma como os jovens participam da discussão do Programa, identifica-se ser seguido o modelo tradicional, adotado pela escola básica, de representação da turma nos Conselhos de Classe, nos quais as considerações dos alunos são apresentadas e discutidas, mas sem nenhuma garantia de atendimento às demandas apresentadas por parte do órgão gestor. Além disso, as discussões giram em torno da implementação do programa, não ocorrendo nenhum momento de reflexão crítica a respeito da concepção do Programa e da condição juvenil na atualidade.

Neste sentido, verifica-se ser um espaço importante, dentro dos itinerários formativos dos programas de juventude, a discussão da PNJ e da questão juvenil frente ao atual mercado de trabalho, podendo levar os jovens a tomarem conhecimento da existência da PNJ e a discutir se ela está contemplando as suas reais necessidades e expectativas, transformando os Programas da PNJ também em um espaço de escuta dos jovens envolvidos.

Importa registrar que, em uma leitura mais atenta da PNJ, percebe-se um dos seus limites consiste na ênfase à oferta de programas, projetos e ações focalizadas e voltadas para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Isto porque se buscou, desta forma, muito mais promover a inclusão social e a redução das desigualdades sociais e econômicas, do que o atendimento aos direitos sociais da juventude como um todo. Neste sentido, percebe-se precisar a PNJ ainda avançar na ampliação da oferta de programas e na diversificação das áreas de interesse, procurando o atendimento dos direitos dos jovens, dentro das diferentes especificidades apresentadas por este segmento, de forma a atingir a oferta de programas de caráter mais universal.

Finalmente, conclui-se que os principais efeitos provocados pelo PJA nos participantes da faixa dos 18 aos 24 anos, no que tange a promoção da participação, se referem principalmente a dois aspectos: o primeiro diz respeito à aquisição de atitudes e habilidades consideradas pelos jovens como fundamentais para uma participação mais efetiva na sociedade, como o aumento da autoconfiança e da capacidade comunicativa e argumentativa, a adoção de posturas mais críticas e o melhor desempenho nos relacionamentos interpessoais. Estas informações apontam para o potencial existente nos itinerários formativos dos

Programas da PNJ para o desenvolvimento de habilidades e competências visando uma atuação mais participativa e cidadã dos jovens nos diferentes espaços. O segundo aspecto se refere ao maior interesse dos jovens em participar de atividades de solidariedade, provocado a partir do contato dos jovens com a realidade das Instituições de Assistência Social. Iniciativa importante, mas que também contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade favorável à transferência de responsabilidades do Estado para o âmbito da sociedade civil.

Porém, a falta de estímulo a outras formas de participação e a escassez de informações sobre a PNJ, bem como sobre a relação desta com o PJA, se apresentam como limites impeditivos da visibilidade da PNJ e da possibilidade de ampliar a participação juvenil nas políticas públicas. Logo, para minimizar o problema, julga-se fundamental uma ação multidisciplinar, envolvendo todos os profissionais das áreas sociais que atuam com jovens para, de fato, efetivar-se uma Política Pública de Juventude, norteadas pela participação transversal dos jovens como sujeitos de todas as ações, pela intersetorialidade no desenvolvimento dos projetos, e pelo desenvolvimento da autonomia entre os participantes de seus programas.

Portanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para, de fato, constituírem-se programas de fomento da participação da juventude nas questões de interesse do seu segmento e da sociedade em geral, seja pelo próprio Governo brasileiro seja pelas organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica Política das Políticas de Juventude: In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2.ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.13-32.
- ABRAMO, H. W. Espaços de Juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.219-228.
- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa Nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Apresentação. In: *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2005. p. 9-22.
- AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- BANGO, J. Políticas de Juventude na América Latina: Identificação de Desafios. In: FREITAS, M.V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.33-55.
- BARBOSA, F., ARAÚJO, H. Juventude e Cultura. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. P. 223-242.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.13-46.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121. Disponível em: <www.scribd.com/doc/16677551/PierreBordieu-a-juventude-e- apenas-uma-palavra> Acesso em: 12 jan. 2010.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. *Educação Juventude Raça/Cor - PNAD 2007: Primeiras Análises*. Local. IPEA Comunicado da Presidência nº 12. 2008.

BRASIL. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. *Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz*. 6. ed. Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2010.

BRASIL. Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, n. 615, 2007. Disponível em http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2007/p_20071213_615.pdf. Acesso em 22 jun. 2010.

BRASIL. PEC nº 138/2003, PL nº 4.529/2004 e PL nº 4.530/2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 26 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.129/2005. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 26 jun. 2010.

BROSE, M. (Org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CARRANO, P. Juventude e participação no Brasil – interdições e possibilidades. In: *Especial Juventude Brasileira*. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Democracia Viva, n.30 (jan./mar. 2006) Rio de Janeiro. 2006. p.3-5.

CARRANO, P.; RIBEIRO, E.; LÂNES, P. Diversidade de Perfis caracteriza as juventudes brasileiras. In: *Especial Juventude Brasileira*. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Democracia Viva, nº 30 (jan/mar/2006) Rio de Janeiro. 2006. ISSN: 1415-1499. p.76-83.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. 303p.

CASTRO, M. G. Juventude e Participação: Perfil e Debate. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/.../ABEP2006_321. Acesso em: 18 mar. 2011.

CEPAL-OIJ - Adolescência e Juventude na América Latina e Caribe - problemas, oportunidades e desafios no começo de um novo século, 2000. Disponível em: <http://www.cinterfor.org.uy/jovenes/doc/not/libro101/libro101.pdf><http://www.cinterfor.org.uy/jovenes/doc/not/libro101/libro101.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2010.

CONJUVE. NOVAES, R. C. R.; CARA, T. C.; SILVA, D.M. da; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente*. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Beto. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In. AVRITZER, L. (Org.). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

DAYRELL, J. Escola e culturas juvenis. In. FREITAS, M.V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 2009.

DICK, H. Discursos à Beira dos Sinos - A emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo. *Impressos Portão*, Cadernos IHU, a.4, n.18, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo; 2008.

FREITAS, M. V. de (Coord.). *Juventude e adolescência no Brasil*. Ação Educativa, 2005. Disponível em: <www.acaoeducativa.org>.

GOHN, M. G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época; v.123)

GONZALEZ, R. Políticas de Emprego para Jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In; CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p.109-128.

IBASE & PÔLIS. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final, Nov. 2005. (Grafitto)

JACOBI, P. Cidadania, Participação e Descentralização Capítulo 1 – Engenharia institucional para a cidadania ativa. In: _____. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.11-34.

KLIKSBERG, B. Falácias e mitos do desenvolvimento social. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; UNESCO. 2001.

LÂNES, P. Mitos e Verdades em Torno da Participação Juvenil. In: *Especial Juventude e Política*. Democracia Viva, n. 30, jan. 2006, mar. 2006. Rio de Janeiro. IBASE, 2006.

LÉON, O. D. Adolescência e Juventude: das noções às abordagens. In FREITAS, M. V. de (coord.) *Juventude e adolescência no Brasil*. Ação Educativa, 2005. Disponível em: <www.acaoeducativa.org>.

LEÓN, O. D. Da Agregação Programática à Visão Construtiva da Política de Juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.77-96.

LIMA, S. M. e MINAYO-GOMEZ, C. Forms of subjectivation among learners: current conflicts. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v.10, n.3, p.931-53, Sept./Dec. 2003.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Política Pública: Apontamentos Históricos. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.23, p.114-130, set. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_23.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

MAFFESOLI, M. *O tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Programa Projovem Adolescente, Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/projovem>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Projovem Campo – Saberes da Terra. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12306>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Escola Aberta. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Saúde na Escola. Disponível em: <http://pdemec.grupotvl.com/resultados_acoes/saude_escola.php>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/www.ms.gov.br/spe-mec.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Projovem Trabalhado – jovem cidadão. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/projovem/juventude_cidada.asp>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Programa Jovem Aprendiz. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES, (ME), Programa Bolsa Atleta. Disponível em: <http://www.gov.br/snear/bolsa_atleta>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. Programa Segundo Tempo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Projeto Rondon. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php?page=projeto_rondon>. Acesso em: 24 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Projeto Soldado Cidadão. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/projeto_soldado_cidadao/index.php?page=oquee>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) Programa Juventude e Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) Programa Nossa Primeira Terra. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594250>. Acesso em: 09 mar. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Programa Pronaf Jovem. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/credito/Portaria>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Pontos de Cultura – Cultura Viva. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31>. Acesso em: 09 mar. 2010.

MOTTA Junior, E. F. *Infância e juventude*. Os meios modernos de comunicação e os mecanismos de controle. Juslitio, São Paulo, n.63, p.196, out./dez. 2001. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/24315/infancia_juventude_meios_moder_nos>. Acesso em: 26 jun. 2010.

NOGUEIRA, M. A. Gestão participativa, Estado e democracia, cap. 3. In: _____. *Um Estado para a Sociedade Civil. Temas éticos e políticos da Gestão Democrática*. São Paulo: Cortez, 2004, p.117-166.

NOVAES, R. C. R. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.121-151.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p.13-22.

PACHECO, Raquel. *Entrevista da RETS*. Pesquisadora fala sobre influência da mídia na formação da identidade de jovens e da importância da educação para as mídias. Disponível em: <<http://www.rets.org>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PONTUAL, P. Juventude e Poder Público: diálogo e participação. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.97-119.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: *Juventude e Contemporaneidade*. - Brasília. UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

RODRÍGUEZ, E. *Políticas públicas de juventud em América Latina: Avances concretados y desafios a encarar em el Marco Del AñoInternacional de La Juventud*. Brasília. UNESCO. 2010. Série Debates SHS, n.1, mayo 2010.

ROUSSEAU, J. J. *Do Contrato Social*. Fonte digital. eBooksBrasil.com. 2002. Disponível em: <www.jahr.org>.

SANDER, C. Fortalecendo a democracia: juventude, participação e cidadania. In: *Tempo da Ciência*. Toledo: Edunioeste. v.16, n.32, 2º semestre de 2009. p.41-58.

SCÁRDUA, M. Conselho Nacional de Juventude: Democracia e Participação. In: *Juventude.br. Dossiê Juventude e Participação*. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude-CEMJ, 2010. p.21-26.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Projovem Urbano. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/idha.html>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

SEMERARO, G. Da Sociedade de massa à Sociedade Civil: A concepção da Subjetividade em Gramsci. *Revista Educação e Sociedade*, a.XX, abr. 1999.

SILVA, E. R. A, ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. 303p.

SOUZA, R. de O. Participação e Controle Social. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C. de; LEAL, M.C. (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.24, set./out./nov./dez. 2003.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 57-75.

UNESCO. ABRAMOVAY, M. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO. 2004.

UNESCO, ABRAMOVAY, M e CASTRO, M. G. Participação e Democracia. In: ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Coords.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006. p.311-383.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Dragas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS JOVENS
DO PROGRAMA “JOVEM APRENDIZ” DO SENAC/PELOTAS****I – PERFIL DO ENTREVISTADO:**

1 Semestre do Curso: Primeiro () Segundo ()

2 Turma: Manhã () Tarde ()

3 Idade:

4 Gênero: F () M ()

5 Escolaridade:

6. Localização da residência:

Rural () Nome do Distrito:

Urbana Periferia () Nome do Bairro:

Urbana Centro:

II PERGUNTAS:

1 Qual a sua expectativa em relação ao Programa Jovem Aprendiz?

2 O que você entende por participação?

3 Você participa ou já participou de alguma atividade coletiva do tipo:

Grupos religiosos () Associação Comunitária ()

Grêmios Estudantis () Partido Político ()

Grupos de voluntariado () Movimentos Sociais ()

Sindicatos () Movimentos ambientais ()

ONGs () Grupos culturais ()

Grupos Esportivos ()

4 Na sua opinião, o que mudou quanto a sua participação nas questões sociais e políticas depois do seu ingresso no Programa Jovem Aprendiz?

5 De que forma(s) você está participando no Programa Jovem Aprendiz?

- Durante as aulas teóricas e práticas ()
- Discutindo o programa ou os conteúdos dados com professores e/ou colegas ()
- Avaliando o programa ()
- Sugerindo atividades ou temas para o programa ()
- Debatendo com os professores questões sobre a juventude brasileira ()

6 Você pensa que o programa poderá influenciá-lo a adotar uma postura mais participativa junto à sociedade? Por quê?

7 Alguma atividade ou conteúdo desenvolvido no programa evidenciou a importância da participação dos jovens na sociedade? Em caso positivo, qual?

8 Você tem conhecimento da existência de uma PNJ? Já participou de alguma atividade ou evento desta política? Caso sim, qual? Para você, de quem é a iniciativa do PJA?

9 Você gostaria de sugerir algum tema que considere importante para ser incluído no Programa, no que diz respeito ao desenvolvimento da participação juvenil? Caso sim, qual e por quê?

10 Você acha importante uma política de estímulo à participação dos jovens nas questões comunitárias, sociais e políticas? Por quê?

11 Você deseja acrescentar algum comentário sobre o PJA e a participação dos jovens? Caso sim, o quê?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E O DESAFIO DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO: um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do SENAC Pelotas

- 1- Esta pesquisa tem como objetivo investigar as repercussões do Programa “Jovem Aprendiz”, do SENAC de Pelotas, em relação ao desenvolvimento da participação cidadã, com os jovens participantes da faixa etária de 18 a 24 anos.
- 2- O entrevistado possui liberdade total de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo.
- 3- A pesquisadora estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida referente aos procedimentos solicitados.
- 4- O entrevistado tem a garantia de não ser identificado quando ocorrer a divulgação dos resultados e de suas informações obtidas serem utilizadas apenas para fins científicos vinculados à presente pesquisa.

Eu,..... (pesquisado) fui informado dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito do Projeto de Pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu desejar. A pesquisadora Roselani Maria Sodré da Silva certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento da participa o na pesquisa, face a estas informaçoes.

Assinatura do pesquisado

Assinatura da pesquisadora

Data: ____/____/____